



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXV — Nº 093

QUINTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1980

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 120ª SESSÃO, EM 27 DE AGOSTO DE 1980

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados:

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafos das seguintes matérias:*

— Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 154/80 (nº 3.223-B/80, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a organização dos diretórios municipais dos Partidos Políticos em formação, e dá outras providências.

##### 1.2.2 — Pareceres

*Referentes às seguintes matérias:*

Projeto de Lei do Senado nº 138/79, que revoga a Lei nº 6.593, de 21 de novembro de 1978, que autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A. e dá outras providências. (Redação final.)

Projeto de Lei do Senado nº 250/79, que determina que os empregados de estações do interior farão jus a renumeração correspondente ao regime de prontidão, pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho. (Redação do vencido para o segundo turno regimental.)

##### 1.2.3 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 200/80, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.

— Projeto de Lei do Senado nº 201/80, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que amplia a jurisdição do oficial de justiça.

##### 1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 26/80, que atribui às comissões provisórias municipais dos Partidos Políticos em organização a escolha dos candidatos às eleições de 15 de novembro de 1980, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

##### 1.2.5 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Providências adotadas pelo Ministro dos Transportes no que diz respeito à construção de ponte sobre o Rio Inhambupe—SE.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Apelo à Mesa da Câmara dos Deputados em favor da aprovação de projeto de lei que permite ao Ministério da Previdência e Assistência Social prestar um maior amparo aos idosos.

**SENADOR EVELÁSIO VIEIRA** — Preservação dos recursos mineiros do País.

##### 1.2.6 — Fala da Presidência

Presença na tribuna de honra da Casa da Delegação de Parlamentares da Nigéria e concessão da palavra ao Senador Leite Chaves, para saudá-los.

##### 1.2.7 — Continuação dos discursos do Expediente

**SENADOR JARBAS PASSARINHO**, como Líder — Reparos a críticas formuladas pelo Senador Paulo Brossard, a respeito da análise feita por S. Exª, sobre as opiniões divergentes em matéria econômica exaradas por membros da Oposição. Protesto contra atentado a bomba, ocorrido na sede da OAB do Rio de Janeiro.

**SENADOR PAULO BROSSARD**, como Líder — Ação do Governo com respeito à crise do petróleo. Falecimento do escritor Moisés Velinho. Atos de terrorismo ocorridos hoje, na cidade do Rio de Janeiro. Apuração dos atentados terroristas praticados no País.

**SENADOR GILVAN ROCHA**, como Líder — Providências enérgicas e eficazes para a apuração dos atentados terroristas praticados no País.

##### 1.2.8 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 202/80, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, que proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dá outras providências.

##### 1.2.9 — Ofício

— Do Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 69/78, sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, comunicando que o Relator daquela CPI viajará ao Estado de São Paulo cumprindo missão daquela Comissão.

##### 1.2.10 — Comunicação da Presidência

— Referente ao Expediente da sessão no próximo dia 2 de setembro, que será dedicado a homenagear ao ex-Parlamentar José Antonio Flores da Cunha e designação de oradores da referida solenidade.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 23/79 (nº 1.849/76, na Casa de origem), que estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos. **Votação adiada** para a sessão do dia 10 de setembro de 1980, nos termos do Requerimento nº 352/80.

— Requerimento nº 336/80, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Empresário e os Desafios do Nordeste", publicado no *Jornal de Brasília*, edição de 17 de agosto de 1980. **Aprovado**, tendo usado da palavra no encaminhamento da votação o Sr. Mauro Benevides.

— Requerimento nº 337/80, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da saudação proferida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General-de-Exército

Ernani Airoso, no Clube Militar, em cerimônia realizada no dia 20 de agosto de 1980. **Aprovado.**

— Requerimento nº 343/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 140/78 e 149/80, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que introduzem alterações na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 344/80, de autoria do Sr. Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta o Projeto de Lei da Câmara nº 25/80 (nº 920/79, na Casa de origem), que define como crime contra a segurança nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei, e o Projeto de Lei do Senado nº 21/80, de autoria do Sr. Senador Lázaro Barboza, que dispõe sobre os depósitos feitos por brasileiros em estabelecimentos bancários no exterior, em contas numeradas ou secretas. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso.

— Requerimento nº 345/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 141/80, do Senador Nelson Carneiro, que "acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir aos sindicatos a prerrogativa de fornecer atestados médicos aos trabalhadores"; e 104/80, do Senador Franco Montoro, que "dá validade ao atestado fornecido por serviço médico dos sindicatos, nos casos de justificação de faltas ao trabalho". **Aprovado.**

— Requerimento nº 346/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 53/80, do Senador Orestes Quêrcia, 56 e 85, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que modificam e acrescentam dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado.**

— Projeto de Lei do Senado nº 271/75, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INPS. **Discussão adiada** para a sessão de 1º de setembro do ano em curso, nos termos do Requerimento nº 353/80.

— Projeto de Lei do Senado nº 158/78, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que acrescentou parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico. **Discussão adiada** para o dia 25 de setembro próximo, nos termos do Requerimento nº 354/80.

— Projeto de Lei do Senado nº 83/79, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que revoga os §§ 2º, 3º e 5º e dá nova redação ao § 4º do artigo 6º da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que "institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, e dá outras providências". **Aprovado**, em primeiro turno.

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR HENRIQUE SANTILLO** — Expediente encaminhado ao Ministério da Justiça, solicitando a interveniência direta daquele Órgão

para elucidação da morte de estudantes, verificadas em Rio Verde—GO, em 1973.

**SENADOR ORESTES QUÊRCIA** — Reiterando aparte, dado ao discurso do Sr. Paulo Brossard, a respeito da apuração dos atentados terroristas.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Discriminação salarial que estaria havendo no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

**SENADOR RAIMUNDO PARENTE** — Manifestação contrária a instituição do monopólio baiano da cultura do cacau, proposta por projeto de lei em tramitação na Câmara.

**SENADOR HELVÍDIO NUNES** — Falecimento do Dr. Caio Coelho Damasceno.

**SENADOR JAISON BARRETO** — Documento do Sindicato da Indústria do Vinho de Videira, dirigido ao Governador de Santa Catarina, sobre a instalação de indústria produtora de vinho no Município de Chapecó—SC.

**SENADOR FRANCO MONTORO** — Instituição da estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.

**SENADOR VALDON VARJÃO** — Comentários ao projeto de lei, apresentado por S. Exª, que cria horário especial, em cadeia nacional de televisão para a retransmissão obrigatória do noticiário relativo às atividades do Congresso Nacional.

**SENADOR AMARAL FURLAN** — Homenagens, transcorridas em São Paulo, alusivas ao transcurso do centenário da morte de Ana Neri.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Marcos Freire, pronunciado na sessão de 22-8-80.

#### 3 — CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Atas de reunião do Conselho.

#### 4 — ATOS DECLARATÓRIOS DO PRESIDENTE DO SENADO

Nºs 2 e 3, de 1980.

#### 5 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ata da reunião da Comissão Diretora do Grupo.

#### 6 — MESA DIRETORA

#### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

#### 8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 120ª SESSÃO, EM 27 DE AGOSTO DE 1980

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS LUIZ VIANA E NILO COELHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.

#### SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Alberto Lavinias — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Valdon Varjão — Saidanha Derzi — Affonso Câmargo — Leite Chaves — Evelásio Vieira.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos da seguinte matéria:

#### EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 1980

(nº 3.223-B/80, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre a organização dos diretórios municipais dos Partidos Políticos em formação, e dá outras providências.

Nº 1

Acrescentem-se ao projeto, renumerando-se os demais, os seguintes artigos:

“Art. 6º Até que participe de eleição para a Câmara dos Deputados, é assegurado ao município onde o Partido se organizar, a representação à Convenção Regional na seguinte forma:

- a) um delegado, no mínimo;
- b) mais um, a partir de 5.000 eleitores inscritos, até o total de 10.000;
- c) daí por diante até 101.000, mais um por grupo de 10.000, cumulativamente; e
- d) mais um delegado por grupo de 100.000.

§ 1º Em qualquer hipótese, a delegação não excederá de vinte representantes.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, será considerado o eleitorado inscrito até 31 de dezembro de 1979, conforme boletim do Tribunal Superior Eleitoral.”

Art. 7º O art. 63 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63. A filiação partidária far-se-á em fichas impressas pela Justiça Eleitoral e pelos Partidos Políticos, observado o modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral — TSE.

Parágrafo único. Na filiação partidária poderá ser utilizado, pela Justiça Eleitoral, processo eletrônico, na forma estabelecida por instruções do Tribunal Superior Eleitoral.”

Art. 8º O art. 39 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, modificado pela Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. Cada grupo de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos eleitores filiados com direito a votar na Convenção requererá, por escrito, à Comissão Executiva Municipal, até 10 (dez) dias antes da Convenção, o registro de chapa completa de candidatos ao diretório, acrescida dos candidatos a suplente.”

#### Nº 2

O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º O Tribunal Regional Eleitoral deferirá, de plano, o registro dos diretórios municipais, quando se originem de chapa única e quando da decisão convencional não tenha havido impugnação.”

#### Nº 3

Art. 1º do projeto: rejeitado em razão de destaque.

#### Nº 4

Art. 5º do projeto: rejeitado em razão de destaque.

(À Comissão de Constituição e Justiça)

### PARECERES

#### PARECER Nº 618, DE 1980 da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1979.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1979, que revoga a Lei nº 6.593, de 21 de novembro de 1978, que autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A. e dá outras providências.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1980 — Adalberto Sena, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Mendes Canale.

#### ANEXO AO PARECER Nº 618, DE 1980

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1979, que revoga a Lei nº 6.593, de 21 de novembro de 1978, que autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A., e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogada a Lei nº 6.593, de 21 de novembro de 1978, que autoriza a alienação das ações da Federal de Seguros S.A., e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### PARECER Nº 619, DE 1980 Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 1979.

Relator: Senador Mendes Canale

A Comissão apresenta a redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 1979, que determina que os empregados de estações do interior farão jus a remuneração correspondente ao regime de “prontidão”, pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1980. — Adalberto Sena, Presidente — Mendes Canale, Relator — Saldanha Derzi.

#### ANEXO AO PARECER Nº 619, DE 1980

Redação do vencido para o segundo turno regimental do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 1979, que determina que os empregados de estações do interior farão jus a remuneração correspondente ao regime de “prontidão”, pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 243. Os empregados de estações do interior cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, farão jus a remuneração correspondente ao regime de “prontidão”, pelas horas que excederem às da jornada normal de trabalho.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 1980

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, o seguinte § 2º, com renumeração do único existente:

“Art. 492. ....

§ 1º .....

§ 2º É também vedada a dispensa do empregado a partir do momento em que ajuizar reclamatória trabalhista contra a empresa até um (1) ano após o trânsito em julgado da sentença respectiva, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Situação comum no mundo do trabalho é a do empregado que apresenta queixa trabalhista contra a empresa e em seguida se vê despedido.

Tal procedimento funciona, na prática, como uma ameaça permanente contra a apresentação de reclamatória pelos empregados.

Cabendo a nós legisladores encontrar solução para o referido problema, julgamos oportuno propor a adoção de estabilidade provisória para o empregado que resolve ajuizar ação contra seu empregador, devendo tal estabilidade perdurar desde o momento do dito ajuizamento até um ano após o trânsito em julgado da sentença respectiva.

Temos certeza de que, com tal medida, o empregado estará protegido e poderá defender seus direitos junto à Justiça do Trabalho.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1980. — Orestes Quêrcia.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

**Da Estabilidade**

Art. 492. O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância, de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 1980****Amplia a jurisdição do oficial de justiça.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 230 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 230. Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça efetuará a citação em qualquer delas onde resida o citando, ou onde esse se encontre.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

O art. 230 do vigente Código de Processo Civil, tal como está redigido, significa, como tivemos oportunidade de dizer durante a tramitação legislativa do correspondente projeto e contribuir para a aceitação do texto do dispositivo, a quebra de um antigo preconceito em nossa legislação processual civil, relacionado com a então ineficácia absoluta de quaisquer atos de um juiz de direito fora da sua jurisdição.

Admitiu-se, a partir daí, a validade jurídica ao menos da citação feita por oficial de justiça em outra comarca, desde que contígua, de fácil comunicação e sendo a residência do citando próxima das respectivas divisas.

Creemos, todavia, com a ajuda de estudos e ponderações do brilhante advogado fluminense, Dr. Telmo Pereira dos Reis, que já é hora de fazer o dispositivo avançar um pouco mais, adaptando-o às necessidades e à própria realidade brasileira, conforme adiante se expõe.

A supressão da expressão “poderá”, atualmente consignada no texto do referido art. 230, é uma imposição de ordem hierárquica, vez que se torna inconcebível deixar a lei de impor um procedimento para criar uma faculdade, quando o objetivo se dirige a órgão auxiliar da Justiça. Sendo a citação um imperativo de ordem processual e sendo o Oficial de Justiça um servidor da Justiça, não se justifica tenha ele a faculdade de fazer ou não uma citação, pois estariam periclitando os interesses maiores da Justiça em favor de interesses pessoais porventura existentes.

Irrelevante é, por outro lado, o fato de residir o citando próximo às divisas das comarcas ou aí ser encontrado, dado que as comarcas, até por definição legal, são de fácil comunicação.

Ademais, a proximidade do local da citação com a divisa não sugere, necessariamente, facilidade na efetivação do ato. Ao revés, na maior parte das vezes a facilidade de comunicação entre as comarcas se dá de sede para sede, distando muito dessas, não raro, as respectivas divisas, do que resulta difícil relacionamento ao longo das divisas.

A inclusão no projeto — e, pois, doravante, no texto do art. 230, CPC — de comarcas que se situem na mesma região dessas regiões. A Constituição Federal, em seu art. 164, dispõe que a União poderá estabelecer regiões metropolitanas para a realização de serviços comuns, constituindo-se de municípios que façam parte da mesma comunidade sócio-econômica, independentemente de sua vinculação administrativa.

Ora, serviços comuns incluem, certamente os da Justiça.

A medida preconizada justifica-se, por fim, em face do contrasenso representado pela citação por carta-precatória nos casos contemplados no texto sugerido, eis que o cumprimento de uma precatória, além de envolver submissão do ordenamento jurídico-processual a sistema da era das Ordenações, representa verdadeiro suplício, *maxime* em comarcas próximas umas das outras.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1980. — Nelson Carneiro.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973  
Código de Processo Civil

Art. 230. Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, o oficial de justiça poderá efetuar a citação em qualquer delas desde que a residência ou lugar onde se encontra o citando seja próximo das divisas respectivas.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1980, do Senador Humberto Lucena, que atribui às comissões provisórias municipais dos partidos políticos em organização a escolha dos candidatos às eleições de 15 de novembro de 1980, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há alguns meses, fortes chuvas causaram grandes danos na ponte sobre o Rio Inhambupe, em território baiano, na Rodovia BR-101, a qual ficou interdita desde então, causando um grande transtorno ao acesso rodoviário do Sul do País com o Nordeste.

Tornaram-se problemáticas as ligações com a Bahia, e especialmente com Salvador, e esse fato vem afetando a economia do meu Estado.

O tráfego não ficou interrompido totalmente, devido a um desvio, que está sendo usado, em estrada de barro, de difícil conservação e precárias condições.

No mês de julho, estive com o Ministro Eliseu Resende, fazendo um apelo em nome do Governador Augusto Franco e no meu próprio, no sentido de que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem viesse a encontrar uma solução rápida para o problema, visando o restabelecimento normal do tráfego, pois Sergipe era o Estado mais duramente afetado e o percurso que estava sendo feito através daquele desvio prolonga em cerca de 40 quilômetros a viagem entre Aracaju e Salvador, pela BR-101, que sendo o eixo principal de ligação com o Nordeste, prejudica desta forma toda a Região.

Devo informar que o Ministro Eliseu Resende, acolhendo a nossa solicitação, mostrou-se igualmente preocupado com o problema, determinando, de imediato, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que fossem adotadas providências urgentes para a reconstrução da ponte sobre o Rio Inhambupe, o que está sendo realizado em ritmo acelerado.

Na última quinta-feira, dia 21, estive em visita de inspeção ao local o Diretor-Geral do DNER, Engenheiro David Elkind, a fim de ver o andamento das obras, as quais deverão estar concluídas em fins de setembro, quando o tráfego estará normalizado, com a ponte completamente recuperada.

Mostra-se, assim, o Ministro Eliseu Resende um homem atento aos problemas do seu Ministério e, mesmo diante das dificuldades financeiras que são enfrentadas, demonstra seu inquebrantável propósito de manter a eficiência dos órgãos afetos à sua Pasta, dando prioridade aos problemas que surgem com maior caráter de urgência, como é o caso da ponte sobre o Rio Inhambupe.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Com prazer, eminente Senador.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — Cumprimento V. Exª e também Sergipe, porque é muito mais feliz do que o meu Estado de Santa Catarina. Em meu Estado, as obras rodoviárias sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes foram suspensas. Cumprimento, então, Sergipe, porque lá as obras continuam a pleno vapor. No meu Estado, as obras foram suspensas, por falta de recursos financeiros.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE) — Agradeço a V. Exª e lhe pergunto se foi até o Ministério dos Transportes, para fazer uma solicitação, no sentido de que as obras no seu Estado fossem continuadas. Fui ao Ministério, não para pedir que as do meu Estado fossem continuadas, mas, sim, a reconstrução de uma ponte, porque a ligação Norte-Sul do País está ameaçada.

O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC) — O canal próprio para essas reivindicações é a tribuna do Senado Federal, da Câmara dos Deputados — e o tenho feito —, especialmente para os homens da Oposição. Agora, se é questão de

apelo, acredito que não adiantaria comparecermos lá pessoalmente, porque o Governador de Santa Catarina, que é do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que é da intimidade do Sr. Ministro, está a reclamar recursos para o andamento das obras no meu Estado.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE)** — Acredito que as obras do seu Estado sejam volumosas. As nossas são de pequeno porte. O Sul é, sempre, mais beneficiado.

**O Sr. Evelásio Vieira (P — SC)** — V. Ex<sup>a</sup> está cometendo uma injustiça.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE)** — Um Senador, da envergadura de V. Ex<sup>a</sup>, indo ao Ministério fazer uma solicitação para o seu Estado, tenho certeza, será atendido. Eu subi o elevador do Ministério para pedir a reconstrução de uma ponte e fui atendido. Para um Estado pobre como o meu, esta reconstrução traz um grande benefício para uma vasta região.

**O Sr. Evelásio Vieira (PP — SC)** — V. Ex<sup>a</sup> conhece bem o Estado de Santa Catarina, sabe que não se trata de um Estado rico. Santa Catarina é o Piauí do Sul, é um Estado carente, um Estado que precisa do apoio central. Pelo menos que o Governo devolva parte daquilo que arrecada do meu Estado. Mas nem isso faz.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE)** — Discordo de V. Ex<sup>a</sup>, porque Santa Catarina é um Estado que tem sido aquinhoado, e muito, pelo Governo Federal. Quanto ao mais, também digo a V. Ex<sup>a</sup> que me sentiria muito feliz se Sergipe fosse como Santa Catarina.

Finalizando, desejo agradecer a interferência do Ministro Eliseu Resende, devendo acentuar que a normalização do tráfego naquele trecho tem um grande significado econômico, pelas repercussões benéficas no tocante à integração Norte-Sul do País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Motivo de saúde impediu-me estivesse ontem aqui para juntar minha palavra de solidariedade a quantas foram proferidas ao nosso eminente colega Senador Henrique de La Rocque, que hoje assumiu a função de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Nesta oportunidade, deixo consignada a minha admiração, o meu apreço àquele ilustre parlamentar que tanto honrou o Congresso Nacional, fosse na Câmara dos Deputados, fosse no Senado Federal, e encerrou a sua carreira como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Sr. Presidente, os jornais noticiam:

O Brasil foi indicado pela ONU para representar a América Latina e Caribe na comissão internacional de alto nível que vai estruturar o Ano Mundial do Idoso, em 1982, bem como organizar a Assembléia Mundial da ONU, já convocada para se reunir em Viena, onde se tratará da questão do envelhecimento no mundo.

Estamos, portanto, com uma grande responsabilidade. Não podemos comparecer a essa Comissão de mãos vazias.

Daí o apelo que dirijo à Mesa da Câmara, para que ponha em votação, inclua na Ordem do Dia de suas próximas sessões, para votação final, o Projeto de Lei nº 2.035, de 1979, já aprovado por esta Casa em regime de urgência, proposição essa que abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social meios e recursos para atender à maior soma de desvalidos pela idade, neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As importações brasileiras atingiram um valor total de 17 bilhões, 961 milhões de dólares, em 1979.

É de todos conhecida a vultosa participação do petróleo nesse dispêndio; mas, no entanto, poucas têm sido as manifestações quanto a outras despesas, idênticas, na verdade, também denunciadoras do engano fundamental em que está mergulhada a política econômica brasileira.

Em juros, no ano passado, gastamos 5 bilhões e 261 milhões de dólares. Mais da metade do que gastamos com o petróleo no mesmo ano.

Aqui é muito comum os defensores do Governo dizerem que o grande problema da inflação, um dos maiores problemas do Brasil, é o petróleo, pelos altos preços alcançados por esse produto, mas se esquecem de outros com-

ponentes que contribuem de forma decisiva para os altos índices inflacionários neste País, como são as altas taxas de juros que estamos a pagar em razão da nossa grande dívida externa.

No referido ano, somente as aquisições externas de metais não-ferrosos (cobre, alumínio e outros) foram da ordem de 663 milhões de dólares, enquanto as compras de ferro fundido e aço chegaram a 486 milhões de dólares. Quer dizer, uma soma de 1 bilhão, 149 milhões de dólares, ou seja, 6,4% das importações totais do País. Um senhor percentual!

Estou, com este pronunciamento, trazendo dados para provar ao Líder do Governo que nós estamos entregando de graça matérias-primas brasileiras, especialmente minérios de ferro, que foi motivo de rápida discussão, há dias, neste Plenário, e que envolveu também o Senador Aloysio Chaves.

No caso desses produtos, dois são os tipos de consideração a fazer. Em primeiro lugar, para os metais não-ferrosos, com destaque para o cobre e o alumínio, temos reservas conhecidas, mais do que suficientes em relação a este último e sem problemas tecnológicos de produção desses metais. No que respeita ao ferro fundido e ao aço, cabe observar que só em 1979 o nosso País exportou mais de 75 milhões de toneladas de minério de ferro, produto básico para a produção desses dois bens.

Do quadro exposto, Sr. Presidente, avulta a falta de direção do crescimento econômico brasileiro e se patenteia a inexistência de uma política coerente em relação a produtos primários fundamentais.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Já ouvirei V. Ex<sup>a</sup>. Vou concluir estas rápidas considerações iniciais.

Onde dispomos de condições efetivas de produção, temos dado preferências ao minério proveniente do exterior, dispendendo divisas escassas. Por outro lado, apesar de termos vindo aumentando nos últimos anos as nossas exportações de minério de ferro, descuidamos da produção de bens industriais baseados nessa matéria-prima.

É bastante questionável, por diversos motivos, a realização de investimentos, no nível dos últimos anos, na produção de minério de ferro, para venda no mercado internacional. São os investimentos na infra-estrutura para o escoamento do minério das jazidas de Minas Gerais ao porto de Vitória, os vultosos investimentos em outras áreas, como agora, na região de Carajás, em que os investimentos são elevadíssimos para nós exportarmos matéria-prima a preços praticamente de graça.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Lins.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Não sei bem, nobre Senador Evelásio Vieira, aonde V. Ex<sup>a</sup> quer chegar.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Eu quero provar que nós estamos entregando as nossas matérias-primas a qualquer preço, praticamente de graça, em razão da nossa dívida externa grande, enorme, excessivamente.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Se V. Ex<sup>a</sup> quer provar isto, realmente ser-lhe-á muito difícil. O que se dá, nobre Senador, é que as receitas oriundas de exportação de matérias-primas contam tanto como outras provenientes de produtos manufaturados. Se V. Ex<sup>a</sup> pretende demonstrar que não há um plano, um programa de investimento no País com vistas à solução dos dois objetivos fundamentais que seriam superar as dificuldades em que o País se encontra, devido às grandes modificações estruturais realizadas na economia mundial, nos últimos anos, e aquelas relacionadas com o nosso próprio processo de desenvolvimento. Ao meu ver, nobre Senador, esses dados que V. Ex<sup>a</sup> traz não têm muita significação para a análise desses problemas, porque, ao mesmo tempo em que nós podemos investir aqui dentro com o objetivo de produzir essas matérias-primas ou produtos intermediários que nós, ontem e hoje, exportávamos — e nós estamos fazendo isto — nada impede que nós, também, tenhamos uma receita pela venda de matérias-primas que são superabundantes no País. Tanto é isto que V. Ex<sup>a</sup> pode ver que o preço do minério de ferro subiu nestes últimos anos.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — V. Ex<sup>a</sup>, se fosse proceder assim como empresário, rapidamente iria à falência. Se V. Ex<sup>a</sup> procedesse como está a apregoar, iria imediatamente à falência, porque não se pode estabelecer qualquer negócio para se entregar aquilo de que se dispõe, um bem, para perder.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Se fosse assim, nobre Senador, evidentemente que V. Ex<sup>a</sup> condenaria toda a venda dos produtos agrícolas pelos agricultores, já que a maioria deles não é consumida como é produzida. Se V. Ex<sup>a</sup>

analisar o mercado internacional, verificará que esse mercado tem uma componente de matérias-primas, tem uma componente de materiais intermediários, produtos semi-manufaturados, e tem uma componente de produtos manufaturados. Todas são mercadorias que rendem, todas elas incorporam a riqueza, todas elas contribuem para o desenvolvimento. Não sei porque V. Ex<sup>a</sup> não aceitaria que o País trabalhasse na área das matérias-primas ou agrícolas, seria também o caso, ou em minerais.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Senador, devemos partir para a troca daquelas mercadorias que são convenientes ao nosso interesse aquelas que apresentam maior rentabilidade, e não entregar mercadoria nossas que não têm justa remuneração. Este é o ponto. E exatamente com estes dados...

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Suponho que a única pessoa que sabe quais seriam essas mercadorias seria V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Qualquer pessoa que tenha um pouco de luzes no setor econômico sabe que é recomendável vender aquilo que oferece maior rentabilidade. Isto é o óbvio ululante.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Sim, mas V. Ex<sup>a</sup> não demonstrou absolutamente o que é que tem maior rentabilidade.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Em 22 anos, entre 1942 e 1964, a Companhia Vale do Rio Doce exportou 48 milhões de toneladas. No entanto, apenas no ano de 1974, o volume de minério de ferro vendido ao exterior superou a marca dos 59 milhões de toneladas.

Quer dizer: o Brasil está se desfazendo de uma riqueza não renovável.

Os dados de preço do produto no mercado internacional, no que apresentam uma realidade bastante desfavorável, deixam extremamente mal situada a política de exportação relativamente a essa matéria-prima.

Entre 1951/1960 o preço médio do minério de ferro exportado foi da ordem de 12,33 dólares. No período seguinte (1961 a 1970), apesar da queda gradativa dos preços, cuja média, no decênio, foi de 8,01 dólares, as quantidades exportadas tiveram um comportamento inverso, quer dizer, cresceram.

Apesar de o preço do mercado externo ter decaído de 12 para 8 dólares a tonelada, o minério de ferro foi vendido em maior quantidade. Por quê? Por causa da nossa dívida externa, porque temos que exportar a qualquer preço.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Já ouvirei V. Ex<sup>a</sup>

Só para efeito de melhor esclarecer a nossa argumentação, cabe dizer que a quantidade exportada, que era de 6,2 milhões de toneladas, em 1961, alcança 27,9 milhões de toneladas em 1970. Um aumento de 350%, Sr. Presidente.

Por quê? Porque temos uma dívida externa astronômica, que nos obriga a exportar a qualquer preço. Isto é, estamos entregando as nossas matérias-primas praticamente de graça.

Nem mesmo depois das aceleradas elevações do preço do petróleo, a partir de 1973, o minério de ferro apresentou qualquer vantagem apreciável. E se o preço médio da tonelada exportada alcançou 17,07 dólares em 1979, isto se deve, em grande parte, às novas formas de apresentação do produto exportado, muito mais do que a um movimento efetivo e constante de recuperação de preços.

Cabe observar, além do mais, que o preço atingido em 1979 apenas superou em 38% aquele da década dos 50, quando num só ano, de 1973 para 1974, a alta dos preços do petróleo ultrapassou os 277%.

Em 1951, vendíamos ao exterior o minério de ferro por 12,33 dólares. Em 1979, vendemos a 17,07 dólares a tonelada.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Nobre Senador Evelásio, V. Ex<sup>a</sup> sabe que o mercado do minério tem o seu preço internacional.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Ah, claro.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Se nós queremos vender, devemos procurar o mercado internacional.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Mas, se nós não tivéssemos uma dívida externa astronômica, não estaríamos vendendo essa matéria-prima, que não é renovável, por preço vil.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> também pode fazer um raciocínio diferente. Como, realmente, nós não somos um País desenvolvido, nós precisamos importar tecnologia, nós precisamos importar alguns produtos semi-manufaturados, que ainda não podemos produzir e que agora estamos procu-

rando desenvolver, certamente nós teremos que buscar divisas, divisas que nos ajudem a criar condições estruturais para produzir dentro do País. Logo, temos que procurar o mercado externo. Se o mercado externo tem preços menores, podemos procurar desenvolver, também, a lavra, dentro de um plano que nos permita compensar a queda de receita do preço externo com a produção maior. Isto se faz naturalmente dentro de um planejamento. Ora, nobre Senador, há um programa de exploração das jazidas de minerais no País, pelo qual nós tanto perguntamos. Esse programa existe, esses recursos das exportações nos ajudam a produzir aqui dentro. E V. Ex<sup>a</sup>, há pouco, se referiu ao problema do cobre, achando que nós temos condições de explorar cobre dentro do País sem qualquer necessidade de importação. V. Ex<sup>a</sup> se engana redondamente. As jazidas de cobre nacionais foram descobertas há pouco tempo. O desenvolvimento da exploração do minério até a produção do metal exige anos a fio, exige investimentos e recursos externos. Portanto, nós precisamos de divisas para isso. E isto é o que se está fazendo, pesquisando, desenvolvendo a produção. V. Ex<sup>a</sup> acha, por exemplo, que não podemos exportar minério de ferro, seja de Minas Gerais seja de Carajás, para poder instalar as grandes unidades de exploração desses minérios e de beneficiamento desses minérios no País, dentro de um prazo razoável. Parece-me que V. Ex<sup>a</sup> é contra esses investimentos para que nós tenhamos condições de produzir, como V. Ex<sup>a</sup> deseja, dentro do País.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Nobre Senador José Lins, nós temos grandes potencialidades neste País, grandes riquezas. Nós temos que estabelecer uma política inteligente e planejada, verificando quais aquelas riquezas que podem nos oferecer, dentro das nossas condições, melhor rentabilidade para exportação. Exemplo: nós temos possibilidades de nos transformar, dentro de poucos anos, num grande produtor agrícola para alimentar os brasileiros e para alcançarmos excedentes exportáveis, trazendo divisas para desenvolver a tecnologia industrial, para aumentar os nossos recursos financeiros, para desenvolvermos a nossa capacidade gerencial, para nós ampliarmos a pesquisa no setor de minérios e V. Ex<sup>a</sup> sabe que é muito reduzida a nossa atuação nesse campo.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Mas, se V. Ex<sup>a</sup> está contra a exportação para a consecução dos recursos para fazer esse desenvolvimento, eu não entendo onde V. Ex<sup>a</sup> quer chegar.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — V. Ex<sup>a</sup> não está querendo entender as minhas palavras, as minhas colocações. Eu estou provando, aqui, com dados, com números que a dívida externa do Brasil já se aproxima dos 65 bilhões de dólares. E os Srs. me cobrem ao final do ano: se aproxima dos 65 bilhões de dólares...

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> está enganado. Isto é para o futuro.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** Quando eu fiz aqui uma previsão, há quatro anos, de que a nossa dívida externa chegaria, ao final do Governo João Baptista Figueiredo, a 114 bilhões de dólares, os Srs. contestaram. Previsão que, inclusive, mereceu destaque na primeira página de jornais na Rússia. As previsões estão se confirmando.

**O Sr. Saldanha Derzi (PDS — MS)** — Jornais da Rússia?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Sim, da Rússia. Mereceu destaque na primeira página o pronunciamento que fizemos aqui, com relação ao crescimento do nosso endividamento externo.

**O Sr. Saldanha Derzi (PDS — MS)** — V. Ex<sup>a</sup> está com muito prestígio.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC)** — Não é o prestígio, é que chamou a atenção dos russos a dívida externa. Até um ano atrás não se falava em dívida externa neste País. Ela era crescente e não se falava. Agora é que se passou a dar atenção à dívida externa, que é o problema mais grave do País.

O que quero dizer, é que não se justifica, nobre Senador, estarmos entregando nossas matérias-primas, essas riquezas não renováveis, a preço vil. Estamos a fazer por quê? Porque a dívida é extraordinariamente volumosa. Em razão dessa dívida, os empresários americanos que atuam no setor de calçados estão pressionando o governo americano para que este pressione o governo brasileiro, no sentido que o governo brasileiro libere a exportação do couro *in natura*, do couro cru. E o Brasil vai ter que ceder às pressões dos norte-americanos e entregar o couro *in natura* para atender aos interesses americanos. E por quê? Porque os norte-americanos são os primeiros credores do Brasil e o Brasil não pode negar o que eles pedem porque precisa renovar os seus empréstimos com os bancos americanos, criando problemas à indústria brasileira de calçados. Tanto é que os empresários do setor já estão se manifestando, publicamente, em relação a esta ameaça.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Com prazer.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Nobre Senador Evelásio Vieira, acho que devemos deixar de lado os exercícios de imaginação, os exercícios de futurologia, sem qualquer consistência na realidade...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — É exatamente por isso que o Brasil está nesta situação. A imaginação criadora é tudo na atividade do homem.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Mas, essa imaginação criadora pode prejudicar muito a análise objetiva. O fato é o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> há de considerar que há também uma inflação de dólar, V. Ex<sup>a</sup> não pode ficar comparando uma dívida de 50 ou 52 bilhões de dólares, hoje, com a dívida de 38 bilhões do ano atrasado, sem fazer essas correções. Esse é o primeiro ponto. Quanto ao problema do couro, nobre Senador, o que eu tenho acompanhado é que os nordestinos, que ainda não podem manufaturar o couro que produzem, estão sendo obrigados a exportar para o Sul por um preço muito abaixo do que conseguiriam se vendessem para o exterior. Então, são eles que, às vezes, pedem ao Governo autorização para exportar esse couro. Claro que é muito melhor que exportemos calçados, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe das dificuldades que temos para colocar, no mercado externo, o nosso produto. Ora, nobre Senador, isso significa que não somos nós que vendemos o que queremos. Nós temos que produzir melhor para um mercado que existe, mas é um mercado que diz o que deseja. V. Ex<sup>a</sup> jamais imporá o que vende a quem quer que seja.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Se nós não tivéssemos uma dívida externa astronômica, não precisaríamos estar entregando as nossas matérias-primas a preço vil...

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Não é a preço vil, é a preço de mercado internacional, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) ... não precisaríamos estar subsidiando as nossas manufaturas para exportá-las. Poderíamos estar oferecendo os mesmos produtos aos brasileiros, mas não: estamos desprezando o mercado interno em favor do mercado externo, em razão dessa dívida gigantesca.

Durante o ano de 1979, Sr. Presidente, adquirimos no exterior um total de 3 bilhões, 632 milhões de dólares em máquinas e equipamentos. Sabemos que nestes, além das quantidades de minerais envolvidos nos diversos processos de industrialização, são apreciáveis também as parcelas referentes aos custos da tecnologia e outros, de difícil justificação, em muitos casos.

No entanto, não teria sido preferível que, ao invés de realizarmos investimentos pesados para a exportação de minério de ferro, tivessem sido destinados esses recursos para a pesquisa tecnológica determinada a capacitar o País a melhor aproveitar os seus bens naturais?

O que vemos é o contrário. Assim, em 1979 a Companhia Vale do Rio Doce destinou 19% dos seus investimentos totais para mineração de ferro, num total de 659,8 milhões de cruzeiros. Ao mesmo tempo, ainda no ano de 1979, a Vale do Rio Doce desembolsou 413,9 milhões de cruzeiros, de modo a participar do capital de empresas a ela coligadas ou controladas, na área de mineração de ferro também. Mas não é só. Tendo em vista a exploração de Bauxita/alumínio/alumina, foi de 687,3 milhões de cruzeiros a participação no capital de coligadas e controladas, sendo que um dos objetivos desses investimentos, como não podia deixar de ser, é a exportação de matéria-prima, depois de atendido o mercado interno.

Resaltamos este último aspecto, de vez que não é sistemática a nossa posição. Acreditamos que são necessários os investimentos que visem a reduzir importações, mas temos sérias dúvidas quanto a tais tipos de despesas, quando se destinem a estabelecer condições para a exportação de recursos não-renováveis.

Temos suficientes oportunidades a desenvolver, Sr. Presidente, no que respeita aos produtos renováveis, de origem agropecuária. Dispomos de um vasto território, cujo potencial produtivo ainda não foi sequer minimamente aproveitado. Ao lado disso, não resta a menor dúvida, cabe estimular a pesquisa daqueles minerais de que somos carentes, substituindo-os quando possível por intermédio de soluções tecnológicas.

Mas em relação aos produtos não-renováveis, devemos ter uma política definida no sentido de preservar as nossas reservas, estejam onde estiverem, não importando quem seja o detentor de autorização para o seu aproveitamento.

Não existem reservas minerais inesgotáveis, pois que tudo é uma questão de grau. O manganês de Conselheiro Lafayette, em Minas Gerais, explorados os seus mais altos teores ao longo dos anos, perdeu muito da sua força inicial. Na mesma Minas Gerais, a Vale do Rio Doce hoje não encontra condições

concorrenciais idênticas ao do minério extraído de Águas Claras, pela Hanna Corporation, daí porque tem realizado todos os esforços no sentido de aproveitar as reservas de Carajás.

Mesmo no terreno da abundância, esta é relativa, e uma das técnicas melhor manipuladas nos países detentores de reservas, pelas empresas multinacionais, é sempre superestimar o volume de minério das jazidas, como forma de acalmar as expectativas de esgotamento sempre presentes em meio às camadas mais comprometidas com um desenvolvimento nacional autônomo e coerente.

A revista atualidades do Conselho Nacional do Petróleo, de novembro/dezembro de 1977, publicou uma conferência do Dr. Yvan Barreto de Carvalho, Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, pronunciada no Fórum de Ciência e Cultura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A certa altura do seu pronunciamento, o Dr. Ivan Barreto de Carvalho disse o seguinte:

“A economia de escala deixou, de há muito, de apoiar-se na tese superada da abundância permanente e insumos minerais básicos.”

A maior potência industrial do mundo, os Estados Unidos, “podem enfrentar, no futuro, uma grande escassez de minérios”. Esta conclusão foi expendida numa publicação editada pelo Departamento do Interior dos Estados Unidos, num estudo intitulado “Recursos Minerais: Potenciais e Problemas”.

Portanto, os países detentores de grandes reservas minerais devem preservá-las, e a melhor maneira de fazer isso é por intermédio da sua exploração planejada, em que seja elemento preponderante a organização de etapas até o produto acabado.

Assim, torna-se possível preservar as reservas minerais do País e ao mesmo tempo gerar novos empregos, com aqueles resultados desejados por qualquer exploração econômica de base social e patriótica bem-estar e continuidade do desenvolvimento.

Esta, a manifestação que nos cabia fazer, nesta oportunidade, evidenciando com dados concretos, com números, que o Brasil está entregando as suas matérias-primas a preços praticamente de graça, em razão da dívida extraordinária com o exterior. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Srs. Senadores, a Presidência registra, com imensa satisfação, a presença na galeria de honra dos nossos trabalhos, dos Senadores da nação irmã, a Nigéria: o Presidente do Senado nigeriano Dr. Joseph Wayas, o Senador Uba Ahmed e o Senador Mahmud Waziri. São os primeiros senadores eleitos, da nação irmã, a Nigéria, pelo voto popular. (Palmas.)

Para dirigir algumas palavras aos visitantes, concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PTB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É um grande instante para o Senado esta visita que nos está fazendo esta excepcional representação do Senado da Nigéria. Em companhia do Embaixador nigeriano Dr. Timothy Anele Mgbokuere, acham-se presentes o Senador Dr. Joseph Wayas e os dois Senadores Uba Ahmed e Mahmud Waziri. Pela primeira vez, estamos recebendo uma tão expressiva delegação daquele País.

A Nigéria tem conosco laços muito profundos que vêm desde a época da colonização. Grande percentual das etnias negras recebidas, na época da colonização, concentra-se na Bahia e veio da Nigéria, tanto é que muitos pratos brasileiros têm aquela adveniência, têm aquela origem, como é o caso do acarajé, que é aquele bolo cozido e que, hoje, integra a alimentação brasileira. “Acara”, quer dizer: bolo; e, “jé”, quer dizer: coma. Quando os africanos chegavam, ofereciam — “Acara, jé”. Então isso integrou, inclusive, a nossa lexicografia, quer dizer, integra, hoje, a própria língua brasileira.

Há uma razão maior que os traz ao Brasil. Não é só aproximar laços de amizade; há sobretudo uma curiosidade: a de conhecerem Brasília. A capital da Nigéria é Lagos e eles estão pretendendo fazer, à moda do Brasil, uma edificação urbana especialmente para abrigar a sua futura capital, que teria o nome de Abuja. Esta é uma das razões desta visita. Estão visitando Brasília dentro de clima de grande cordialidade.

A Nigéria é um dos países mais importante da África: tem, aproximadamente, novecentos e vinte mil quilômetros quadrados, para uma população de quase oitenta e um milhões de habitantes.

É um dos grandes produtores de petróleo da África, hoje. Produz dois milhões e duzentos mil barris diários, sendo um dos nossos fornecedores. O fornecimento anterior era de vinte mil barris diários; hoje, importamos da Ni-

géria quarenta mil, havendo interesse do Brasil em incrementar essas importações, sendo uma das principais razões nossa proximidade: enquanto a grande quantidade de petróleo que importamos vem do Golfo Pérsico, aqui viria do Golfo do Guiné, muito mais próximo.

Não poderíamos deixar de traçar algumas considerações de ordem étnica, a respeito desse país cujos laços de amizade estão se estreitando, diariamente, com o Brasil. A Nigéria é composta de cinco etnias: os Hausa, que ficam ao norte, correspondendo a 25% da sua população; os Yourubá, de onde vieram as nossas primeiras etnias para a Bahia, com 18%; os Ibo, com 18%, também; e os Falani, com 10%. A língua é o Inglês, porque a Nigéria integrou a Common Wealth, integra ainda, e falam cinco línguas nativas. O próprio Presidente do senado Dr. Joseph Wayas é um dos poucos que fala aqueles cinco dialetos, sendo formado em Economia pela Universidade de Londres e em Administração pelos Estados Unidos. É um homem muito culto e à altura de ser o chefe desta importante delegação da Nigéria.

Está havendo em relação a esse País coisa que ocorre semelhantemente aqui no Brasil: é o rotacismo das populações rurais para os grandes centros. Lá, em razão do petróleo. Um país tradicionalmente produtor de cacau, de borracha, de algodão, de cereais, passou a assistir à derivação de suas populações rurais para as cidades para os centros urbanos, a exemplo mais ou menos do que está ocorrendo aqui no Brasil.

É um grande importador de máquinas brasileiras, maquinaria de diversos tipos, eletrodomésticos, e esse comércio tenderá a assumir boas proporções.

Aproveitamos a oportunidade, a propósito, para nos congratular com a política do Itamarati pela maneira como se tem aproximado e tem tornado mais atuante essa nossa aproximação com o mundo africano. Aqui no Senado, na Comissão específica de Relações Exteriores, há um sentimento de todos os Senadores, que reflete, em última análise, o pensamento do Senado, de que a nossa política se torne cada vez mais agressiva, não só no sentido da América Latina como sobretudo no sentido da África.

Os Senadores têm conhecimento, pela vivência, de que o Brasil é muito bem visto pelos africanos com uma ou outra exceção. E a África negra, sobretudo, aquela de onde recebemos as primitivas etnias, mostra maior fascínio em relação ao Brasil, não só porque há caminhos históricos abertos, como porque esses povos acompanham a trajetória histórica daquelas primeiras levas de escravos que recebemos como imigrantes, os quais procuramos, por todos os meios, integrar na sociedade brasileira. Mais do que legalmente: efetivamente. O preconceito aqui existe em muitos setores, mas não é da alma brasileira aceitar a intolerância racial.

Por todas essas razões, o Senado está de parabéns com essa visita. É honrosa, no plano da amizade, no plano cultural, no plano do internacionalismo, no plano da reciprocidade de relações comerciais.

Este meu pronunciamento o faço em nome do senado, e mais do que em nome do Senado, de todas as bancadas: do PMDB, de quem recebi delegação, do próprio PDS, recebemos especial delegação do Líder Jarbas Passarinho, e do Partido Popular.

V. Ex<sup>ª</sup> mesmo, Sr. Presidente, esteve, como eu, por longo tempo em companhia dos ilustres visitantes, podendo sentir a satisfação experimentada nesta convivência.

É um instante alto. É a primeira vez que, na nossa História, recebemos uma delegação parlamentar da Nigéria, uma delegação chefiada pelo Presidente do Senado, que se faz acompanhar de uma prestimosa assessoria e o próprio Embaixador Timothy Anaelê Mgbokuere, que está nos honrando com sua presença.

Sr. Presidente, é o registro que desejava fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Para que os Srs. Senadores possam cumprimentar os ilustres visitantes, a Presidência suspende a sessão por 5 minutos.

*(Suspensa às 15 horas e 20 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 25 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Está reaberta a sessão. Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA.** Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Estava eu ausente do plenário e, por isso, infelizmente, não pude acompanhar aqui o discurso que fez, primoroso na forma, como sempre, o nobre Líder Paulo Brossard, do PMDB.

Li, no dia seguinte, na imprensa, tópicos do discurso, e, graças ao zelo do meu gabinete, o texto do discurso com alguns apartes que foram oferecidos na ocasião.

Vejo que o nobre Líder Paulo Brossard considerou os meus discursos dos dias 4 e 8 do corrente como meramente pilhéricos e galhofeiros. Ex<sup>ª</sup>, pela primeira vez, me adjetivou desta forma. Considerou o seu pobre colega de Congresso um galhofeiro, um zombeteiro.

E eu chego à conclusão, depois de reler os discursos, de meditar sobre cada um deles, de que não mereço tão honrosa qualificação.

Se alguma galhofa existe, se alguma zombaria pode ser localizada, está precisamente não no que eu disse, mas naquilo que me fez dizer; não na minha construção, mas naquilo que me permitiu analisar as chamadas "alternativas das Oposições brasileiras como receita de salvação nacional."

De fato, seria querer demais que o nobre Líder Paulo Brossard, apesar da sua honestidade básica, reconhecesse que os meus argumentos tinham sido bons. Era um exagero que a vida do Parlamento não contempla.

É possível, até, que S. Ex<sup>ª</sup> e o nobre Líder Gilvan Rocha, que talvez tenha influenciado de algum modo o espírito do Líder do PMDB, achem, quando estão sozinhos com as consciências de ambos, que as minhas razões são fortes. Mas, compreendo, também, que eles não podem confessar isso de público.

Por isso, verifiquei que S. Ex<sup>ª</sup> armou um exercício intelectual de ironia, dirigindo farpas ao Líder da Maioria. Mas, estava S. Ex<sup>ª</sup>, provavelmente, tão mal-informado a respeito e tão pouco familiarizado com o discurso que fiz — estou certo de que por falta de tempo não o leu, só ouviu parte na Casa —, que começou exatamente por me atribuir, a mim, o que de mim não foi palavra proferida autonomamente.

Durante três páginas, como disse no início, sempre primorosas no estilo, S. Ex<sup>ª</sup> faz variações sobre um tema e esse tema me é atribuído como tendo dito que "Só por milagre a Minoria poderia chegar ao Governo".

Isso leva S. Ex<sup>ª</sup> a fazer considerações, especulações a respeito da frase que me atribui e, ora irônico, ora contundente, veemente, S. Ex<sup>ª</sup> me procura castigar pela expressão que seria herética. Disse eu que relia o discurso. Mas, tão pronto me disseram que o nobre Senador Paulo Brossard me tinha atribuído a frase, jactando-me de possuir ainda uma boa memória, procurei lembrar-me dela e, desde logo, cheguei à solução do problema. A frase não é minha. A frase foi citada aqui, pagando eu os devidos direitos autorais ao seu autor. O seu autor chama-se Leonel Brizola. Foi esse antigo desafeto do nobre Líder Paulo Brossard. Mas o mundo dá muitas voltas e eu tenho que colocar esse antigo com muito cuidado porque os antigos desafetos às vezes se recompõem na praça pública, sob os augúrios da memória do Presidente Getúlio Vargas, já o que se deu com o nosso eminente companheiro Pedro Simon, que, depois de ser duramente atingido, cavalheirescamente apertou a mão do ex-Governador em frente à estátua do Dr. Getúlio que, dizem alguns correligionários mais exaltados do Rio Grande do Sul, chegou a lagrimar diante desse gesto de fraternidade.

Ora, a frase do Sr. Leonel Brizola é esta, publicada no sábado, 26 de julho, no *Estado de S. Paulo*:

"Verdadeiramente, a Oposição não saberia o que fazer e talvez tivéssemos soluções ruins que só agravariam em muito os problemas existentes. Se por um milagre o Governo fosse entregue à Oposição, talvez tivéssemos algo parecido com o feito por Izabelita Peron, na Argentina".

Não sei se foi aí que o nobre Senador Paulo Brossard, já chocado com a frase — e eu lhe dou razão, porque S. Ex<sup>ª</sup> se chocou duas vezes, chocou-se pensando que era minha, mas, na verdade, deve ter identificado um velho linguajar que, no passado, nesse linguajar ele tropeçou, partindo de adversários circunstanciais — atribuiu-me galhofa, talvez por que tenha perguntado quem faria o papel de Izabelita Peron, no caso de as oposições serem governo.

É evidente que eu não poderia comparar os méritos intelectuais e políticos do Dr. Ulysses Guimarães com aquela honrada dançarina de rumba, que ganhou, por casamento morganático, o direito de chegar até a Presidência da Argentina. Portanto, se há alguma zombaria, alguma galhofa, longe de mim tê-la feito.

O Dr. Brizola é que se referiu à Izabelita Peron; eu fiz uma referência até muito mais discreta do que agora, que sou obrigado a explicar o meu pensamento.

Ri-me, é verdade, ri-me de algumas receitas produzidas pelas Oposições — e o nobre Senador diz que eu faço sempre questão de citar o fato, e realmente cito-o. São as Oposições no plural, não apenas a Oposição. Ri-me, repito, porque algumas dessas receitas me pareceram inteiramente desarrazoa-

das, e eu aqui, desde logo citei. Citei aquela que eu acho que é fruto de um juvenilismo, de um entusiasmo juvenil, marxista-leninista, que diz desde logo: "Cuba fez isso e, conseqüentemente, poderíamos fazer também. Isto me pareceu desarrazoado. Citei, ainda, um segundo passo que é uma tentativa de diminuir as exportações de divisãs, o pagamento em dinheiro de divisa forte, pela transferência tecnológica, o que mereceu, desde logo, do Senador Paulo Brossard uma advertência de que não confundisse eu a caricatura com o retrato, no que me defendi, no aparte que me deu.

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Bernardino Viana (PDS — PI) — A propósito de nossa dívida, eu creio que a cláusula *rebus sic stantibus*, que faz parte de todo o contrato mercantil, não levaria o Brasil, as autoridades brasileiras e ao povo brasileiro a preocupar-se tanto com a dívida externa, mormente na situação atual em que todo o mundo passa por dificuldades financeiras decorrentes não só da crise energética, mas também de vários outros fatos econômicos que levaram os países a uma situação financeira difícil. Então, não estou assim tão preocupado com a dívida externa brasileira, haja vista o que disse o vice-Presidente do City Bank, um dos grandes credores nossos, que não está preocupado absolutamente com a dívida externa brasileira.

O Brasil tem e terá condições financeiras para amortizar ou liquidar, nos prazos pactuados, os seus compromissos internacionais. Se, porém, surgirem fatos imprevisíveis, poderá o nosso País valer-se do pacto incito a que me referi para compor esses débitos. Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e confesso, Senador Bernardino Viana, que não fiz maiores desdobramentos do pensamento sobre uma proposta dessa porque preferi, pura e simplesmente, classificá-la como desarrazoada. É possível, entretanto, que aqueles que sonham com uma revolução popular de estilo marxista-leninista, acreditem que seria possível, mas primeiro seria necessário que houvesse essa revolução, para saber se em seguida o Brasil poderia deixar de fazer o pagamento das suas dívidas. Imagine se amanhã o Ministro Costa Cavalcante, que há um mês foi a Tóquio pedir um complemento de empréstimo para a construção de Itaipu, chegasse lá sob o fundamento de que pediria o dinheiro para construir Itaipu e, em seguida, voltaria e diria que somos um País explorado e, conseqüentemente, não temos nada a pagar e não devemos pagar. Isso tem um nome que não é propriamente algo que se possa classificar respeitosamente nas relações entre países.

Achei engenhosa a fórmula, por exemplo, do Senador Agenor Maria, e citei-a aqui. Ela pode ser muito engenhosa — mudar o nome do cigarro de Hollywood para Xique-xique e não pagar a transferência tecnológica. Mas também não me parece factível. De maneira que depois que respinguei, aqui e acolá, algumas coisas que me pareceram passíveis de uma crítica imediata e não profunda, eu enveredei na tentativa do exame das fórmulas apresentadas pelas Oposições.

Ora, a primeira coisa, embora isso desagrade o nobre Líder Paulo Brossard, está exatamente na heterogeneidade das Oposições e na heterodoxia das soluções que elas apresentam. E é o próprio ex-Governador do Rio Grande do Sul que se queixa, nessa entrevista dada ao *O Estado de S. Paulo*, de que as Oposições não têm um plano, exatamente porque não se uniram.

Louvo essa nova colocação do ex-Governador, louvo, porque S. Ex<sup>a</sup> parece ter perdido definitivamente as fumaças de guerrilheiro a distância, de comandante da Guerrilha de Caparaó, a distância, e de ter, na linguagem da Sra. Ivete Vargas, recebido milhões de dólares e depois S. Ex<sup>a</sup> disse que não eram tantos, eram alguns milhares mas não muitos, para fazer treinar na Ilha de Cuba os guerrilheiros que deveriam derrubar o *status quo* brasileiro.

Ora, eu tenho que saudar. Aleluia! É uma transformação, um banho lustral que se deu nessa criatura que abandonou aquela linguagem do passado e agora se apresenta com uma linguagem sensata, no presente, e com uma vestimenta digna de respeito, na medida em que ele pretende ser o porta-bandeira, o porta-gonfalon da Social Democracia Européia.

Ora, perguntei eu: O que querem as Oposições doutrinariamente? O Estado Neoliberal, como prega o Deputado Thales Ramalho, que se queixa de que este Governo que está aí é excessivamente intervencionista na economia brasileira? Ou o antípoda, pregado pelo Deputado Alceu Collares, que defende um princípio de um regime socialista, pura e simplesmente, apenas por via pacífica? Ou as formas intermediárias, como aquela apresentada por essa brilhante figura do Congresso que é o Senador Roberto Saturnino, que pretende uma forma em marcha para o socialismo? Ou a forma apresentada pelo Senador Pedro Simon, num discurso, por seu turno muito bem fundamentado, em

que aparece uma forte conotação de natureza nacionalista com evidente discrepância em relação a alguns pontos da conduta do Governo em relação ao capital estrangeiro? Ou o Sr. Jorge Cury que disse, desde logo, que este Governo era entreguista, ligado às multinacionais, pois tinha mudado a lei de remessas de lucros para torná-la ilimitada e, como tal, entregar o Brasil à sanha das multinacionais.

Ora, tudo isso, Srs. Senadores, não foi tirado, como fez crer o meu ilustre colega pelo Rio Grande do Sul, "aqui e acolá", com o propósito de distorcer a visão global das propostas da Oposição. Absolutamente, tirei, li, estudei o fato e (agora, plágio eu o nobre Senador Paulo Brossard), nem sempre podemos ler aquilo de que gostamos, mas somos obrigados a ler aquilo de que não gostamos.

Li, estudei, fiz um sumário, e procurei ver a posição de cada partido. Já citei o PMDB, citei o PDT, citei o PP, citaria o PT, o Partido dos Trabalhadores, mas ao ler a série de reportagens, em mesa-redonda, produzida em São Paulo, verifiquei que apareceu lá um outro *white-collar* para representar os trabalhadores — os trabalhadores brasileiros são representados ora pelo líder sindical mais conhecido, ora e, fundamentalmente, pelos *white-collar*s, professores universitários, sociólogos, para os quais nenhum Congressista é suficientemente, ou, pelo menos, nenhum Senador, é suficientemente progressista, é suficientemente voltado à esquerda, para poder ter a honra de pertencer a esse Partido. Mas, quando fui ver o que se continha na documentação, de um professor que não conheço, muito festejado nas esquerdas, chamado Wellford, suponho que seja essa a sua pronúncia — eu, às vezes, esbarro em pronúncias de origem mais nobre, anglo-saxônicas — então o Professor Wellford teria dito que, até aqui, o PT não tem um ponto de vista a esse respeito, mas que vai estudar. O Sr. Jorge Cury, representando a Sra. Ivete Vargas, disse que as Oposições não têm receita. O Sr. Leonel Brizola disse que elas precisariam ter receita, não têm porque não são unidas.

Finalmente, alguns dos ilustres membros das Oposições se referem aos programas partidários como sendo a receita final.

Ora, meus Srs. Senadores, qual a proposta do PMDB, por exemplo, se porventura, fosse guindado ao poder ou o que pretenderia o PP, o PDT e o PT? Absolutamente nada, ou seja, sabem todos o que não querem, mas nenhum o que deveriam querer.

"Não importa, mesmo, não se acreditem nas boas intenções e no sucesso da abertura. Os adversários do regime do Governo precisariam dispor, estrategicamente, e para sensibilizar a opinião pública, ao menos de um programa mínimo de postulados gerais ou até de certos detalhes específicos a justificar porque, num futuro remoto, o eleitorado viria a escolhê-lo para a função maior de governar o País, se pudesse. Senão de fórmulas mágicas ou receitas já adiadas, ao menos de que alternativas precisariam dispor, mas não dispõem. Diante da inflação, por exemplo, o que fariam? Ou da compressão salarial? Teriam condições de manter o crescimento mínimo do País, em meio aos índices cada vez mais elevados do custo de vida? E sobre a questão universitária, a participação dos empregados nos lucros das empresas, a política externa ou a ansiada nova ordem econômica mundial? A Federação, para eles, mostra-se em acordo com a Nação? O êxodo rural, a cada vez mais explosiva situação nos grandes centros, o transporte de massa, a energia, o que pensam os oposicionistas, sobretudo isto? Não se chegará ao exagero de pedir às Oposições um programa detalhado de Governo. Idéias gerais, porém, definições básicas, roteiros a seguir mais tarde, isso seria imprescindível, não importa a outra alegação de que nos respectivos programas os partidos apresentam tais definições, pois os documentos, no caso, são genéricos demais, abrangentes demais."

Se eu não estivesse, desde logo, mostrado ao Plenário do Senado que eu lia o jornal, a esta altura estaria recebendo apartes dos Srs. membros das Oposições, indignados com essas afirmativas, supondo que elas seriam minhas. Mas, para que não incorressem eles em novo erro igual àquele do nobre Senador Paulo Brossard, fiz questão, desde logo, de mostrar e exibir a página do jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem. Esta é uma coluna diária daquele jornal, assinada pelo jornalista Carlos Chagas, que, todos sabemos, não é um jornalista que tenha no Governo o objeto das suas afeições.

Ora, aqui está então o que pensa um politólogo, o que pensa um analista político expressivo, de um dos maiores jornais desta República. Mas ele vai ser provavelmente festejado, com toda a cortesia e civilidade, pelas Bancadas das Oposições. Eu não, a mim se atribui, desde logo, intenção galhofeira e zombeteira. E, no entanto, fui muito menos radical do que o foi nessa análise o jornalista Carlos Chagas.

Há ainda uma passagem do nobre Senador Paulo Brossard que me mereceu uma palavra, um correspondente. S. Ex<sup>a</sup>, muito elegantemente, se refere ao

principesco tratamento que recebi no Nordeste açucareiro. E como talvez percebesse que o elogio era suspeito, o nobre Senador Aderbal Jurema fez questão de, em nome quem sabe dos avatares da Revolução Praieira, dirigir-se ao nobre Líder da Minoria para dizer que o açúcar pernambucano não faz mal a ninguém.

Eu, agradeço, certamente, esse elogio, Senador Paulo Brossard, que foi como todos nós sabemos muito sincero a respeito da forma pela qual os pernambucanos me receberam, à testa deles a eminente figura do Senador Nilo Coelho. Mas tenho a absoluta certeza de que, se por um acaso, num feliz acaso na minha vida, desse eu com os meus costados, especialmente em ostracismo, lá naquele meu querido Rio Grande que me ensinou as primeiras lições fundamentais da arte castrense, e chegasse até Bagé e batesse na porteira de uma fazenda cujo proprietário se encontra entre nós, eu comprovaria que me arrisquei gravemente, quando disse, ao fazer o primeiro discurso, nesta Casa, ao voltar de Pernambuco, que era inexcedível a capacidade de acolhimento do Senador Nilo Coelho. S. Ex<sup>a</sup> há de me perdoar que eu ponha em dúvida, mas eu acho que S. Ex<sup>a</sup> seria excedido pela lhanza no trato, pelo zelo para com o seu hóspede, em nome da velha e discutida fidalguia gaúcha, pelo nobre Senador Paulo Brossard, que me receberia.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Uma das tradições rio-grandenses é exatamente a da hospitalidade. Agora, quanto à inexcedibilidade, eu creio que estou com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Eu agradeço, mas, como parte interessada, gostaria de provar as duas, para chegar a uma conclusão.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Desde que V. Ex<sup>a</sup> não seja levado ao Rio Grande por força do ostracismo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Eu não gostaria da restrição, eu preferia que, em vez de *desde que*, V. Ex<sup>a</sup> concordasse comigo e dissesse *ainda que*. Porque, de outro modo, me parece que, estando eu em ostracismo, V. Ex<sup>a</sup> não me receberia.

**O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS)** — Mas eu prefiro que tal não venha a ocorrer.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Esta já é uma frase mais feliz para o meu destino. A primeira nem tanto, me amedrontou, na suposição de que, em ostracismo estivesse eu, V. Ex<sup>a</sup> não me receberia, o que sei, desde logo, não seria verdade.

Qual o crime que pratiquei aos olhos das Oposições, aos olhos do nobre Senador Gilvan Rocha e aos olhos do nobre Senador Paulo Brossard? Declarar que as Oposições apresentam, se e quando o fazem, receita heterodoxa. Não fui eu, como disse, tão radical como o foi o brilhante jornalista Carlos Chagas, na sua crônica de ontem. Reconheci que havia sugestões que fazia sentido, embora discutíveis fossem. Comecei por examinar o contingenciamento das importações, recomendada pelo Senador Roberto Saturnino, pelo Senador Pedro Smon e pela Sra Ivette Vargas, os Senadores nesta Casa, a Sra. Ivette Vargas no jornal. Depois estudei a contenção ou eliminação da remessa de lucros, também uma das recomendações do Senador Pedro Simon e do Deputado Jorge Cury.

Portanto, eu comecei a dar tratamento metódico e sério. O que eu não pude, desde logo, por exemplo, deixar de ressaltar, e aí sim pincei, é na receita do Senador Pedro Simon, para que nós tivéssemos menor gasto com as importações, que S. Ex<sup>a</sup> lembrasse, como lembrou, que entre as medidas a adotar estaria acabar com as importações das quinquilharias, foi o vocábulo que S. Ex<sup>a</sup> utilizou, de Manaus. Então, fiz sentir que se amanhã o PMDB fosse Governo, como homem da Amazônia me preocuparia com isso, porque sabendo da enorme influência que o brilhante Líder gaúcho tem sobre o seu partido, eu recearia que a Zona Franca de Manaus, amanhã, fosse extinta. E só quem faz da Zona Franca de Manaus uma caricatura e não um retrato é que pode confundir-la com um fator de prejuízo à Nação e não de auxílio aos brasileiros que lá se encontram, superavitários na balança comercial. Nós do Norte, do extremo Norte, somos superavitários, mesmo com a entrada de 280 milhões de dólares no ano de 1979, para Manaus. E não significa apenas que esses 280 milhões de dólares tivessem sido levados lá para comprar quinquilharias, para comprar coisas que pudessem ser substituídas por produto nacional colocado no mercado.

**O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Ouço o Senador pelo Acre.

**O Sr. Jorge Kalume (PDS — AC)** — Desci, exatamente, para apartear V. Ex<sup>a</sup>; agradeço a deferência. V. Ex<sup>a</sup> está falando sobre a Zona Franca, reba-

tendo críticas feitas a esse grande benefício prestado à Amazônia, e muito em particular ao Amazonas, com grande reflexo aos territórios limítrofes e ao Estado do Acre. A exportação deste ano do setor industrial da Zona Franca, de produtos ali fabricados, talvez ultrapasse a importação. Era este o depoimento que eu queria trazer a V. Ex<sup>a</sup>. Talvez ultrapasse os 280 milhões de dólares.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> ex-Governador do Acre e brilhante companheiro nesta Casa, que conhece profundamente a temática amazônica; e até é mais simpático que parte de V. Ex<sup>a</sup> esse testemunho do que propriamente de qualquer dos Senadores amazonenses.

Sr. Presidente, salientei que o contingenciamento das importações era difícil, e hoje iniciamos a tarde com mais um excelente discurso do nobre Senador Evelásio Vieira.

Já tenho dito a S. Ex<sup>a</sup> tantas vezes, mas, não é demais repetir, quanto aprecio a conduta de S. Ex<sup>a</sup>, a seriedade com que se conduz; mas, acho que, mesmo dentro de uma seriedade, de uma conduta como esta, há pontos duvidosos e discutíveis a partir do momento em que S. Ex<sup>a</sup> expõe num discurso, discurso escrito, vale dizer, estudado, meditado, alguns pontos de vista que podem ser por nós contestados.

Por exemplo, travou S. Ex<sup>a</sup> ainda há pouco um debate com o nobre Senador José Lins e antes com o nobre Senador Aloysio Chaves, a quem S. Ex<sup>a</sup> se referiu no início do discurso.

Ora, tomei em mãos a pauta das importações brasileiras, e o que noto é que o que o nobre Senador Evelásio Vieira cita é absoluta verdade. Entre as matérias-primas que compramos como importações, das importações, por exemplo, do ano de 1979, nós tivemos metais não-ferrosos, 662 milhões de dólares, e tivemos ferro fundido e aço em 486 milhões de dólares.

Concordo com S. Ex<sup>a</sup>; pode ser até que não seja uma atitude política certa do Líder da Maioria, que é imperdoável esta compra do ferro e do aço. Por quê? Porque uma regra de três simples me daria absoluta certeza de que, se eu tivesse tanto de minério de ferro, de que conhecemos o teor, e mais o redutor, num tempo "t" eu teria uma quantidade "q" de toneladas de aço de ferro produzidas, porque não há fase lotérica, é certeza. Mas, acontece que com toda a capacidade de expansão do CONSIDER, com toda a capacidade de expansão da siderúrgica brasileira, temos sido surpreendidos pelo crescimento do mercado interno e pelo volume de compras, que tem ultrapassado sempre o valor da diferença entre o que se produzia e o que se passou a produzir a partir da expansão.

Mas, é tal hoje já a colocação do Brasil no campo do aço e do ferro guza, que somos hoje a décima nação do mundo em produção desse tipo de material e, em consequência, por causa disso, conquistamos um lugar permanente na Organização Internacional do Trabalho, no seu Conselho de Administração, que faz ora por um critério industrial, ora por um critério político.

O que hoje produzimos de aço, no Brasil, é uma das grandes conquistas, sem dúvida; mas, houve um período em que retardamos a possibilidade de hoje estarmos economizando, pelo menos, esses 400 milhões de dólares.

Como outra parte que poria dúvida, especialmente voltada para os homens que aqui trabalham tanto no campo da agricultura, especialmente os que o fazem no Sul, como o Senador Evelásio Vieira, seria a respeito do trigo. Nos velhos tempos em que me preparava para um concurso na Escola do Estado-Maior, eu li um livro de um ex-Ministro da Agricultura, Daniel Carvalho, e neste livro ele mostrava que seríamos, desde que quiséssemos, auto-suficientes na produção de trigo. Havia problemas de transporte e havia problemas de silagem. Mas, era possível fazer.

Agora, o que não é possível desconhecer — e S. Ex<sup>a</sup> não desconheceu, mas me parece ter minimizado — é de fato o problema do petróleo sobre a pauta das importações.

Eu cito aqui apenas um dado de comparação: durante o ano de 1980, de janeiro a maio, gastamos a grosso modo 4 bilhões de dólares para comprar petróleo. Comparando o mesmo período do ano de 1979, gastamos 1 bilhão e 900 milhões de dólares; em 1978, 1 bilhão e 600 milhões, e, em 1977, 1 bilhão e 500 milhões.

Disse o Superintendente da CACEX, Dr. Benedito Moreira, que o petróleo entrava no ano de 1970, no perfil das importações brasileiras, com 7%. Está agora em 43% e pode ir a mais de 50%. Então, o petróleo não é uma desculpa, não é uma simples explicação que se dá para fazer ignorar a suposta incapacidade do Governo. E é de tal modo importante o petróleo, que aqui foi por mim recebido agora, ainda hoje pela manhã, o *World Economic Survey*, de 1979/80, das Nações Unidas, edição do Department of International Economic and Social Affairs.

A publicação começa exatamente o seu capítulo sobre o problema da inflação, falando:

*"The present world economic situation is characterized by slow pace of economic advanced in most countries"*,

A presente situação do mundo econômico é caracterizada por um lento acréscimo no campo econômico na maioria dos países,

*"which is expected to weaken further in the coming months"*,

o que é esperado enfraquecer mais nos meses vindouros,

*"particularly in developed market economies"*,

surpreendentemente para mim, particularmente nas economias de mercado desenvolvidas,

*"high rates of price inflation"*,

grandes taxas de inflação,

*"which pervade all economies"*,

que penetram, que se espalham por todas as economias.

*"and substantial changes in the pattern of current-account balances"*,

e substanciais mudanças no modelo das balanças de conta-corrente.

*"occasioned principally by the doubling of the price of oil"*

ocasionadas principalmente pelo dobro do preço do óleo,

*"between the end of 1978 and the early months of 1980."*

entre o fim do ano de 1978 e os primeiros meses do ano de 1980.

A frase seguinte diz, em inglês, que a situação atual dos países em desenvolvimento é particularmente difícil. E, em seguida, vem um estudo analítico da maior profundidade sobre o efeito do desarranjo que o preço do petróleo causou no seu segundo choque a esses países.

Tenho, agora, uma revista francesa em mãos, *L' Express*, com a figura do Presidente da França, que concedeu uma entrevista a um famoso jornalista, Jean François Revel, que sei que é das leituras contumazes do nobre Líder Paulo Brossard. Vou tentar logo a tradução:

"O que se pode dizer a este respeito?

Ele falava sobre inflação e sobre desemprego.

"Nós entramos num período de crise. Nós entramos no fim de 73, no começo de 74, alguns meses antes da minha eleição. Esse período difícil tende a continuar, porque ele corresponde a mudanças profundas na repartição dos recursos do mundo..."

Eu chamo a atenção dos meus nobres colegas exatamente para esta colocação primorosa do Presidente Francês:

"...na repartição dos recursos do mundo, repartição que se fazia para nossa vantagem e que se faz agora em nosso detrimento."

Aqui a frase dele é exatamente em francês:

... la repartition des ressources du monde, répartition qui se faisait à notre avantage, et qui se fait désormais à notre détriment".

Depois diz ele:

"Enquanto era nossa vantagem, nós pudemos conhecer uma expansão rápida, tão rápida que não fazíamos face à demanda, que nos encorajávamos a mandar buscar trabalhadores imigrantes, com os quais não nos preocupávamos. Assistia-se um enriquecimento rápido do País."

Olha o milagre. Aqui, no Brasil, ele é aspeado e ridicularizado. Olha o milagre na França. Repito:

"Assistia-se o enriquecimento rápido do País, acompanhado ainda de injustiças e de excessos, notadamente na destruição de certos aspectos da vida francesa, ou dos fracassos do urbanismo. Nós agora entramos num período novo"

E sobre este período novo diz ele:

"Os resultados maus, vós os tendes: a alta dos preços mais forte e o nível de emprego que resta é manifestamente insuficiente.

Ora, quando trato deste problema é para mostrar, ora em inglês ora em francês — em inglês quando se trata do mundo, em francês quando se trata de

uma nação das mais ricas do mundo — que o problema do petróleo de fato abalou todas as economias capitalistas mundiais. E quem sabe não terá abalado também as economias socialistas? Não ouço, normalmente, nesta Casa e nem na outra...

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex.?

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Ouvirei já o Senador José Lins, concluirei a frase apenas. Não ouço o que me parece que seria normal ouvir, pelo menos homogêneo e coerente ouvir uma palavra de saudação aos trabalhadores poloneses.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Já que V. Ex. reclama, vou então tomar a iniciativa de solidarizar-me com os trabalhadores poloneses que estão em greve.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — É uma iniciativa que V. Ex. toma, muito nobre, em especial porque insuspeito para tomá-la. Se eu a tomasse poderiam dizer que era maliciosa e se outros tomam talvez sejam agora forçados a partir do gesto de V. Ex.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Estou ouvindo com o maior silêncio o seu discurso, mas já que tocou neste ponto, devo-lhe dizer que acho, penso que o que está acontecendo, hoje, na Polônia é um fato político de excepcional importância. Não sei qual será o seu desenvolvimento. Queira Deus que seja no sentido de uma maior liberação daquele país que, historicamente, é tão ligado ao nosso. Mas, de qualquer sorte, eu não me sinto bem em estar me manifestando em relação a um fato interno de uma outra nação. Por isto tinha me mantido recatadamente, até aqui. Mas, já que V. Ex. fez a provocação,...

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Mas não pessoal a V. Ex. ...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Não estou dizendo que foi pessoal.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — ... tanto que eu incluí a outra Casa também.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Mas, de qualquer sorte, já que V. Ex. colocou o problema, eu quero dizer que o estou acompanhando com a maior simpatia e o maior interesse, com temores e com esperança.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Somos dois. Permita-me fazer das palavras de V. Ex. as minhas. Somos dois.

Mas o fato que eu gostaria de salientar e creio que, em seguida, o Senador José Lins, é precisamente que a desordem da economia interna na Polónia se fez a partir da alta dos preços.

Ora, quebra-se mais um tabu do chamado socialismo, ou, como o velho Camus chamava, o socialismo concentracionário, que país socialista não tem inflação. Sabemos o que de fantasias fazem para manter aquelas moedas equivalentes ao rublo e o rublo mais forte do que o dólar. Pois, apesar de tudo isso, estão lá os poloneses lutando contra dificuldades de alimentação, preços de carne, preços de suprimentos, de gêneros alimentícios.

Verificamos que outro tabu de que se falava tanto do socialismo é que, uma vez ele constituído no mundo, seria uma sociedade fraterna. Está lá o Vietcong atacando o Lao, está lá o Vietcong atacando o Camboja, está o Camboja atacando o Vietcong e, por trás deles, duas superpotências, ou pelo menos, uma superpotência que é o carro-chefe do chamado socialismo mundial.

Ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Senador Jarbas Passarinho, desejo reforçar a tese de V. Ex. citando alguns dados do relatório do Banco Mundial, há pouco apresentado e comentado na *Folha de S. Paulo* do dia 18 deste mês. O relatório diz que a perspectiva da economia mundial é sombria e afirma que, para a América Latina, as perspectivas são ainda piores. Espera o Banco que, aí, a taxa média de crescimento caia de 3,5 para 2,4%. Explicando as causas dessa reversão do processo de crescimento dos países em desenvolvimento o relatório do Banco aponta várias causas. Diz o relatório que

"Os grandes desequilíbrios resultantes dos pagamentos externos fazem renascer as dúvidas sobre a capacidade do sistema financeiro internacional de reciclar recursos suficientes para manter a produção no comércio mundial".

Lembra, ainda, o Banco Mundial que com a majoração dos preços do petróleo no mundo, e com a inflação (e eis aí o efeito dos preços, dos custos do petróleo sobre o processo inflacionário) as perspectivas de crescimento

dos países industrializados pioraram sensivelmente. Nos países em desenvolvimento, é certo que os prejuízos serão ainda maiores.

Eis um outro trecho do comentário da *Folha de S. Paulo*:

Referindo-se ao problema energético, o relatório do Banco Mundial diz que a economia mundial teria melhores resultados se os preços do petróleo seguissem uma trajetória uniforme.

Ora, veja V. Ex<sup>a</sup> que não somos nós que emprestamos essa importância capital ao problema do custo da energia como um todo e do petróleo, em particular. É diante de uma situação como esta, nobre Senador Passarinho, que o Senador Evelásio Vieira pretende que o País eleve, ao extremo, o valor agregado dos seus produtos antes de exportá-los. Isto teoricamente seria muito bom. Mas isso significa também que o País não deve exportar produtos primários, antes de levá-los até a última fase da industrialização. Ora, num país em desenvolvimento como o nosso isto seria simplesmente impossível. No entanto, é esta, nobre Senador, a sugestão que nos traz o Senador Evelásio Vieira. Uma solução que decerto levará o País, rapidamente, à estagnação, a uma tremenda recessão. É mais uma sugestão da Oposição. Vê, V. Ex<sup>a</sup>, a quantos andam, portanto, essas sugestões.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador José Lins, pelo seu aparte. Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores...

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer. Eu apenas gostaria de chamar a atenção da Casa que vou encerrar o meu discurso diante de um fato que me chega, agora, ao conhecimento e que reputo da maior gravidade e que deve, desde logo, ser objeto, no meu entender, da manifestação, também, da Maioria desta Casa. Se o aparte de V. Ex<sup>a</sup> for sobre este fato, eu preferia recebê-lo posteriormente. Se for sobre o fato que discutimos, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que usasse o seu aparte para que eu concluísse o meu discurso.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Apenas queria, ilustre Líder da Maioria, Senador Jarbas Passarinho, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, tanto quanto a Maioria, de cujo Partido V. Ex<sup>a</sup> é um dos brilhantes líderes, quanto todos os partidos oposicionistas e a Nação inteira, estamos preocupados com a crise econômica, que nós reconhecemos não ser apenas uma crise interna do País, mas uma crise global, internacional, mundial...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Certo.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Uma das grandes preocupações, que acho ser, também, de V. Ex<sup>a</sup>, quanto do Senador José Lins, é essa colocação que ele acaba de ler do Banco Mundial: são esses prognósticos de baixo crescimento dos países em desenvolvimento, que nós não podemos aceitar. Nisso acho que podemos concordar, absolutamente, porque as Oposições, até agora, ilustre Senador Jarbas Passarinho, tiveram muitas dificuldades em formular uma alternativa para a conjuntura brasileira, porque sabe V. Ex<sup>a</sup>, também, que não lhe dão expectativa de poder inclusive, e isso dificulta, realmente, a construção de uma alternativa.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Quero apenas salientar que o que V. Ex<sup>a</sup> disse, me parece absolutamente coerente. Então, quando parte da Oposição nos diz que está cansada de dar modelo completo, alternativo, V. Ex<sup>a</sup> mesmo verifica que não é consentâneo com a verdade.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Na medida em que a crise se avoluma, reconhecida por todos nós, com as inevitáveis implicações políticas desse agravamento, cabe a nós outros, homens responsáveis, dialogarmos em torno de uma alternativa consentânea com os nossos interesses nacionais, sobretudo com o interesse da sociedade brasileira que exige crescimento, que exige desenvolvimento, que exige também que sejam sanadas sérias distorções em nosso desenvolvimento econômico, que tem causado, internamente, uma série de atribulações que, somadas aos reflexos da crise internacional, têm levado o País a uma grave crise econômica. Quanto aos trabalhadores da Polônia, gostaria também de, pessoalmente, através deste aparte, solidarizar-me com eles e também deixar aqui uma ligeira referência: é bastante interessante que lá não tenha havido intervenção sindical e se tenha reconhecido, num país comunista, o pleno direito de greve.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Ouvia V. Ex<sup>a</sup> quase que em concordância até o final, mas aí nós discordamos bastante porque as circunstâncias são muito diferentes, nobre Senador. São tão diferentes que merecem uma análise posterior em um discurso autônomo. V. Ex<sup>a</sup> evidentemente não vai querer comparar um regime comunista, um regime suposta-

mente feito em nome dos trabalhadores, onde os congressos se reúnem quatro vezes por ano, três dias cada vez, para pura e simplesmente referendar decisões tomadas pelo Politburo, com este mesmo Congresso que V. Ex<sup>a</sup>s. consideram tão desmoralizado, tão enfraquecido, tão incapaz. De maneira que aí o problema é...

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Não acha V. Ex<sup>a</sup> que este seria um motivo a mais para que lá, houvesse também intervenção sindical?

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — Eu gostaria que a frase de V. Ex<sup>a</sup> fosse aplaudida por todos nós dentro de algum tempo. Eu gostaria, por exemplo, que a frase de V. Ex<sup>a</sup> tivesse sido verdade para Dubcek. Lá não se fez intervenção no sindicato, mandou-se embora o Chefe do Governo, destituiu-se o Chefe do Governo, caiu em desgraça e passou a ser agora um funcionário burocrata de uma oficina enquanto pôde viver. De maneira que o problema é diferente, Senador, agora eu peço que essa questão nós consideremos no futuro em discussão.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Mas, jamais os partidos oposicionistas brasileiros deixaram de repudiar essas ocorrências referidas por V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA)** — V. Ex<sup>a</sup> sim, eu aqui, separe o joio do trigo, tenho o meu direito, sou homem que começo a envelhecer e começo também a ter o meu direito de não fazer concessões. Vejo ao contrário, tantos quantos batem palmas, ardorosamente, aos regimes autoritários, concentracionários, totalitários que aqui falam em liberdade. E não têm como não tiveram, em 56, com a Hungria, como não tiveram, na Primavera de Praga, a menor possibilidade de apresentar um testemunho de solidariedade como V. Ex<sup>a</sup> fez e o nobre Senador Paulo Brossard acaba de fazer.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é possível continuar discutindo economia neste instante. **Chegam ao meu conhecimento acontecimentos que reputo da maior gravidade para a vida política brasileira. Tive o cuidado, Sr. Presidente, de antes de assomar à tribuna testar essas informações. Algumas são falsas, outras parece que, desgraçadamente, estão confirmadas. Falso é o boato e o rumor que corriam aqui nos corredores deste Congresso, de que, na Capital da Bahia, teria havido um atentado à bomba que teria provocado, pelo menos, mais de uma dezena de feridos e mortos. Pedi ao Senador Lomanto Júnior que se comunicasse com Salvador. E recebi de S. Ex<sup>a</sup>, ainda há pouco, o total desmentido a essa notícia.**

Corre, entretanto, e parece que confirmada agora, a notícia de que uma bomba teria explodido na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro.

E corre mais agora a notícia de que, na Câmara dos Vereadores, do Rio de Janeiro, teriam havido distúrbios com ferimentos graves. Ao mesmo tempo em que, no bojo desses rumores, se declarou que, há algumas horas, em frente ao Palácio do Planalto, populares teriam sido agredidos porque estavam em manifestação ordeira.

Separaremos as coisas, começemos pelo último. O último episódio foi caracterizado, evidentemente, por um fato insólito; há pessoas que acreditam que podem coagir o Presidente da República a receber qualquer delegação desde que ela se poste diante do Palácio e promete invadir o Palácio. Tenho a informação oficial, partida do Palácio, de que houve toda forma suasória de caracterizar a necessidade de fazer-se um pleito de audiência ao Presidente da República, em termos de não se fazer uma ameaça de invadir o Palácio do Planalto, onde inclusive não se encontrava o Presidente da República para receber a delegação do chamado "Grupo contra a Carestia e Custo de Vida".

O nobre Senador Luiz Viana acaba de me dar um documento e eu terei a honra de ler em seguida. A informação do Palácio é que, pela maneira mais suasória possível, com militares desarmados, as pessoas que insistiam em entrar no Palácio foram retiradas para um ônibus, e antes foram colocadas num lugar à sombra para tentar-se com elas dialogar. Não houve violência, apesar de evidentemente estar lá preparado o quadro para isso. A cena estava previamente preparada. Era não apenas a imprensa que, evidentemente, diante de um fato desse, zelosa como é, eficiente como é, devia estar presente lá. Qualquer movimento de 100, 200, 300 pessoas à frente do Palácio deve chamar a atenção. Mas, ela também depôs que Congressistas estavam presentes, comandando esta tentativa insólita de exigir que o Presidente da República recebesse, naquele instante, as centenas de pessoas que lá se apresentavam, como se o Presidente pudesse ao recebê-las, naquele momento, resolver o problema de inflação que estávamos acabando de discutir aqui.

Evidentemente, Sr. Presidente, alguém está desejoso de tornar impossível o convívio democrático neste País. Quando se atacam proprietários de bancas de jornais, quando se atacam organizações como a OAB, quando se praticam esses tipos de atentados, por todos os tipos censurados, é evidente que o prin-

principal agredido é o Governo, o principal agredido, o principal objetivo é o Presidente, que nesta Casa eu represento.

Por que fazer isso? Qual seria o objetivo? Algum saudável? Algum construtivo? Pois se há pessoas caluniadas pela chamada imprensa alternativa ou nanica, que proceda dentro da lei, que se defenda dentro da tribuna que possui, mas, que não crie para o Governo e para as autoridades da República a suspeição de que houve na bancada dos opositores um entendimento entre o grupo que ataca e o grupo que dirige a Nação.

Mas, quando se provocam fatos como estes, para agravar as circunstâncias, para criar dissidentes, na porta do Palácio do Governo está-se também contribuindo para o mesmo problema grave, para a mesma tentativa de impasse.

Meus ilustres colegas, muitos dentre V. Ex<sup>ts</sup> senão a totalidade têm muito mais experiência política do que eu. Muitos fizeram toda a sua carreira na vida pública junto ao povo. A minha vida me reservou o privilégio de ter 29 anos dentro do Exército ao qual ingressei por concurso público universal — já disse nesta Casa com muito orgulho — no mesmo concurso em que três filhos de generais eram reprovados e o filho de um mecânico como eu era aprovado.

Conheço a vocação democrática da força a que pertenci e estou absolutamente convencido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que há uma unanimidade de procedimento nas Forças Armadas ao lado do Presidente João Baptista Figueiredo, para levarmos a bom termo aquilo que se vulgarizou com o nome de Abertura Democrática. Não tenho a menor dúvida de que é o propósito do Presidente e do qual ele não se arredará. Mas crescem essas tentativas absurdas, no sentido de inviabilizar o processo de entendimento entre nós exatamente quando, apesar de todas as injustiças da Oposição para com as intenções do Presidente, acabamos de fazer ler no Congresso da República o projeto de emenda constitucional que restitui eleições diretas para os governos dos Estados.

Quando a censura desaparecer dos jornais, quando os atos de exceção forem por seu turno derruídos, através de legislação votada nesta Casa e por iniciativa do próprio Governo, quando há dias ainda aqui estivemos vários dos que estão presentes, o orgulho de ver o Presidente Eduardo Frei referir-se à abertura brasileira, de maneira comovedora como o fez e chamar a atenção de alguns cujo recado foi muito nítido, de alguns que eu chamo de radicais, a quem S. Ex<sup>a</sup> brindou dizendo que é comum, é absolutamente comum que as pessoas que estejam vivendo um determinado tipo de processo só nele enxerguem os defeitos. Mas, era como se ele dissesse — V. Ex<sup>a</sup> Presidente Luiz Viana que o saudou em nome de todos nós, viu como aquele homem praticamente dizia: "Oxalá tivesse eu no meu País este clima que estamos respirando no Brasil hoje!"

Nesta hora em que caminhamos outra vez para uma tentativa de estabelecer em definitivo fundações sólidas para erguer uma democracia durável no País, em uma América Latina que tem vivido apenas instantes democráticos, nesta hora aparecem brasileiros — sei lá como classificá-los — a praticar esses gestos, a praticar essas sandices, essas atitudes que acima de tudo merecem o repúdio mais formal da Bancada do Governo do que de qualquer outra Bancada neste Plenário.

O Sr. Senador Luiz Viana recebeu do Presidente Eduardo Seabra Fagundes este telex:

TELEX:

Senador Luiz Viana Filho  
Presidente do Senado

"Comunico V. Ex<sup>a</sup> acaba explodir bomba alto teor na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, na sala anexa à da Presidência. Foi gravemente atingida a mais antiga servidora da Ordem, Lydia Monteiro da Silva que ficou mutilada, correndo ainda risco de vida." Eduardo Seabra Fagundes — Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Resposta do Presidente do Congresso, Senador Luiz Viana Filho:

TELEX

Nome: Dr. Eduardo Seabra Fagundes — Presidente Ordem Advogados Brasil  
End.: Ordem Advogados do Brasil  
Cidade: Rio de Janeiro — Est.: RJ

Em 27-8-1980

Acabo receber grave comunicação em que ilustre Presidente me informa nefando atentado ocorrido Sede Conselho Federal Ordem Advogados Brasil PT Verdadeiramente não tenho palavras que possam exprimir toda a minha indignação ET condenação selvagem ato

terrorismo que fere tão brutalmente consciência nossa civilização ET cultura incapaz conceber práticas contrariam todo o nosso passado ET ameaçam nosso futuro PT Rogo aceitar minha integral solidariedade pedindo transmita Senhora Lydia Monteiro da Silva o testemunho dos meus votos de restabelecimento PT Estou certo Poder Público empregará todos meios possíveis desvendar ET reprimir atentados como este que não somente emociona mas atinge todos os brasileiros PT Agredido comunicação apresento atenciosas saudações PT — Luiz Viana Filho, Presidente Senado Federal PT

Sempre tive horror à violência instituída como forma de governar, sempre tive o mesmo horror a esse tipo de violência que se pratica como tentativa de conquistar o poder. Não teria coerência se negássemos no período concentracionário a existência da liberdade, de querer defendê-la onde essa liberdade é gravemente atingida por procedimento de grupos, os quais patriotas não são e radicais indiscutivelmente são, e que em nome desta Nação é preciso que sejam descobertos, sejam capturados e sejam levados às barras dos tribunais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Bem que gostaria de fazer algumas considerações a respeito da oração que acaba de proferir o nobre Senador Jarbas Passarinho, particularmente no que concerne à resposta que S. Ex<sup>a</sup> entendeu de dar a uma parte, e apenas a uma parte, do discurso por mim outro dia proferido nesta Casa. Bem que gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas considerações a respeito do grave problema por S. Ex<sup>a</sup> tão dramaticamente descrito que atinge à universalidade das nações e que decorre das profundas transformações dos combustíveis necessários à vida moderna.

Creio que jamais nesta Casa alguém entendeu de minimizar este fenômeno, que é um fenômeno dos nossos dias, porque começou ontem, começou no ano 73. Se não estou enganado, foi Schreiber que, quando irrompeu a primeira crise do petróleo teve ocasião de dizer que estava acontecendo alguma coisa semelhante à descoberta da pólvora. A descoberta da pólvora, comparou ele, a primeira crise do petróleo, tais os reflexos que na humanidade inteira aquele fenômeno haveria de produzir.

Ainda hoje não o farei, Sr. Presidente. Mas não o fazendo, eu não posso deixar de manifestar, ainda uma vez, a lentidão, para não dizer, a preguiça, com que o Governo brasileiro tem agido em relação a um problema que, desde 1973, cobre de sombra o futuro de todas as nações.

A mim, Sr. Presidente, parece, sempre pareceu que era possível reduzir o consumo de petróleo no Brasil. Não posso crer que os brasileiros não compreendessem ou não pudessem compreender que isso era possível. Que era necessário, em primeiro lugar, que era possível, depois. Nunca pude compreender como o Governo jamais entendeu de dirigir uma palavra ao povo brasileiro neste sentido. Nunca me pareceu acertada a política, aqui cantada em prosa e verso, de que, através da elevação do preço, haveria redução do consumo. Porque, ainda quando essa providência fosse eficaz, a mim me parece evidente que os inconvenientes, que os efeitos, que os reflexos, na ordem geral das coisas, em todo o processo econômico, eram demasiadamente caros, por isso condenáveis.

Nunca o Governo se lembrou de dizer a todos, inclusive à Oposição, que Oposição e Governo deveriam dirigir-se à Nação para demonstrar, para concitar a todos da necessidade da redução do consumo do petróleo, do consumo de gasolina. Nunca, até porque a Oposição era maldita e composta de inimigos. E a soberba governamental achava que naturalmente seria uma diminuição colocar-se lado a lado da Oposição para que ambos falassem, por exemplo, ao povo brasileiro, através do rádio ou através da televisão, abordando, Oposição e Governo, Governo e Oposição, este problema que não seria nem do Governo nem da Oposição, porque seria da Nação brasileira. Isto nunca, jamais isso ocorreu ao Governo, porque o Governo nunca foi eleito. De modo que não tem maiores relações com o pobre povo brasileiro, que, afinal de contas, carrega o Governo nas suas costas.

Mas, Sr. Presidente, tenho para mim que esta não é a hora mais apropriada para discutir este problema que pode ter continuada a sua análise, porque, na verdade, ele tem sido tratado, muitas e muitas vezes, nesta Casa, e não é desta sessão, mas desde que aqui cheguei.

Era minha intenção, Sr. Presidente, fazer o registro, e o farei muito brevemente, de uma perda que o Rio Grande e o Brasil acabam de sofrer, com o

desaparecimento de uma das mais altas figuras da inteligência do meu Estado, do escritor Moysés Vellinho.

Desta tribuna, desta Alta Casa do Parlamento brasileiro, eu queria registrar este fato lutuoso, e, ao mesmo tempo, prestar, como rio-grandense, a minha homenagem àquele homem que foi um alto intelectual, um intelectual probo, acima de tudo.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Tenho a honra de ouvir o nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA) —** Rogo a V. Ex<sup>a</sup> que aceite que nos alinhemos a V. Ex<sup>a</sup> na dor com que registra este fato. Tive o privilégio de conhecer o escritor Moysés Vellinho quando, na residência do Reitor Faraco, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jantamos juntos. Lembro-me bem de que com ele muito conversei sobre esta fascinante similitude que há entre gaúchos e nortistas, entre gaúchos e acreanos e paraenses e amazonenses. Referi a S. Ex<sup>a</sup>, naquela altura, algumas dessas semelhanças, dessas coincidências o quanto nós, lá de cima, devemos aos gaúchos. Referi-me, é evidente, primeiro a Plácido de Castro, tendo eu nascido no Acre; referi-me a Nelson de Melo, como Capitão-Interventor do Amazonas, quando o Amazonas estava praticamente retalhado por quatro ou cinco concessões para companhias estrangeiras — uma delas tomava todo o rio Solimões, a outra todo o rio Madeira, e assim por diante, e foi um jovem capitão gaúcho que declarou caducas as concessões e reintegrou o Brasil na posse do seu território. Referi-me, depois a Joaquim Caetano da Silva, escrevendo o seu clássico livro *Da Amazônia ao Oiapoque*, que permitiu que a diplomacia brasileira levasse as fronteiras nossas, do extremo-Sul ao Oiapoque, como território baliza final do Brasil. Finalmente, lembro-me que referi-me também ao *Cobra Norato*, de Raul Bopp, mostrando que até na literatura a Amazônia estava assim tão ligada, sem esquecer Viana Moog, que escreveu *Bandeirantes e Pioneiros*. Anos depois, tive a alegria de receber o último livro produzido por Moysés Vellinho que foi *Fronteira*, onde, no último capítulo, registra esse fato. Razão pela qual peço a V. Ex<sup>a</sup> que me associe particularmente aos pésames com que V. Ex<sup>a</sup> se dirige à Nação brasileira.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Agradeço a palavra do eminente Senador pelo Pará. E quando S. Ex<sup>a</sup> desdobrava o seu aparte, eu estava a recordar-me exatamente das páginas finais do último livro de Moysés Vellinho, intitulado *A Fronteira*, onde ele faz essas observações e documentos a conversa mantida com o então Ministro da Educação e Cultura.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, que Moysés Vellinho foi um fino intelectual. Também foi Deputado Estadual, no período de 1935 a 1937, no Rio Grande do Sul, foi Ministro do Tribunal de Contas no Rio Grande do Sul por muitos anos. Mas foi, principalmente, e acima de tudo, um escritor, crítico literário e ensaísta, sociólogo, historiador. As *Letras da Província*, um dos seus livros de crítica, constitui um modelo de crítica literária. E não foi por acaso que foi ele convidado a escrever sobre o crítico José Veríssimo, naquela obra *A Literatura do Brasil*, dirigida por Afrânio Coutinho. Escreveu, além de *Letras da Província*, *A Capitania d'el Rei*, que é um livro em que ele, fruto de muitos estudos, de muitas investigações, defende calorosamente a lusitanidade do Rio Grande do Sul, contra aquela tese aligeirada e segundo a qual o Rio Grande seria uma espécie de saldo um tanto hispânico, uma espécie de contribuição rio-platense ao mapa brasileiro. Moysés Vellinho defende, com ardor e com erudição, a lusitanidade do Rio Grande do Sul, contra aquela tese aligeirada e segundo a qual o Rio Grande seria uma espécie de saldo um tanto hispânico, uma espécie de contribuição rio-platense ao mapa brasileiro. Moysés Vellinho defende, com ardor e com erudição, a lusitanidade rio-grandense, em todos os sentidos.

Dele, Sr. Presidente, são os recortes de *O Velho Mundo*, *Registro de Viagem* e dele, ainda, *A Fronteira*, o último dos seus livros, em cujos capítulos aprofunda a investigação histórica dos primeiros tempos da colonização do meu Estado. Mas ele também foi um dos mais agudos críticos de Machado de Assis. A ele, como Augusto Maia, outro rio-grandense, se deve uma das boas obras sobre o nosso Machado. E V. Ex<sup>a</sup> perdoe, Sr. Presidente, com a sua bagagem literária, que conta um Machado de Assis, que eu esteja a formular juízos desta natureza na sua presença. Mas ele era um devoto de Machado de Assis, como era de Eça de Queiroz. E sobre Machado e sobre Eça escreveu ele páginas do mais alto valor, do mais alto quilate, da mesma forma que sobre Simões Lopes Neto, outro estudo primoroso da lavra, da pena do escritor agora desaparecido.

Creio que faltaria à exatidão histórica se não mencionasse que ele dirigiu, durante anos, a *Província de São Pedro*, também uma das melhores revistas de cultura já publicadas no nosso País. E se ele estivesse a ouvir-me estaria

a reclamar que eu nada dissera sobre a Orquestra Sinfônica, da qual ele foi fundador e presidente durante muitos anos.

Pois é este homem, ilustre por tantos títulos, que acaba de desaparecer no Rio Grande do Sul. E eu entendi que era uma homenagem que esta Casa devia a um homem da sua inteligência e da sua integridade intelectual, da sua respeitabilidade intelectual. (Pausa.)

Ditas estas palavras, Sr. Presidente, tenho que ocupar-me do fato que foi, aliás, objeto das palavras finais do eminente Líder do Governo e do qual V. Ex<sup>a</sup> tomou conhecimento oficial por telegrama que lhe foi endereçado pelo Presidente da Ordem dos Advogados, o ilustre Dr. Eduardo Seabra Fagundes.

A Casa, do fato, tem conhecimento. Mais uma bomba. Quer dizer, mais um ato de terrorismo praticado, desta vez, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, uma das suas entidades de maior representação e de maior prestígio, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, que vem sendo, que tem sido fiel à sua finalidade legal e fiel aos seus estatutos, um dos centros da resistência legalista e democrática da nossa terra. Lá foi ferida a Diretora da Secretaria, Lydia Monteiro. Foi ferida, Sr. Presidente, e tenho a notícia de que ela já morreu.

**O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) —** Permite v. Ex<sup>a</sup>? Exatamente para isso, nobre Senador; era para a comunicação de que, infelizmente, a Sra. Lídia Monteiro da Silva, segundo notícias que tivemos agora, acaba de falecer.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Veja só V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a gravidade do fato, a gravidade do ato terrorista praticado. Não apenas essa pessoa, funcionária da Ordem dos Advogados, foi atingida — e eu sabia que gravemente atingida, quando a notícia aqui chegou — mas depois tive a dolorosa confirmação, agora reiterada pelo nobre Senador Gilvan Rocha, como há instantes me fora confirmada pelo Senador Roberto Saturnino, de que essa pessoa já faleceu.

Sr. Presidente, o fato tem a gravidade que há instantes foi ressaltada pelo porta-voz do Governo nesta Casa. Bastaria que ele tivesse ocorrido na sede da Ordem dos Advogados. Não haveria necessidade de que tivesse havido vítima, e muito menos que fosse irreparável o mal causado. Bastaria que o fato tivesse ocorrido na sede da Ordem, para que ele tivesse a maior gravidade. Bastaria que, qualquer que tivesse sido o local, tivesse ocorrido a morte de uma pessoa, para que ele, em si mesmo, constituísse um fato de natureza grave.

Pois bem, a morte da funcionária da Ordem dos Advogados ocorreu em consequência do atentado à Ordem. Não tenho mais palavras para caracterizar, para acentuar, para sublinhar a gravidade da ocorrência.

**O Sr. Nelson Carneiro (PMDB — RJ) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Com muito prazer.

**O Sr. Nelson Carneiro (PMDB — RJ) —** Este é apenas mais um atentado.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Ai é que está, nobre Senador.

**O Sr. Nelson Carneiro (PMDB — RJ) —** O primeiro, talvez, nessa longa relação, ocorreu quando se instalava, na quadra do Salgueiro no Rio de Janeiro, a Comissão Executiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A reunião estava marcada para as 4 horas e exatamente o palanque onde deveria estar reunida a Comissão explodiu às 4 horas da tarde. Os autores da bomba acreditavam na pontualidade britânica dos brasileiros e por isso, somente por isso, não fomos nós, o Senador Roberto Saturnino, eu e outros colegas, atingidos por essa bomba. Além dessa a que V. Ex<sup>a</sup> se refere e que atinge uma velha e querida companheira de trabalho durante os longos anos em que pertenci ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados, D. Lídia Monteiro da Silva, acaba de acontecer, também, um outro atentado dentro da Câmara dos Vereadores, notícia que acabo de receber, em que o Vereador Antônio Carlos de Carvalho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro teria sido um dos atingidos.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Eu ia me referir exatamente a esse outro acontecimento.

**O Sr. Nelson Carneiro (PMDB — RJ) —** Esses acontecimentos, somados àqueles outros anteriores, o rapto do Bispo de Nova Iguaçu, o atentado contra a Igreja de Nova Iguaçu, todos esses fatos mostram que não há polícia ou a polícia não quer investigar esses fatos, ao menos no Rio de Janeiro.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Agradeço o aparte do nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Senador Nelson Carneiro.

Eu ia me referir exatamente ao fato ocorrido na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, creio que no Gabinete do Vereador Antônio Carlos, ferindo um ou mais de um funcionário, fato ocorrido hoje. E já que V. Ex<sup>a</sup> falou no Bispo de Nova Iguaçu, cuja prisão, cujo seqüestro ocorrido a não sei quanto tempo até hoje não foi esclarecido, eu devo acrescentar uma outra notícia que acabo de receber, por parte do nobre Senador Roberto Saturnino. É que foi assassinado o caseiro do Bispo Dom Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu.

Terá sido um fato ligado a esses atos terroristas ou não? Não sei; mas, curiosamente, acontecem esses três fatos exatamente no mesmo dia.

O Sr. Valdon Varjão (PP — MT) — Senador Paulo Brossard, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O Sr. José Lins (PDS — CE) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Ouço o nobre Senador por Mato Grosso, o Sr. Senador Valdon Varjão.

O Sr. Valdon Varjão (PP — MT) — Nobre Senador Paulo Brossard, só para acrescentar às palavras de V. Ex<sup>a</sup> a gravidade do instante em que vivemos, estamos como se diz, chegando ao começo do fim. Há pouca hora, recebi um telefonema da jornalista Áurea Varjão, do jornal *Correio Braziliense*, pedindo-me a presença, porque ela tem o mesmo sobrenome que o meu e me chama de parente, para ver o estado em que ela estava, pois foi agredida, junto com os ônibus procedentes do Nordeste e que estavam com uma manifestação contra a carestia. Quem quiser testar o estado de calamidade em que se encontram aqueles nordestinos que vieram reclamando a carestia e que foram agredidos na porta do Palácio do Planalto, estão ali, agora, neste instante, estão ali na sala Nereu Ramos se pronunciando e a informação é que tem 15 no hospital pela agressão que sofreram, na porta do Palácio do Planalto, rasgando as faixas, o que ela havia escrito e a sua roupa pessoal.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Pois não.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Senador Paulo Brossard, estamos todos, os líderes de todas as lideranças desta Casa, consternados com os graves acontecimentos que no momento abalam o País. V. Ex<sup>a</sup>, certamente, nota, nesta sala, a ausência do nosso Líder, o Sr. Senador Jarbas Passarinho. Informo a V. Ex<sup>a</sup> que S. Ex<sup>a</sup> se deslocou ao Palácio para melhor acompanhar os acontecimentos e as medidas que estão sendo adotadas para coibi-los.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Agradeço a informação do nobre Senador.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Isso, exatamente, em virtude do reconhecimento da gravidade deste caso.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Agradeço o esclarecimento que V. Ex<sup>a</sup> presta a mim e à Casa.

O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Concedo o aparte ao Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA) — Eu aguardava para transmitir-lhe a informação, que o nobre Senador José Lins já lhe transmitiu, para explicar a ausência do nobre Líder Jarbas Passarinho, aqui, em Plenário, no importante discurso que V. Ex<sup>a</sup> pronuncia.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Devo dizer que, antes mesmo que a informação fosse dada, eu já supunha que tal fosse a razão.

O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA) — E segundo, eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que as informações que tenho a respeito do assassinato do vigia de uma das instituições é de que não se tratava da residência de Dom Hipólito, bispo da Diocese de Iguaçu. Embora o fato não venha justificar coisa alguma, mas, é exatamente um grupo de marginais que tentou assaltar uma importante entidade, dirigida e que vive sob a direção da Diocese de Nova Iguaçu. Esse grupo, ao tentar assaltar, o vigia reagiu e foi assassinado pelos assaltantes na madrugada.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — V. Ex<sup>a</sup> deve ter notado a cautela com que mencionei este fato, não sabendo se havia uma correlação ou não com os anteriores. Mas, havia, exatamente, a coincidência dos três fatos ocorrerem no mesmo dia.

O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA) — É verdade. Nós louvamos sempre o equilíbrio de V. Ex<sup>a</sup> e a maneira com que V. Ex<sup>a</sup> coloca os problemas, sem-

pre com aquela serenidade e com aquele senso de equilíbrio que caracterizam a sua personalidade de grande Líder. Mas, eu também queria aproveitar e pedir desculpas para inserir, no importante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> uma explicação, porque não estava no momento, quando o nobre Líder Jarbas Passarinho declarou que nada teria ocorrido na Bahia, segundo minha informação. Evidentemente, nada sob o aspecto de terrorismo. Mas, ocorreu, na Bahia, um fato profundamente desagradável, lastimável pois acabo de ser informado pelo Governador Antônio Carlos Magalhães. Telefonei-lhe perguntando se teria havido algum fato terrorista no Sindicato dos Pescadores. S. Ex<sup>a</sup> disse que não; o que ocorreu foi um acidente de graves proporções, pescadores que estavam fabricando bombas, naturalmente clandestinas, e estas bombas explodiram, houve uma explosão muito forte, destruindo o local de fabricação e provocando três vítimas já constatadas, podendo haver mais vítimas sob os escombros. Mas, que não estava relacionado com nenhum fato terrorista. Eu queria dar esta explicação, porque é um fato profundamente desagradável, em que três conterrâneos meus foram mortos, num desastre que atingiu, sem dúvida alguma, a população baiana. Quero aproveitar a oportunidade para manifestar, também, o mesmo ponto de vista do Líder da minha Bancada: o nosso repúdio a esses comportamentos que ferem, sem dúvida alguma, os nossos princípios cristãos e a nossa tradição de Nação que tem, pelo respeito à vida e aos direitos humanos, uma tradição de todos os tempos.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Tenho a honra de ouvir o nobre Senador pelo Rio de Janeiro.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Nobre Senador, nobre Líder Paulo Brossard, há 10 ou 15 dias, usei esta tribuna, em nome do nosso Partido, o PMDB. V. Ex<sup>a</sup> se encontrava ausente na Casa, para protestar contra mais um atentado que havia sido cometido, naquela feita, contra uma creche da comunidade israelita de São Paulo. Naquela ocasião, tive oportunidade de dizer que era muito difícil, que era realmente muito difícil acreditar-se que, se houvesse empenho efetivo das autoridades em desvendar esses casos, esses atentados e localizar os culpados, era muito difícil acreditar que, se tivesse havido esse empenho, não tivesse sido encontrada, até então, uma pista sequer, um culpado, um suspeito, tal a frequência com que esses atentados vinham ocorrendo e tal o lapso de tempo que correra, desde o primeiro atentado até agora...

O Sr. Paulo Brossard (PMDB — RS) — Esta é a questão.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — ...e que era, exatamente, a impunidade desses casos é que vinha encorajando a repetição dos mesmos. Agora, efetivamente, acredito que o Governo não pode deixar de se empenhar. Mas o que é de lamentar-se, nobre Senador, é que tenha chegado a esse ponto e que tenha sido necessário haver o sacrifício de uma vida para que, realmente, esse empenho tenha surgido.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Esta é a questão.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RS) — Não é do nosso interesse agravar uma situação mais grave, que já é grave, mas não podemos deixar de registrar, com profunda amargura, este fato que, realmente, houve uma sucessão muito grande, durante um lapso de tempo muito grande, e que, se tivesse havido um empenho, é difícil de acreditar-se que não tivesse surgido uma pista.

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Agradeço o aparte do nobre Senador Roberto Saturnino, que fornece exatamente a linha, o que faz com que eu venha tomar a linha do discurso que eu pretendia fazer, depois da parte descritiva. Creio que, em relação à descrição dos fatos, já estamos de acordo.

Agora, vamos à análise. O nobre Senador Saturnino — eu não estava aqui — mas, S. Ex<sup>a</sup>, com sua delicadeza, me informou que iria fazer um pronunciamento no sentido em que fez. Há coisa de duas semanas ocupou esta tribuna para verberar contra o ato de terrorismo verificado em São Paulo, que atingiu uma creche, mantida pela comunidade judaica daquela cidade, pela comunidade israelita. Mas, aquele também não foi o primeiro. Creio que ninguém, hoje, saberia dizer quantos, quantos atentados terroristas sucederam em nosso País nos últimos tempos. Mas, outro dia, Sr. Presidente, foi aqui, na rodoviária, aqui, na capital da República, a alguns metros do Palácio do Planalto, a alguns palmos do Ministério da Justiça. Uma banca de jornais foi espatifada. Mas, este caso, talvez, tenha sido o quinquagésimo a acontecer, recentemente, até no interior do Rio Grande do Sul, fatos rigorosamente iguais, atingindo locais em que são vendidos jornais, depois de ameaças explicitamente feitas, até no interior do Rio Grande do Sul, bancas de jornais

foram destruídas. Por acaso ninguém poderia, mas, no caso, nem poderia dizer, uma vez que as ameaças eram feitas. De modo que os atos terroristas sucediam-se às ameaças feitas. Os comerciantes eram ameaçados, porque vendiam determinados jornais. O fato atingiu tal gravidade que o Dr. Roberto Marinho, na condição de dirigente sindical, dirigiu-se ao Senhor Presidente da República, outro dia, requerendo providências.

Mas, isso está acontecendo quase todo dia — no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, no interior do Rio Grande do Sul, aqui em Brasília, não sei quantos lugares mais. E nada, absolutamente nada, acontece. O Estado arquipoderoso, que tem uma rede policial impressionante, que é capaz de farejar qualquer reunião de duas pessoas suspeitas, segundo seus critérios, o Estado que descobre tudo por um aparelho policial realmente vasto e disseminado, até hoje não foi capaz de encontrar um princípio, um esboço de pista quando se trata de ato terrorista.

**O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Isso é que ninguém mais aceita, isso é que gera, pelo menos, a suspeita. A suspeita de quê? A suspeita de que os agentes desses atos gozem da benevolência oficial. Este é o fato na sua expressão crua.

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Ouvirei antes o aparte do nobre Senador Franco Montoro.

**O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) —** Nobre Senador V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão na veemência com que se refere a esses fatos, salienta que não são fatos comuns, estão todos ligados num mesmo propósito e, com frequência, esses atentados estão sendo acompanhados de documentos, de advertência, de ameaça.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** É dado o aviso prévio, nobre Senador.

**O Sr. Franco Montoro (PMDB — SP) —** Exatamente. Portanto, há aí algo de comum. E é evidente que ninguém pode estar satisfeito com a apuração desses fatos pelos órgãos que, normalmente, teriam a função de investigá-los e apurar os responsáveis. Diante disso, o Congresso não pode também ficar indiferente. O Congresso Nacional tem uma função, além das funções legislativas ordinárias, ele tem a função de exercer a fiscalização dos atos das autoridades do Poder Executivo. É o art. 45, da Constituição, que estabelece expressamente a competência do Congresso para fiscalizar os atos do Poder Executivo, da administração direta e da administração indireta. E é, ainda, a Constituição que atribui ao Congresso Nacional um instrumento competente para que ele exercite essa competência. Este instrumento é a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar esses fatos. Comissão que tem que se constituir no Congresso, com Deputados e Senadores, dentro dos termos da Constituição, para apurar especificamente esses fatos. Já temos aqui, no Senado, constituído uma Comissão, brilhantemente presidida pelo Senador Orestes Quêrcia, que procura investigar as causas da violência entre nós. Mas, aqui, é um caso especial e específico de uma violência caracterizada e voltada para a abertura democrática. Não há ninguém que possa negar a evidência: são os setores que querem impedir que se dê, no Brasil, a normalização democrática que a Nação exige, que querem impedir, que a escolha dos seus dirigentes seja devolvida ao povo brasileiro. Neste sentido, congratulome com V. Ex<sup>a</sup>, e tenho a certeza de que todo o Congresso há de se unir na exigência da apuração desses fatos, ficando vigilante no cumprimento do seu dever.

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Agradeço o aparte do nobre Senador por São Paulo, Sr. Franco Montoro, mas gostaria de dizer que o papel do Congresso, de fiscalizar, não significa, e não pode significar, que a polícia continue a deixar de cumprir os seus deveres elementares. E o alvitre do nobre Senador só tem uma razão de ser, pela circunstância das omissões policiais. Mas a polícia aqui é que tem de dizer à sociedade brasileira o que faz, ou por que faz. Esta é a questão.

**O Sr. Jaison Barreto (PMDB — SC) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** Tinha pedido a V. Ex<sup>a</sup> um aparte, antes. Se V. Ex<sup>a</sup> me concede... (Assentimento do orador.) — Quando V. Ex<sup>a</sup> estava falando sobre a de possibilidade de convivência, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que este é um problema muito sério, é um problema de todos nós, e tem razão o Senador Franco Montoro quando diz que é um problema do Congresso

Nacional. E como Vice-Líder quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu não pertenceria a um partido que apoiasse um governo que fosse conivente com atentados dessa natureza. Fique certo V. Ex<sup>a</sup> que o Presidente da República...

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Vamos esclarecer os atentados, nobre Senador.

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** ... é o maior interessado em esclarecer esses atentados.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Chegarei lá. Chegarei até o Presidente da República.

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** E, até agora, os órgãos de segurança continuam a trabalhar.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Chegarei até o Chefe do Governo.

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** Mas sabe V. Ex<sup>a</sup>, como homem público, que não é tão fácil detectar de imediato a origem dos atentados. Mas, fique certo V. Ex<sup>a</sup> que o nosso partido, solidário com o espírito do Congresso Nacional, haverá de se bater para que tudo isso fique à luz meridiana, e que os responsáveis irão para os tribunais.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Já era tempo, nobre Senador.

**O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) —** É esse o pensamento do Governo da República, é esse o pensamento do Presidente Figueiredo.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** De qualquer sorte, recebo com prazer o seu aparte, mas já era tempo.

**O Sr. Jaison Barreto (PMDB — SC) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Jaison Barreto (PMDB — SC) —** Nobre Senador Brossard, infelizmente não podemos fazer coro com a esperança de muitos setores da Nação, com as promessas agora reiteradas do Vice-Líder de que as coisas correrão melhor para o futuro, pois os antecedentes estão aí a comprovar a impunidade que manteve, que ajudou a fermentar esse clima de insegurança. Ouça-se o Ministro do Exército, comprometido, no dizer de um Deputado da Oposição, com esses fatos: ao invés de apurar ou participar de maneira efetiva na apuração desses atentados, faz juras de amor à democracia, mas não cumpre aquilo que é da sua específica função. Aí está o Ministro da Marinha, fazendo blagues e piadinhas com os atentados, como se eles não tivessem a gravidade que a Nação sabe ter. E até mesmo o Presidente desta Casa, o nobre Senador Luiz Viana, investe contra a Oposição, tentando levá-la a uma bolina cívica ao afirmar que o importante são as eleições de 82 e não permitir esse radicalismo — no entender dele — contra essa prorrogação imoral dos mandatos e dessa posição intransigente e decente que nós, da Oposição, fazemos em torno de um programa que seja capaz de tirar o País do atoleiro em que eles o meteram. De modo que é com esse exemplo, com essa convivência, que essas coisas se reproduzem, intranquilizando a Nação. O que nós do Senado, o que nós da Câmara, o que nós brasileiros todos exigimos são medidas prontas e eficazes, a fim de que não se pretenda, através da impunidade desses criminosos, levar o País aos dias obscuros bem recentes.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Antes de ouvir o nobre Senador Pedro Simon, que me solicita um aparte, Sr. Presidente, gostaria de lembrar ou de ter a minha memória avivada: não houve, há coisa de dois ou três anos, um atentado contra a sede da Associação Brasileira de Imprensa?

**O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) —** Houve, sim.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Dois, três anos e, desde então, vêm se sucedendo fatos dessa natureza. Reconheço que com uma intensidade muito menor, de longe em longe ocorria um. Mas, ultimamente, posso dizer que a partir deste ano, a sucessão de atos de terrorismo tem sido de tal forma regular, parece que cronometrada, que o Governo não pode, nesta altura, prometer medidas, mas deveria era trazer resultado das medidas já adotadas.

Tenho o prazer de ouvir o aparte do meu companheiro de representação, Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Nobre Líder Paulo Brossard, a realidade é que estamos diante de um fato que tem dupla interpretação: desde

64 até hoje, os governos que se sucederam fazem questão de dizer, o lema dos mesmos é segurança e desenvolvimento.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** É verdade.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Com relação ao desenvolvimento, sabe a Nação — e o Governo reconhece hoje — que as coisas não vão bem. Mas, imaginávamos nós que, em termos de segurança, as coisas iam muito bem, porque nunca se teve tantas verbas, nunca se teve tantos órgãos, nunca se teve tantas pessoas envolvidas na segurança quanto agora.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** A própria Polícia Federal foi criada no Governo Castelo Branco; antigamente, a Polícia Federal era circunscrita à zona marítima, aeroportos e fronteiras.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Concordo com V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Hoje existe um Polícia Federal que está esgalhada por todo o País.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** A pergunta que se faz, nobre Senador, é exatamente esta: é incompetente a segurança para descobrir esses atentados? Esta é a pergunta. Estando diante desta realidade de mais de 100 atentados e, em cerca de 2 anos, o Governo não teve a capacidade de descobrir?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Nem um.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Ou não há interesse em descobri-los? E essa falta de interesse causa a impunidade.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Isto é o que salta aos olhos.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Nobre Senador, quando já se sabia a origem dos atentados, ou pelo menos, o Governo descobria que eram de esquerda, rapidamente eram descobertos. O Exército, em Curitiba, descobriu o chamado aparelho comunista. O Exército entrevistou, o Exército descobriu, o Exército mostrou na televisão, os responsáveis e o aparelho descoberto. Hoje, o Ministro Ibrahim Abi-Ackel diz que isso é competência de Estado, que a União não tem nada a ver com isso e troca notas não muito gentis com o Governo de Minas Gerais, o Governo de Minas Gerais dizendo que cabe ao Governo Federal e o Governo Federal dizendo que absolutamente nada tem que ver com isso. Então, nobre Senador, há incompetência dos aparelhos de segurança ou não há interesse dos aparelhos de segurança?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Esta é a pergunta que todo mundo se faz.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Porque, esta impunibilidade dá tranquilidade aos terroristas para praticar os atos, porque se não houvesse a impunibilidade, se os responsáveis pelo atentado à bomba na sede do jornal *O Estado de S. Paulo* tivessem sido descobertos, se os responsáveis pelo atentado contra o Cardeal D. Vicente Scherer em Porto Alegre tivessem sido descobertos, a coisa seria diferente. Mas há uma impunibilidade. Essas pessoas sabem que fazem e não acontece nada.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** E nada lhes aconteceu. Até hoje, nada lhes aconteceu.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS) —** Então, a pergunta é esta; será que temos que nos reunir para discutir que depois de 16 anos, dando o Brasil como um paraíso da garantia da segurança, não há segurança? Ou não há interesse em resolver os casos?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Esta a indagação que está presente em todos os espíritos.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Ouço o nobre Senador por Goiás.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) —** Eminentíssimo Líder, creio que o nosso brilhante companheiro, Senador Pedro Simon, colocou bem todo esse problema. Mas, além disso, há, sem dúvida, fortes indícios, mas fortes indícios mesmo, de comprometimento de vários setores do chamado aparelho de repressão com esses grupos clandestinos. A acusação que se faz, a suspeita que se levanta não é de que o Governo, como um todo, estivesse conivente, mas de que há, incrustados na estrutura de poder do aparelho de repressão, vastos setores comprometidos com esse processo de clandestinidade.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** V. Ex<sup>a</sup> se antecipa a algo que eu ia dizer.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) —** Por exemplo, o ocorrido em Santo André, com uma banca que vendia alguns jornais de imprensa alternativa, é bem característico. O proprietário da banca, com testemunhas, afirma que alguns policiais atacaram a banca e de lá subtraíram jornais da imprensa alternativa e algumas revistas, ao mesmo tempo em que essas mesmas bancas sofrem, em vários pontos do País, atentados a bomba. Quanto ao problema da CPI, levantado pelo eminente Senador Franco Montoro, e que foi aqui contestado, não há razão de ser. Por isso mesmo, achamos que o Congresso Nacional deve manifestar-se, investigar do ponto de vista global e político, o que está ocorrendo por trás disso, não para levantar o pânico, porque o pânico nós sabemos que faz o jogo desses grupos marginais, mas também, para não termos olhos de cegos e nem ouvidos de surdos, diante da iminência de uma tragédia que pode, sem dúvida alguma, fazer o jogo de prestar serviços a grupos que querem, sem sombra de dúvida, inviabilizar o processo de conquistas democráticas que a sociedade brasileira vem levando a efeito. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) —** V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Antes de concluir, ouço o aparte do nobre Senador Orestes Quércia, e logo terminarei, Sr. Presidente.

**O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) —** Permita-me V. Ex<sup>a</sup>, nosso ilustre Líder, um ligeiro aparte. Concordo, como todos nós e talvez a maioria da Nação concorda, com o fato de que no mínimo o Governo está se omitindo neste campo perigoso. Ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito que analisa a violência urbana e que está analisando a violência de ordem política, também,...

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Foi ouvido o Professor Dallari,...

**O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) —** ... foi ouvido o Professor Dalmo Dallari.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** ... vítima de uma agressão.

**O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) —** É anteontem, nobre Senador, ouvia, através de uma emissora de rádio, em São Paulo, uma entrevista com o Comandante do II Exército, General Milton Tavares. E a entrevista era eivada de ofensas pessoais ao Professor Dalmo Dallari, insinuando, inclusive, que o Professor poderia ter montado a agressão que sofreu, tendo em vista objetivos políticos. Isto eu ouvi em uma entrevista do General Milton Tavares.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** E, se não estou enganado, alguém, diante da gravidade daquele fato, chegou a atribuir ou a insinuar que ele poderia ser obra do próprio Professor Dallari ou do Cardeal Arcebispo de São Paulo.

**O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) —** Exatamente. Ontem, nós ouvimos o Professor Dallari na Comissão de Inquérito que tenho a honra de presidir nesta Casa, e a colocação do mesmo foi de tranquilidade perante aquilo que está acontecendo, inclusive abrindo mão de que se esclarecesse o seu caso pessoal, desde que o Governo se interessasse pelo caso globalmente. Veja V. Ex<sup>a</sup>, e por isto quis fazer este rápido aparte. Acredito que pronunciamentos como o do Presidente desta Casa, dizendo que estas ocorrências poderão prejudicar a realização de eleições diretas em 1982, que o pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho, feito há poucos minutos atrás, dizendo que ele havia servido ao Exército, que era um corpo honrado que queria a abertura, "mas" — disse ele há poucos instantes da tribuna —, "mas", insinuando que essas ocorrências poderão prejudicar a abertura anunciada pelo Governo, como aquilo que ocorreu no Palácio do Planalto, como aquilo que está ocorrendo... Nós sabemos que a liberdade é barulhenta, evidentemente que é, e o Governo não tem o direito de, através de seus porta-vozes, ameaçar a abertura que anuncia, em razão desses acontecimentos, tem é que colocar a Polícia nas ruas...

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) —** Especialmente um Governo que não cumpre um dos seus deveres elementares.

**O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) —** Exatamente, porque quando da movimentação em favor da anistia, nós nos lembramos que o Governo falava muito em crimes de sangue, em crimes comuns, não eram crimes políticos. Pois esses crimes são comuns, são questão de Polícia. E na medida em que o Presidente da Casa e os porta-vozes do Governo ameaçam a abertura em razão desses acontecimentos, eles estão incentivando a que esses acontecimentos continuem, porque aquele que está soltando uma bomba na OAB, matando, nas bancas de jornais, na medida em que ele vê que os porta-vozes do Go-

verno anunciam que se isto ocorrer, vai haver um fechamento, eles continuam. O Governo, de certa forma, está fazendo o jogo desses grupos, primeiro, não investigando como devia realmente investigar e, segundo, abrindo perspectivas para a continuação desses movimentos que toda a Nação deplo-  
ra.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Sr. Presidente, não atribuírei, não o faria, não atribuiria, não atribuírei ao Presidente da República — agora vamos ao ponto há pouco colocado — co-autoria, o que seria um contra-senso, ou a convivência em atos desta natureza. Se tivéssemos chegado a este ponto, então, não teríamos mais o que esperar, não teríamos mais o que fazer. Agora, como foi observado, o que é incompreensível é que esses atos venham sendo praticados, não desde ontem, mas desde meses, para não dizer desde anos, e em nenhum caso tenha havido, sequer, um começo de esclarecimento. Onde resulta aquela impunidade a que se referiu o nobre Senador Pedro Simon, e uma impunidade fecunda, porque, na medida em que a impunidade se verifica e é testemunhado, há um estímulo, há um convite a que novos atos dessa natureza venham a ser cometidos, como têm sido. O Governo não tem feito o mínimo que seria de se esperar de um Governo, especialmente, de um Governo marcadamente policial como tem sido o nosso. Com uma polícia numerosa que, quando quer, é eficaz, quando quer é eficiente. Mas, surpreendentemente ineficaz, curiosamente ineficiente quando se trata de atos desta natureza. Então, a pergunta que todo mundo se faz é esta: quem são os autores? Não são do Governo, em sentido amplo? E há convicção generalizada de que sejam do Governo. Quer dizer, de segmentos do Governo, de departamentos do Governo. Ou, como uma vez foi dito dali daquela cadeira, em relação a outros atos, aos atos de violência a pessoas, aos atos de tortura, foi dito que o Governo não podia responder pelo que se passava nos porões da administração. O que me fez responder, ato contínuo, que graças àquela manifestação ficava-se a saber que a administração tinha porões e que, pelo que ocorria nos porões, o Governo não respondia.

**O Sr. Orestes Quéricia (PMDB — SP)** — Lembra 54, Senador, Getúlio Vargas.

**O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — O que me levou a dizer que se cuidasse o Governo, que ocupava os salões, porque o mau cheiro dos porões poderia chegar até ele nos salões.

Vou encerrar, Sr. Presidente, mas não quero fazê-lo, sem antes ouvir a palavra do nobre Senador Lomanto Júnior.

**O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA)** — V. Ex<sup>a</sup> faz justiça, como oposicionista, em não condenar, em não admitir, em momento algum, a culpabilidade o Presidente da República e do próprio Governo.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Seria o fim dos fins.

**O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA)** — V. Ex<sup>a</sup> foi muito justo e correto na sua resposta ao próprio Senador Orestes Quéricia. Sou obrigado, face à ausência do Líder do Governo, a dizer que — V. Ex<sup>a</sup> deve ter ouvido mal, deve ter interpretado mal, pois em momento algum o Líder Jarbas Passarinho fez qualquer ameaça ou colocou esses atos de terrorismo como ameaça à abertura, porque a abertura é uma decisão do Presidente da República; ela, efetivamente, é possível que objetive isso, que os objetivos levados para isso são para perturbar a decisão, eu diria mesmo a obstinação do Presidente Figueiredo de fazer deste País uma democracia.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Nobre Senador, eu já disse uma vez e como não improviso opiniões, eu as repito: — até fui censurado por isto em outros tempos — acredito na sinceridade do Presidente da República, quando diz, quando repete seu juramento, seus propósitos, porque, se S. Ex<sup>a</sup> não fosse sincero, as limitações da tribuna parlamentar me impedem de usar as expressões que seriam adequadas ao procedimento dele. De modo que não duvido. Uma coisa é, digamos assim, essa obstinação abstrata.

**O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA)** — Concreta, nobre Senador.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Nem tão concreta, nobre Senador, porque o que existe de concreto mesmo é o adiamento das eleições municipais. Por que e para quê? Para não se falar na extinção dos partidos? Para fragmentar a Oposição? Mas, vamos deixar isso de lado. Vamos ficar na questão específica que estamos a discutir. Mas, então, o Presidente da República, obstinado — para repetir a expressão por V. Ex<sup>a</sup> usada — na sua resolução de devolver a democracia a este País, como Sua Excelência bem o disse, não uma, mas duas, três, não sei quantas vezes, repetidamente, desde a sua posse, como se pode entender que um Presidente, assim obstinado, tendo os poderes que tem, ainda não fez funcionar a administração fe-

deral, a Polícia Federal, toda essa imensa organização policial, que não existia antes do Governo Castello Branco e que hoje existe, e que...

**O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA)** — Agora temos ainda mais um teste, porque a polícia estadual, vigilante, do Rio de Janeiro, que não é do nosso Partido...

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Eu ia lá.

**O Sr. Lomanto Júnior (PDS — BA)** — ... que não está ligada ao Partido do Governo, naturalmente vai auxiliar, vai apurar e ajudar o Governo a descobrir, a demonstrar os verdadeiros fatos. E é o que esperamos do Rio de Janeiro.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — É o seu dever.

Agora, o que eu ia dizer, e vou dizer, é que além da Polícia Federal, que esta depende do Presidente e só dele, ainda existem as polícias estaduais. E os Estados estão em mãos de amigos seus, todos eles nomeados aqui, do outro lado da rua. Mas não é só! Não só os Governadores são amigos seus, mas os Secretários de Segurança de todos os Estados — creio que não faço nenhuma revelação — são nomeados aqui, numa infração à autonomia estadual! Mas todos os Secretários de Segurança são pessoas daqui, escolhidas a dedo. De modo que, em verdade, não é apenas a Polícia Federal que, a uma ordem do Presidente da República, já deveria ter esclarecido os acontecimentos que vêm ocorrendo, mas também a vasta organização policial dos Estados que, juntamente com a Federal já tinha o dever de ter esclarecido, pelo menos um, porque se houvesse esclarecido um, dois, três, pelo menos poderiam dizer: — “Não, os outros foram cometidos com tal perfeição que a polícia não pode esclarecer!” Mas a verdade é que nenhum caso até agora! — V. Ex<sup>a</sup> não acha que é demais, nobre Senador?

**O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Pois não!

**O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB)** — Gostaria, neste passo, de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que quando ocorreu o atentado contra o jurista Dalmo Dallari, em São Paulo, por ocasião da visita do Papa ao Brasil, alguém disse, se não me engano o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que para o Governo era uma questão de honra esclarecer definitivamente aquele caso. É o caso de perguntar até onde foi devidamente investigado? É a verdade.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Com prazer.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS)** — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> está levantando um fato muito importante. Não só os Governadores foram escolhidos pelo Palácio do Planalto, mas os Secretários de Segurança são determinados pelo Governo Federal. Houve um caso, no Rio Grande do Sul, realmente impressionante. Foi substituído, no Governo passado, o Secretário de Segurança. Nomeou-se um ilustre Coronel, gaúcho, mas residente há muito tempo no Rio de Janeiro. Ele desembarcou no aeroporto e foi entrevistado. A imprensa lhe perguntou a que ele devia a sua escolha, como ele achava que tinha sido escolhido Secretário de Segurança. Ele disse que absolutamente não sabia porquê. Perguntaram se ele era amigo do Governador Guazelli. Ele respondeu: “Não o conheço”!

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Eu me recordo.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB — RS)** — Perguntaram, então, ao novo Secretário a quem ele atribuía a sua escolha? “Acho que nós devemos ter amigos comuns”. Aos amigos comuns foi determinada a sua escolha que ele, absolutamente, não conhecia o Governador.

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — V. Ex<sup>a</sup> lembra um fato que é notório, mas que até não precisaria ser lembrado, porque é dessas coisas tão sabidas, tão certas, tão notórias. Os Secretários de Segurança são escolhidos pelo Governo Federal que, realmente, não haveria necessidade. Mas o fato é ilustrativo. No caso do Rio Grande do Sul, o Secretário não conhecia o Governador que o escolhera, quer dizer, que referendara, que assinara o ato da sua nomeação.

De modo que volto eu a dizer, a responsabilidade aí, do Presidente da República, é muito maior do que seria, normalmente, se as instituições federativas funcionassem.

**O Sr. Jaison Barreto (PMDB — SC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS)** — Com muito prazer.

**O Sr. Jaison Barreto (PMDB — SC)** — Nobre Líder, não deixa de ser interessante a presteza, a extrema presteza com que o Governo aciona, em

nome da segurança nacional, DOI-CODI's, Polícia Federal, DEOPS, contra os trabalhadores!

O SR. PAULO BROSSARD (PMDB — RS) — Contra todos aqueles em relação aos quais ele, Governo, considera suspeito. Todos! Agora, surpreendentemente, curiosamente, inexplicavelmente o Estado — o Estado, falo no seu todo — é inerte, é preguiçoso, é surdo-mudo, é empacado, quando se trata de atos de terrorismo. Então, o homem comum, e eu também, que afinal de contas sou Senador, sou membro desta Casa, eu, como homem comum, como o operário, como o funcionário, como o jornalista, fazemos esta indagação. Mas isso não é pouco aceitável, pouco compreensível? O que é que há? É a pergunta que todo mundo faz. Todo mundo faz!

De modo que, queira Deus, depois da morte desta funcionária, D. Lídia Monteiro da Silva, da Ordem dos Advogados do Brasil, o Governo veja que não pode continuar nesta — eu vou dizer a palavra que considero própria — cumplicidade. Veja só; nesta cumplicidade! Porque, pelo menos, é uma cumplicidade por omissão.

Encerro Sr. Presidente dizendo que esses atos de terrorismo são muito perigosos. Depois que eles começam não sei como acabam. Temos experiência perto de nós, e como, qual a evolução, qual a conclusão que tiveram atos desse tipo.

De modo que o Governo, o Presidente obstinado — volte eu a dizer — obstinado na restauração da ordem democrática esteja atento para isto. Hoje, os atentados são esses, amanhã, quais serão eles? E contra quem? A violência gera violência, a impunidade estimula a violência. E estamos assistindo violências sucessivas e, absolutamente, impunes.

O Governo deve prestar contas à Nação. Já é tempo! (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha, como Líder de Partido.

*O SR. GILVAN ROCHA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte:*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 1980

**Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam impedidas de adquirir imóveis rurais, em todo território nacional, as pessoas jurídicas estrangeiras ou brasileiras, bem como associações de pessoas jurídicas, cujo capital pertencer majoritariamente a estrangeiros.

Art. 2º Os projetos de colonização só poderão ser implantados por cooperativas rurais ou órgãos oficiais.

§ 1º No mínimo 70% (setenta por cento) das cotas das cooperativas de que trata o caput deste artigo deverão pertencer a pessoas físicas brasileiras.

§ 2º Nos loteamentos rurais efetuados por projetos de colonização, a aquisição e ocupação da área total loteada serão feitas obrigatoriamente por, no mínimo, 70% (setenta por cento) de brasileiros, dando-se preferência para os posseiros e agricultores da região.

Art. 3º Para o estabelecido no art. 12 da Lei nº 5.709, inclua-se todos os imóveis rurais, mesmo aqueles cuja área for inferior a 3 (três) módulos.

Art. 4º As empresas rurais, constituídas até a presente data, pertencentes a pessoas jurídicas estrangeiras ou brasileiras cujo capital majoritário for de estrangeiros, poderão realizar aumento do capital social, por qualquer motivo, desde que 51% (cinquenta e um por cento) das ações nominativas sejam subscritas por brasileiros.

Art. 5º As pessoas físicas estrangeiras só poderão adquirir imóvel rural se comprovarem domicílio e residência no Brasil.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

A posse da terra e seu respectivo controle pela Nação constituem imperativo de segurança nacional, no seu sentido amplo e democrático de manutenção da integridade territorial, defesa das fronteiras e justiça social.

Neste sentido, avulta a importância de uma legislação que restrinja a propriedade da terra por estrangeiros, sobretudo as pessoas jurídicas.

Os dados gerais sobre a ocupação de terras por estrangeiros são recentes e bastante incompletos. Em 1978, levantamento incompleto realizado pelo SERPRO informou que 52 mil e 320 imóveis rurais, no Brasil, pertenciam a estrangeiros, incluindo pessoas físicas e jurídicas, e ocupariam área de 9 milhões, 764 mil e 842 hectares nos 25 Estados e Territórios brasileiros, o que equivale a 1,14% da superfície do País, ou mais ou menos a área dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Analisando este levantamento, seguramente enormes propriedades rurais de pessoas jurídicas estrangeiras, em Goiás e no Pará principalmente, como a Volkswagen, não estão computadas. Por outro lado, a Jari Florestal, por exemplo, caso em que se multiplicam denúncias de que ocupa área superior a 3 milhões de hectares, no Pará e no Território do Amapá, consta com 1 milhão, 64 mil e 593 hectares. O Território do Amapá já tem quase 10% de suas terras ocupadas por pessoas jurídicas estrangeiras.

Este mesmo levantamento incompleto indica-nos a existência de quase seis mil propriedades rurais de pessoas jurídicas estrangeiras ou associadas a brasileiros, ocupando área superior a 8 milhões de hectares, sendo que o próprio INCRA encontra-se despreparado para o seu controle. Na verdade, multiplicam-se, sobretudo nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, imóveis rurais de propriedade de empresas estrangeiras de área superior a 100 mil hectares.

A Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, estabelece, no § 1º do art. 5º, a necessidade de prévia aprovação do Ministério da Agricultura para a implantação de projetos agropecuários ou de colonização por pessoas jurídicas estrangeiras. No entanto, reconhecidamente aplicou-se mal o referido dispositivo legal, por decisões altamente permissivas por parte do Governo Federal.

O descontrole é de tal ordem, que em quase 150 municípios brasileiros já se ultrapassaram os limites da área permitida para a posse por estrangeiros, estabelecidos pelo art. 12 da citada Lei nº 5.709. Em alguns deles, como Tapiraí e Maracatu, em São Paulo, e Cel. Fabriciano, em Minas Gerais, os estrangeiros já ocupam mais da metade do município.

Veja-se, agora, o projeto que a JICA (Japan International Corporation Agency) pretende implantar em extensíssima área — 60 milhões de hectares, o projeto final — dos Estados de Goiás e Minas Gerais, na região dos cerrados.

Sabe-se que, no referido projeto, que se faria em associação com algumas empresas brasileiras e multinacionais, pretende-se privilegiar as grandes empresas rurais, desalojando-se milhares de pequenos e médios proprietários, destinados a engrossarem as levas de brasileiros que ocupam a periferia das grandes cidades.

Por outro lado, não têm sido poucos, nos últimos anos, os casos escandalosos de alienação de vastíssimas áreas de terras, a preços simbólicos, a empresas privadas de colonização, brasileiras ou estrangeiras, propiciando-se criminosas especulações imobiliárias, promovendo-se flagrante recrudescimento dos conflitos pela posse da terra, com expulsão de posseiros e sérios atritos com tribos indígenas.

O processo de colonização precisa ser iniciativa do Estado e sob seu controle. No máximo, pode-se admitir a colonização realizada por cooperativas rurais. Além disso, na distribuição dos lotes rurais, é preciso que se leve em conta a necessidade de privilegiar os posseiros da região e que sejam, pelo menos na proporção de 70%, constituídos de pessoas físicas brasileiras.

Estas considerações levaram-me a apresentar ao Senado Federal, o presente projeto de lei, que impede a aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras ou brasileiras cujo capital majoritário pertença a estrangeiro, bem como a proibição de participação de empresa privada, brasileira ou estrangeira, em projeto de colonização.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1980. — Henrique Santillo.

*(As Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura, de Segurança Nacional, de Legislação Social e de Finanças.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

Nº 024/80/CPIAN

25 de agosto de 1980.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 69, de 1978, sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, venho, pelo presente, comunicar a Vossa Excelência que de acordo com o Artigo 174 do Regimento Interno, o Sr. Rela-

tor, Senador Milton Cabral, estará em São Paulo, cumprindo missão desta CPI, no período de 27 a 29 de agosto do corrente, a fim de visitar as instalações da Associação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria de Base — ABDIB; as Indústrias Villares e Bardella e os Instituto de Energia Atômica de São Paulo, com o objetivo de buscar subsídios para a feitura de seu relatório.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Passos Pôrto**, Presidente da CPIAN.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — O ofício lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Atendendo à deliberação do Plenário que aprovou, em 25 de junho último, o Requerimento nº 261, de 1980, de autoria do Senador Paulo Brossard e outros Senhores Senadores, solicitando sejam prestadas homenagens ao ex-Parlamentar José Antônio Flores da Cunha, esta Presidência determina que o expediente da sessão do próximo dia 2 de setembro, terça-feira, seja destinado à referida solenidade, ocasião em que usarão da palavra os nobres Senadores Paulo Brossard e Lomanto Júnior.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — José Sarney — Alberto Silva — Aderbal Jurema — Gilvan Rocha — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — José Caixeta — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1979 (nº 1.849/76, na Casa de origem), que estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos, tendo

PARECERES, sob nºs 599 e 600, de 1979, 595 e 596, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento, favorável, com emenda que apresenta, de nº 1-CCJ;

2º pronunciamento, favorável ao substitutivo de plenário; e

— de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça;

2º pronunciamento, favorável ao substitutivo de plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido e aprovado o seguinte*

#### REQUERIMENTO Nº 352, DE 1980

Nos termos do art. 350 combinado com a alínea c do art. 310 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 23 de 1980, que estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos em concursos públicos, a fim de ser feita na sessão de 10 de setembro de 1980.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1980 — **Jarbas Passarinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria sai da Ordem do Dia para a ela retornar na sessão de 10 de setembro do ano em curso.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 336, de 1980, do Senhor Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “Empresário e os Desafios do Nordeste”, publicado no *Jornal de Brasília*, edição de 17 de agosto de 1980.

Em votação o requerimento.

Tem a palavra o nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao solicitar a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo intitulado o “Empresariado e os desafios do Nordeste”, de autoria do Sr. Abílio Diniz, publicado no *Jornal de Brasília*, tive em mira permitir que, uma vez mais, as atenções do Senado se voltassem para a problemática que afeta aquela sofrida área do território nacional.

São homens de visão — como o articulista — que, embora nascidos em outras Unidades da Federação, se mostram preocupados com uma questão de irrecusável relevância, para cujo deslinde temos reclamado insistentemente maior sensibilidade do Poder Executivo Federal.

Recentemente, o Sr. Abílio Diniz, a convite do Centro Industrial do Ceará, esteve em Fortaleza, participando de movimentado debate, quando recolheu impressões de seus colegas de categoria econômica em torno das dificuldades vividas pelo Polígono das Secas, sobretudo na atual conjuntura.

Com a acuidade que deixou transparecer nas discussões então travadas, aquele empresário — membro do Conselho Monetário Nacional — aprofundou-se na temática nordestina, fazendo divulgar, aqui, na Capital da República, o artigo que achei por bem fosse inserido em nossos Anais.

Trata-se, assim, de um testemunho significativo, que deve ser incorporado à nossa luta para assegurar conquistas expressivas a milhões de brasileiros que ali se acham radicados, enfrentando, periodicamente, adversidades climáticas de largas proporções, como a seca 79-80, de que nos vimos ocupando seguidamente nesta tribuna.

Tenho certeza — Sr. Presidente — de que o Plenário manifestará o seu assentimento à transcrição ora pleiteada. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

*É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:*

#### EMPRESÁRIO E OS DESAFIOS DO NORDESTE

**Abílio Diniz**

O Nordeste é um motivo de reflexão para todos os brasileiros, e, como empresário, tenho procurado analisar de perto os desafios econômicos e sociais que tocam a vasta região nordestina.

Por motivos históricos, sabe-se que essa região não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento das outras regiões brasileiras, particularmente do Sudeste. Entre 1960 e 1979, a taxa média de crescimento anual foi de 6,8%, nível bastante alto comparada ao padrão internacional, mas, no entanto, inferior a taxa de crescimento nacional de 7,5% no mesmo período. Desta forma, a posição relativa do Nordeste no contexto nacional tem declinado, aumentando, assim, a disparidade regional. Este aumento tem aspectos agravantes, se lembrarmos que a renda *per capita* do Nordeste, deve se equivaler a 34% da média nacional. De acordo com estudo realizado pelo Banco do Nordeste, sabe-se que em razão de sua posição superavitária na balança comercial e por ser uma região consumidora, ela vem experimentando perdas de recursos causadas, tanto pela política cambial como pelo comércio com as demais regiões do país. Ademais a política compensatória do governo, através dos incentivos fiscais e outras transferências de renda, não chegou a contrabalançar integralmente essas perdas sofridas pela região.

Apesar das melhores intenções com que se concebeu todo o programa de incentivos fiscais, é certo que a industrialização, apoiada tão-somente nos mecanismos tributários, não conseguiu resolver os problemas econômicos e sociais do Nordeste: não criou empregos suficientes, está concentrada geograficamente, com a Bahia e Pernambuco respondendo por 26% do valor de transformação industrial, é uma indústria complementar à indústria do Sul, é, além disso, a falta de integração do parque industrial do Nordeste limita a internalização dos seus efeitos multiplicadores. De acordo com informações estatísticas, 48% das compras de insumos e 88% das vendas das empresas do Sudeste. Entretanto, é a partir da verificação destas distorções que podemos propor uma estratégia de industrialização alternativa, evitando os mesmos erros. Esta mesma experiência, vale lembrar, deixou saldos bastante positivos. Hoje o Nordeste possui uma base industrial mínima, para se poder realmente pensar num processo de industrialização integrado e deixar de ser uma simples extensão da indústria do Sul do País.

Não devemos, pois, descartar todo o esforço e experiência acumuladas até os nossos dias. Devemos, sim, nos empenhar em aperfeiçoar as institui-

ções e mecanismos existentes, visando a sua dinamização. Instituições como o Banco do Nordeste do Brasil e a SUDENE, e programas como o POLO-NORDESTE e o Projeto Sertanejo são iniciativas sérias que procuram, mediante instrumentos adequados à região, criar condições mínimas para o processo de desenvolvimento que venha a corrigir as desigualdades presentes.

Em consonância com a idéia de participação do empresário na formulação das diretrizes econômicas, julgo necessárias algumas mudanças na política de desenvolvimento regional. No que se refere ao aspecto institucional, é preciso reverter, a tendência dos últimos anos a centralização das decisões com a reativação da SUDENE como o verdadeiro órgão de planejamento regional.

Esta agência deveria traduzir a manifestação da vontade política do Nordeste, o Conselho de governadores, por consequência deveria ser fortalecido acrescentando-se o seu poder de decisão no que tange aos recursos financeiros, creio que os incentivos alocados para a região deveriam seguir um critério mais representativo. Isto é, por exemplo, serem distribuídos de acordo com a participação da região do País. Segundo esse raciocínio, dos atuais 21% de incentivos destinados à SUDENE, ela poderia receber mais de 30% ao reivindicar benefícios para o Nordeste, por justos que sejam, temos, porém, que ser realistas. Não podemos nunca nos esquecer das dificuldades transitórias que estamos enfrentando. Somos, uma nação ainda pobre, colhida pela adversidade da crise do petróleo no incômodo caminho entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento pleno. Nossos recursos são escassos e as necessidades são muitas, por este motivo, as solicitações para uma área ou um setor específico, não podem deixar de levar em conta as limitações totais do País.

Com relação a estratégia para o desenvolvimento do Nordeste, esta deve, a meu ver, ser compatibilizada com as diretrizes nacionais, sem, contudo, subordinar-se a elas inteiramente. Assim, acho viável encontrar uma forma de acelerar o crescimento da região, pois suas atividades econômicas são menos dependentes, tanto das importações como do consumo de energia, além de possuir um grande potencial em termos de matérias-primas típicas — a mamona, o babaçu, a mandioca, etc. — que podem ser utilizadas num futuro próximo como novas fontes alternativas de energia. Isto poderá contribuir para diminuir sensivelmente as disparidades regionais de renda para aliviar a dependência energética do País, e principalmente, para atenuar as tensões sociais com a diminuição da migração interregional.

Um outro aspecto a ser lembrado para essa estratégia seria a prioridade à agricultura. Sabemos que a maioria da população depende ainda desse setor e é aqui que se localiza, com maior intensidade, o problema da pobreza absoluta.

Os problemas regionais, como os fenômenos climáticos, a seca, entre eles o mais grave, a estrutura fundiária anacrônica, que provoca um desempenho insatisfatório da agricultura, o nível de marginalização e de indigência em que vivem grandes segmentos da população nordestina, todos esses fatores de difícil equacionamento não devem enfraquecer a nossa determinação em superá-los. Se houver um engajamento de toda a sociedade nordestina e, em particular, dos empresários, tenho a certeza de que haveremos de resolver com êxito os desafios propostos pelo desenvolvimento de todo o Nordeste, com sacrifícios, não nos iludimos, num prazo menor de que se espera.

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 337, de 1980, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da saudação proferida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General-de-Exército Ernani Airoso, no Clube Militar, em cerimônia realizada no dia 20 de agosto de 1980.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão. (Pausa).

Aprovado.

Será feita a transcrição.

*É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada*

#### “RÉGIME DEMOCRÁTICO NÃO É AUTOFÁGICO”

O discurso do General Ernani Airoso da Silva foi o seguinte:

“A família militar engalana-se com a chegada de seus novos chefes.

“A certeza do êxito de cada um, na seara de suas atribuições, repousa na criteriosa, contínua e vigilante seleção a que foram submetidos durante mais de três décadas de duras lutas, cujo rigor se justifica no que será exigido de Vossas Excelências nesta etapa que hoje iniciam.

“Somente aqueles que dedicam suas vidas a trabalhar pela Pátria no quase monástico ambiente dos quartéis e os que por laços de família ou fra-

terna amizade compartilham no dia-a-dia do militar, podem aquilatar o ideal que ilumina nosso viver dando-nos força para prosseguir acima e além dos sacrifícios materiais, das incompreensões mesquinhas e das afrontas gratuitas.

“Nossa missão é produzir segurança, que garante a tranquilidade do povo, a soberania e o progresso da Nação.

“Desde os primórdios da civilização humana, quando se organizaram as primeiras sociedades, a base destas estruturas foi um código de leis para a defesa da comunidade.

“Estas leis, que se modificam e se adaptam ao desenvolvimento social, constituem portanto uma defesa maior das nações contra as tentativas de indivíduos ou de grupos.

“Vivemos agora, no Brasil, uma transição política em que o Governo está convicto de que nosso País, suficientemente amadurecido em todos os setores, poderá ser regido por leis mais liberalizantes.

“Chegaremos pois à abertura democrática, iniciativa corajosa, sincera e altruísta do quarto Governo da Revolução.

“Quando o Poder Executivo abre mão, espontaneamente, de enormes poderes que lhe foram legitimamente atribuídos, seria de se esperar a compreensão, o respeito e o aplauso de todo o povo brasileiro.

“Lamentável e inexplicavelmente, assim não tem sido encarado por minoria subversiva e despreparada, que interpreta ideal como fraqueza, liberdade como licenciosidade, democracia como anarquia.

“Torna-se necessário, portanto, que os chefes militares, representantes da parcela dos mais evoluídos líderes nacionais, esclareçam e congreguem a família e a comunidade civil em torno dos que desejam viver, trabalhar e progredir com segurança.

“O regime democrático não é autofágico e portanto não pode prescindir dos instrumentos para a própria defesa, previstos em lei e que serão, sem dúvida alguma, acionados nas ocasiões precisas.

“As Forças Armadas, fiadoras do sistema, têm na união e comunhão de atitudes, a melhor arma para enfrentar o descontentamento anárquico que mascara intenções totalitárias.

“Na preparação dos quadros repousa a base da nossa força.

“A profissionalização consciente é a meta desejada.

“Profissionalização que deve se situar num plano elevado, onde todos acreditem que não estamos nos dedicando a um “emprego”, e sim a uma “vocação”.

“Nossos chefes não são gerentes, são líderes e sua meta não é a promoção, mas o cumprimento do dever.

“Só dentro desta compreensão poderemos manter a base hierárquica.

“Em algumas profissões, o êxito é medido pelo grau de enriquecimento e, se nelas este é o objetivo, compreende-se a luta pela ascensão econômica.

“Entretanto, na carreira que abraçamos o enriquecimento é impossível.

“A história do mundo está plena de exemplos de derrocada de Exércitos que se deterioraram e se ultrajaram quando se tornaram presas do mercantilismo.

“Senhores Generais,

“Por paradoxal que seja, a atitude daqueles que detêm uma parcela de poder é muitas vezes contida pelo próprio senso de responsabilidade que lhes traz este poder.

“O Exército espera de seus chefes decisões oportunas, justas e ponderadas que não devem porém apresentar sinais de fraqueza.

“A decisão é uma reação ao problema e, desta maneira, para resolvê-lo, precisa conter a mesma rapidez, o mesmo vigor e a mesma audácia dos fatos que a geraram.

“Em oportunidades anteriores venho exaustivamente repisando as características primordiais do líder, ressaltando as do exemplo, da justiça e da coragem para decidir.

“Vossas Excelências atingem o generalato por méritos próprios e são depositários da irrestrita confiança das Forças terrestres.

“Cabe-lhes conduzir nosso Exército pelo mesmo caminho da dignidade, do altruísmo e da intransigente defesa dos interesses maiores da Pátria que sempre marcaram a sua atuação na História do Brasil.

“Usando da delegação a mim atribuída pelo Exmº Sr. General Válder Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro do Exército, transmito a Vossas Excelências, em nome da nossa organização, os votos de muitas felicidades extensivos aos entes queridos, familiares e amigos, que com compreensão e carinho os apoiaram e os incentivaram nos momentos difíceis.

“Sejam bem-vindos, Senhores Generais.”

#### O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 343, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta

os Projetos de Lei do Senado nºs 140, de 1978, e 149, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que introduzem alterações na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 5:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 344, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1980 (nº 920/79, na Casa de origem), que define como crime contra a segurança nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei, e o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1980, do Senador Lázaro Barboza, que dispõe sobre os depósitos feitos por brasileiros em estabelecimentos bancários no exterior, em contas numeradas ou secretas.

Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Quando o nobre Senador Lázaro Barboza apresentou o seu projeto, referiu-se S. Exª ao fato de eu haver lhe manifestado a idéia de estar estudando essa matéria a corporificando as minhas idéias num projeto de lei. E eu, aparteando S. Exª naquela época, lhe dissera que mandara o meu projeto para um assistente de um dos bancos oficiais da República, para que S. Sª me desse a sua contribuição e a sua colaboração, no sentido de que o meu projeto atendesse ao sentido que eu desejava.

Sr. Presidente, está pronto o meu projeto. Ia apresentá-lo no dia em que o jornal publicou a relação dos brasileiros que tinham depósito na Suíça. Como havia nomes de Senadores envolvidos no caso, mas somente de citação de jornal, eu não quis apresentar o meu projeto, para que não suscitasse interpretações malignas a respeito do meu projeto.

Mas, como hoje, encontro na nossa pauta requerimento do nobre vice-Líder Aloysio Chaves, requerendo que sejam apensos esses dois projetos, apresentarei o meu na sessão de amanhã, Sr. Presidente, que considera e capitula os depósitos clandestinos, somente os clandestinos, na Suíça, nas Bahamas, Estados Unidos, Canadá, e em outros países, como incursos na Lei de Segurança Nacional, e estabelece penalidades para aqueles que mantêm tais depósitos.

Devo dizer, preliminarmente, que absolvo, Sr. Presidente, da citação do jornal, todos os Senadores desta Casa. Portanto, vou apresentar depois desse largo interregno de tempo, com a consciência tranqüila de não estar afetando, em absoluto, qualquer Senador desta Casa.

Portanto, amanhã, apresentarei o projeto que também deve ser anexado, porque há conclusões no meu projeto que os dois não têm, porque foi estudado por pessoa de alto gabarito e expressão nas finanças internacionais, inclusive no Ministério das Relações Exteriores, e que abrange totalmente o problema dos depósitos clandestinos e, não dos depósitos de operações normais que brasileiros mantêm em países estrangeiros.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento.** Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias constantes do requerimento que vem de ser aprovado passarão a tramitar em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 6:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 345, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 141, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que “acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir aos sindicatos a prerrogativa de fornecer atestados médicos aos trabalhadores”; e 104, de 1980, do Senador Franco Montoro, que “dá validade ao atestado fornecido por serviço médico dos sindicatos, nos casos de justificação de faltas ao trabalho”.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 104, de 1980, tramitarão em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 7:**

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 346, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, 56 e 85, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que modificam e acrescentam dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, as matérias nele contidas passam a ter tramitação conjunta.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 8:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 1975, do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto aos INPS, tendo

PARECERES, sob nºs 580, 226, 227 e 228, de 1980, das Comissões:

— de **Redação**, oferecendo a redação do vencido na apreciação preliminar;

— de **Legislação Social**, favorável, com voto em separado, pela aprovação, do Senador Franco Montoro e voto vencido, em separado, do Senador Braga Júnior;

— de **Finanças**, favorável nos termos de substitutivo que oferece, com voto vencido dos Senadores Saldanha Derzi e Arnon de Mello; e

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade do substitutivo da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 353, DE 1980**

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 271/75, de minha autoria, que dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INPS, a fim de ser feita na sessão de 1º de setembro de 1980.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1980. — **Itamar Franco.**

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento.**

**O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.**

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.**

**O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas estou solicitando o adiamento de votação do meu projeto, porque estou sendo informado pela Liderança da Governo, nesta Casa, de que ele seria rejeitado. Evidentemente, não entenderia a rejeição deste projeto, sobretudo porque já está com a redação de vencido assinada pelo Senador Adalberto Sena, pelo Senador Saldanha Derzi, e Senador Murilo Badaró, que foi o relator.**

A fim de evitar prejuízos aos funcionários municipais, e em uma melhor discussão, e em um dia mais adequado, pretendo fazê-lo no dia 1º, estou solicitando o adiamento da votação, para evitar exatamente que o projeto seja rejeitado sem maiores debates no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento.** Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria voltará à Ordem do Dia na sessão do dia 1º de setembro.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 9:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1978, do Senador Orestes Quércia, que acrescenta parágrafo único do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, tendo

PARECERES, sob nºs 470 e 471, de 1980, das Comissões:  
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Legislação Social, favorável.

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 354, DE 1980**

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 158/78, a fim de ser feita na sessão de 25 de setembro de 1980.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1980. — Orestes Quércia.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento.**

O Sr. Orestes Quércia (PMDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia, para encaminhar a votação.**

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Apenas para esclarecer que o requerimento é sobre um projeto de lei que garante ao empregado doméstico o descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas. Houve manifestação favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e da Comissão de Legislação Social, comissões técnicas da Casa, e, também da mesma forma que o Senador Itamar Franco, tivemos informação de que a maioria iria rejeitar este projeto que me parece da maior justiça, garantindo um direito legítimo aos empregados domésticos. Em razão disso, no sentido de também argumentar junto à Liderança do PDS, pedimos o adiamento da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Em votação o requerimento.**

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará na data pré-fixada.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 10:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1979, do Senhor Senador Humberto Lucena, que revoga os §§ 2º, 3º e 5º e dá nova redação ao § 4º do artigo 6º da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que "institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, e dá outras providências", tendo

PARECERES, sob nºs 603, 604 e 605, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável; e

— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

*É o seguinte o projeto aprovado*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 1979**

Revoga os §§ 2º, 3º e 5º e dá nova redação ao § 4º do art. 6º da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que "institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados os parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 6º da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977.

Art. 2º O parágrafo 4º do art. 6º da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, renumerado para 2º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º A assistência médica e farmacêutica aos acidentados do trabalho não está sujeita às limitações do parágrafo anterior."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.**

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Apenas para trazer ao conhecimento da Casa um fato grave ocorrido na Cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, fato este que ocorreu há sete anos, em 1973: dois jovens foram trucidados por agentes do DOI — CODI, de S. Paulo, e da Polícia Militar e Civil do meu Estado, e há depoimento de várias testemunhas contra estes agentes. A família das vítimas, está solicitando abertura de inquérito junto à Secretaria de Segurança do Estado de Goiás, e está encontrando seriíssimos obstáculos. Ontem, estive na presença de S. Exª, o Ministro da Justiça, para entregar-lhe, em mãos, um rápido memorial a respeito deste assunto, solicitando-lhe providências de ordem administrativa para que a Secretaria de Segurança de Goiás possa abrir, imediatamente, inquérito, e apurar as responsabilidades.

Solicitaria a V. Exª que, por favor, fizesse incluir nos Anais o memorial que entreguei em mãos a S. Exª, o Ministro da Justiça. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HENRIQUE SANTILLO EM SEU DISCURSO:**

**MEMORIAL**

Senhor Ministro,

Como já é do conhecimento público, objeto de uma série de reportagens do jornal *Diário da Manhã*, de Goiânia, que acabaram por repercutir em toda a imprensa nacional, em 17 de maio de 1973, na fazenda Rio Doce, há 42 quilômetros de Rio Verde-GO, cerca de 40 homens das Polícias Militar e Civil de Goiás, juntamente com agentes de outros organismos repressivos, massacraram, com rajadas de metralhadora, os estudantes Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, suspeitos de terem pertencido ao Movimento de Libertação Popular — MOLIPO.

Segundo o depoimento de diversas testemunhas ouvidas pela equipe do jornalista Antônio Carlos Fon, as vítimas encontravam-se dormindo, desarmadas e sem qualquer possibilidade de resistência à prisão, sendo, com requintes de perversidade, acordadas para morrer e mutiladas com excesso de projéteis.

O proprietário da fazenda, Sr. Sebastião Cabral, foi a seguir coagido à ocultação do cadáver e, juntamente com sua família e serviçais, a manter silêncio sobre o acontecido, enquanto as vítimas eram dadas como desaparecidas pelos organismos de segurança.

Entretanto, com a aragem das aberturas, a grita nacional e internacional em favor dos direitos humanos, a formação de Comitês de Anistia procurando localizar desaparecidos pela violência institucional, a opinião pública, através da imprensa, pôde rastrear o paradeiro de Márcio Beck e Maria Augusta.

Não tendo, porém, os organismos excepcionais de segurança clandestina sido inteiramente desarmados, não demoraram a aparecer os entraves burocráticos ao desvendamento desse crime, assim como a responsabilização e punição de seus executantes. E assim é que, tão logo começaram as gestões dos familiares das vítimas para a competente e formal elucidação do caso, elementos ligados ao sistema goiano de segurança e à chacina de 73 retornaram ao local, no dia 31 de julho do corrente ano, violando as sepulturas para delas retirar as provas materiais do crime, ocasião em que reiteraram as ameaças e exigências de silêncio às pessoas que pudessem lançar luz sobre a arbitrariedade.

Jornalistas e testemunhas são permanentemente seguidos, fotografados, procurados e ameaçados, enquanto providências judiciais se emperram, com despachos impertinentes, concessão de férias aos delegados incumbidos das investigações e minimização do fato pelas mais altas autoridades de segurança do Estado, que procuram dar às denúncias o cunho de fantasioso sensacionalismo.

Não obstante tais travas, que já incluíram, também, a rejeição de dois pedidos de CPI na Assembléia Legislativa, às 19 horas do último dia 21 de agosto, na presença de inúmeras testemunhas, entre as quais são citadas os Senhores Luiz Veloso, Roberto Elias Stalin Neme, Alair Cactano Ataídes, Jorge Lemes Moraes, Sebastião Cabral, Maria Cabral, Manoel Borges Furta-

do, Sebastião Pires de Moraes, Olício França Leão e repórteres do *Diário da Manhã*, o perito Leonardo Rodrigues, Diretor do Departamento de Técnica Policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, encontrava despojos do casal chacinado, composto de ossos, botões de blusa e de camisa, cabelos e seis dentes, assim como sinais recentes de violação.

O andamento das investigações, por envolver suspeitos ainda pertencentes aos quadros locais da repressão, transita permanentemente pelas mãos dos próprios envolvidos, fazendo crer que nenhuma solução conclusiva se alcançará, caso não sejam acionados os instrumentos legais de maior hierarquia, com a intervenção direta do próprio Ministério da Justiça, que solicitamos a Vossa Excelência, por este memorial.

Brasília, 26 de agosto de 1980. — Senador Henrique Santillo — PMDB — GO.

A Sua Excelência o Senhor  
Doutor Ibrahim Abi-Ackel  
M.D. Ministro de Estado para os Negócios da Justiça

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Pretendo aproveitar os oito minutos restantes desta nossa sessão para, em primeiro lugar, reforçar o aparte que nós demos ao discurso do Senador Paulo Brossard, no sentido de que temos uma preocupação muito grande com relação àquilo que parece omissão da parte das autoridades constituídas, no que diz respeito aos atentados reiterados que vêm, abusivamente, acontecendo em nosso País. E hoje me parece, Sr. Presidente, que esses atentados atingiram um limite insustentável. O Governo não pode, de maneira alguma, sob pena de ver atingida a sua autoridade, a sua respeitabilidade, omitir-se num momento importante como este.

Dizia eu, no aparte ao Senador Paulo Brossard, que o Governo pretende, anuncia uma abertura, mas, ao mesmo tempo, vincula esta abertura ao esmaecimento de qualquer tipo de agitação.

Sr. Presidente, a liberdade é barulhenta. O Governo tem que enfrentar qualquer tipo de barulho, se quiser realmente a abertura democrática neste País, mas deve, ao mesmo tempo, usar seu poder de polícia. Isso deve ser feito para coibir esses abusos, e na realidade isto não tem sido feito. O Governo tem responsabilidade no sentido de coibir esses abusos, mas, ao contrário, ao que parece se omite.

E o que é mais sério, Sr. Presidente — repito, aqui — nós estamos ouvindo depoimentos, declarações de porta-vozes do Governo, do Presidente desta Casa, do Líder da Maioria nesta Casa. Ainda há pouco instantes — repito — declarei que, pessoalmente, quero crer que ninguém da Oposição admita a hipótese de o General Figueiredo estar envolvido, de qualquer maneira, de o Governo estar voluntariamente envolvido nesses casos. Mas, a omissão, Sr. Presidente, é evidentemente uma maneira de envolvimento. E os porta-vozes do Governo reiteram; ainda ontem ouvimos o Presidente desta Casa ameaçando a não realização de eleição em 1982, caso continuem as agitações, a atividade agressiva da Oposição. Há poucos instantes, o Líder da Maioria, nesta Casa, Senador Jarbas Passarinho, dizia que as Forças Armadas querem abertura, mas... Evidentemente, a ênfase desse "mas" significa que, na realidade, os porta-vozes fazem, implicitamente, uma ameaça: se não houver uma paralisação dessas agitações a abertura não virá. Ora — repito — isso incentiva aqueles que não querem a abertura. Em primeiro lugar, a omissão do Governo, no tratar da punição desses casos, incentiva a continuação deles; em segundo lugar, o anúncio de que a continuidade dessas ocorrências possibilitará não a abertura, mas o fechamento também incentiva o terrorismo, porque é isso exatamente o que eles querem. Repito: achamos que o Governo, involuntariamente, faz o jogo dessa gente.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Pois não.

**O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO)** — Apenas a respeito das palavras do ilustre Líder da Maioria. S. Ex<sup>a</sup> tentou colocar no mesmo balaio atentados terroristas, como este na OAB, hoje, e ocorrências como esta, também hoje, diante do Palácio do Planalto, que são bem diferentes. De fato, concordo: a liberdade é explosiva, é barulhenta. É este o caso: respeito à liberdade de manifestação de um grupo de pessoas que estão também representando outras pessoas, contra a carestia, contra o aumento do custo de vida. Aí é uma coisa. Agora, o atentado terrorista na OAB, nas bancas de jornais, seqüestros etc. é uma coisa bem diferente. Para essa, sim, é que precisa ação corretiva rápida e urgente do Governo.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Grato a V. Ex<sup>a</sup> Com relação ao barulho, o drama do meio social é muito sério. É muito pouco o que ocorre em termos de barulho. Esse movimento contra o custo de vida é muito pouco em razão do drama que vive o povo brasileiro.

Evidentemente, se o Governo quer a abertura, tem a responsabilidade de cuidar da abertura com altivez, punindo os responsáveis pelos atentados, sustentando as manifestações populares que desagradam o Governo, mas que são legítimas.

**O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO)** — Permita V. Ex<sup>a</sup> uma rápida intervenção. (Assentimento do orador.) Apenas para dizer, nobre Senador, que se o Governo compreendesse melhor esses movimentos de massa, e aprendesse a conviver com eles, o próprio Governo, se deseja realmente a abertura, haveria de se fortalecer.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

E quero, Sr. Presidente, para encerrar, anunciar que como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisa a violência urbana, neste País, e que está, desde a audiência do Professor Dallari, analisando também as ocorrências de nível político, vou convocar uma reunião extraordinária para amanhã, justamente para analisar as últimas ocorrências, principalmente essas do dia de hoje. Sr. Presidente, assim faço porque acredito que nós que iniciamos com o depoimento do Professor Dallari, e que na próxima quinta-feira ouviremos o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, aqui na CPI, devemos tratar desse assunto aqui, nesta CPI da Violência, pois esperamos que todos os membros da CPI decidam, realmente, agir com rapidez, no sentido de que o Senado e o Congresso estejam presentes nesta hora em que toda a Nação está conturbada.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Pois não.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — O que não aceitamos, Senador Orestes Quércia, é essa imputação de indiferença do Governo diante desses fatos. Não pertence, absolutamente, somente à Oposição o direito de ser patriota, o direito de resolver os problemas do País,...

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Por isso é que estamos chamando o Governo à realidade.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — ... o direito de querer resolver, a obrigação de querer tranquilizar e pacificar a família brasileira. Não aceitamos, portanto, é essa imputação de indiferença. Nem os ataques das forças de segurança do País e até as Forças Armadas, que se fazem Tácita ou veladamente neste plenário. Porque, nobre Senador, são essas posições que em nada ajudam a resolver esses problemas.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — A omissão também é muito séria.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Não é privilégio da Oposição protestar contra esses fatos que estão levando a intranquilidade à família nacional. Já hoje V. Ex<sup>a</sup> ouviu vários protestos também do nosso partido. O nobre Senador Jarbas Passarinho está conclamando as autoridades do País para isso.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Concordo, evidentemente, com isso. Estamos chamando o Governo à atenção porque, evidentemente, aos olhos da Nação, o Governo está muito quieto, está muito frio em razão de todos esses acontecimentos.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Exatamente, é com essa imputação de quietude e de indiferença que não concordamos. Vê V. Ex<sup>a</sup> o esforço do Governo.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Aí é uma questão subjetiva. V. Ex<sup>a</sup> não concorda até por imposição majoritária, mas a realidade é outra.

**O Sr. José Lins (PDS — CE)** — Se é uma questão subjetiva, nobre Senador, não deveria ser trazida à análise de problema tão importante.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, embora saiba que V. Ex<sup>a</sup>, sendo Líder, tem obrigação de defender o Governo, que me parece está numa posição indefensável. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Ministério Público, principalmente no interior do País, exerce uma das mais árduas missões, havendo uma Promotoria só em cidades com população superior a cem mil habitantes, em Estados como o do Rio de Janeiro, enquanto, no interior mais longínquo, há Comarcas divididas em vários termos, com grande tarefa forense, executada por um juiz e um promotor, apenas.

O ingresso na carreira exige um concurso público, de títulos e de provas, com centenas de candidatos para poucas vagas, no Estado do Rio de Janeiro, onde, obtida a nomeação, o Promotor fica peregrinando pelas Comarcas, viajando para os lugares mais distantes, perdendo domingos e feriados para lançar promoções numa infinidade de feitos.

E não há compensação de vencimentos para tamanho esforço.

Enquanto a magistratura fluminense — decerto merecedora de um tratamento especial em relação aos vencimentos — teve total equiparação e hoje não há mais diferença entre antigos Juizes da antiga Guanabara e do Estado do Rio, os Promotores Públicos e os Procuradores do Estado são discriminados, o que ninguém esperava, tendo em vista que o atual Governador iniciou sua carreira no Ministério Público.

Os mais sacrificados são justamente os do antigo Estado do Rio de Janeiro, com vencimentos bem inferiores, penderes de uma decisão judicial em ação ordinária, quando tudo poderia ser resolvido administrativamente.

O problema, no entanto, não se cifra, apenas, ao problema dos vencimentos, senão também a carência absoluta de uma estrutura de apoio que facilite o trabalho do Ministério Público, principalmente com relação ao sistema penitenciário, verificando-se a existência de cadeias públicas com o triplo de sua capacidade, além da ociosidade dos detentos, provocando revoltas e fugas.

Quem vê o almoxarifado da Procuradoria-Geral da Justiça fica estarrecido com a falta de material de trabalho e as Promotorias não possuem móveis, vivendo, praticamente das "esmolos" de outras repartições, até mesmo municipais.

Como pode o Ministério Público exercer seu munus em tais condições?

Em Volta Redonda, por exemplo, exige-se do Promotor de Justiça que mantenha em dia cerca de cinco mil feitos criminais, sem tempo para mais nada, salvo sacrificando o repouso, para ministrar algumas aulas, que completamente, insuficientemente, seus parcos vencimentos.

Diante dessa situação, resta esperar que o Governador se decida a resolver administrativamente um problema de sua alçada, que foi levado ao Judiciário. É de crer que o ocupante do Palácio Guanabara conheça as dificuldades e a importância do trabalho do Ministério Público e tenha por isso mesmo, dobrados motivos para sanar essa injustiça salarial.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

**O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Encontra-se em tramitação, na Câmara dos Deputados, projeto de lei que pretende instituir o monopólio da cultura do cacau apenas em terras do Estado da Bahia. Essa proposição, de autoria do nobre Deputado Henrique Brito, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de recursos financeiros na região cacauzeira da Bahia, tendo logrado obter parecer favorável das Comissões de Agricultura e de Constituição e Justiça daquela Casa Legislativa.

Ocorre, porém, Sr. Presidente, que a aprovação desse Projeto prejudicará o grande plantio de cacau já existente na Amazônia, acarretando, conseqüentemente, o fechamento de núcleos da CEPLAC em nossa região. Como a Casa bem sabe, o Estado do Pará vem plantando em grande escala o cacau, com semente híbrida, vindo da Bahia através da própria CEPLAC. Muito brevemente aquela unidade da Federação será o segundo produtor brasileiro desse gênero.

No Estado do Amazonas, por igual, bem como nos Territórios, também se cultiva esse produto, merecendo realce as terras férteis de Rondônia. A Amazônia possui condições ideais para o cultivo do cacau. Caso se transforme em Lei, o Projeto Henrique Brito constituirá mais um golpe contra o desenvolvimento da nossa Amazônia, cada vez mais sofrida.

As classes representativas de toda a Amazônia, Srs. Senadores, através dos Prefeitos Municipais, Câmara de Vereadores, entidades de classe e, sobretudo, pela voz unânime das Assembléias Legislativas têm manifestado o seu receio quanto ao pretendido monopólio baiano. Uno a minha voz à daqueles que se insurgem contra tão estranha pretensão.

O Governo Federal, insistentemente, tem acenado para que todo o País se una na conquista de novas fronteiras agrícolas. Existe um indistigável in-

teresse das autoridades pelo alargamento da produção no campo. Foi montado todo um esquema para proteger a agricultura.

Não podemos, pois, deixar de protestar contra a pretendida retirada do cultivo do cacau na região amazônica, ainda mais que as culturas ali existentes fazem prever um futuro promissor. A CEPLAC tem auxiliado os plantadores de cacau e manifestado o seu otimismo quanto às colheitas.

Espero, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados rejeite a proposição do nobre parlamentar baiano. A Amazônia espera que isso aconteça, pois a atitude contrária seria um profundo golpe na já problemática economia da Região.

Existe espaço econômico tanto para a Bahia quanto para a Amazônia cultivarem o cacau que, por sinal, não é nativo da terra baiana e, sim, da Amazônia, de onde fora, assim como o café, transportado, no passado, para outras regiões brasileiras.

Ao invés de um injustificável monopólio, o que devemos proporcionar não apenas à Bahia, mas aos demais Estados produtores — tradicionais e/ou potenciais — do cacau, são aquelas condições realmente indispensáveis, tais como crédito abundante e assistência técnica permanente, para que possam oferecer ao País uma crescente produção geradora de divisas para o desenvolvimento de toda a Nação.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

**O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Encontrei-o, pela primeira vez, em 1959, quando, após a eleição verificada no ano anterior, chegamos, ele pelo Partido Social Democrático, PSD, e eu pela União Democrática Nacional, UDN, à Assembléia Legislativa do Piauí.

Já o conhecia de nome e, de certa forma, acompanhava a sua trajetória política, pois que chefe incontestado do pessedismo na Cidade de Paulistana, distante cerca de cento e cinquenta quilômetros da minha cidade natal — Picos.

Aliás, desde cedo acostumei-me à enunciação de seu nome, vez que, estudante no Rio de Janeiro, duas vezes demorei naquela cidade fronteiriça, onde tomava o velho e moroso trem para Petrolina (PE) — Juazeiro (BA). E, mais tarde, com escritório de advocacia em Picos, atendi a chamados de clientes de Paulistana para tratar de interesses e pleitear direitos junto à Justiça local.

Em todas as oportunidades ouvia sempre referências àquele que, durante dezenas de anos, exerceu efetivo comando político na cidade de seus ancestrais.

Refiro-me ao Dr. Caio Coêlho Damasceno, que nasceu no dia 22 de abril de 1913 e faleceu no dia 25 de julho próximo passado, na cidade de Juazeiro, na Bahia.

Descendente de Valério Coêlho, um dos primeiros povoadores da região, filho do Coronel Raimundo Coêlho Damasceno e Dona Amélia Rodrigues Damasceno, Caio Damasceno concluiu, em 1939, na tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, o curso médico, ano a partir do qual passou ao exercício da profissão na cidade natal.

Médico competente e profissional humano e zeloso, chefe do Posto de Higiene de Paulistana, com larga clientela na região, o Dr. Caio Damasceno, seguindo os exemplos paternos, logo foi atraído pela atividade política.

Em 1945 chegou, pela primeira vez, à Prefeitura local, embora por curto período, e a ela retornou no final da década, sempre para atender às injunções da política de Paulistana.

Em 1958 foi o Dr. Caio Damasceno eleito Deputado estadual, cargo para o qual foi reeleito nos pleitos de 1962 e 1966, tendo em todos cumprido integral, honrada e eficientemente, os mandatos recebidos.

Na Assembléia sempre mantivemos, apesar das divergências partidárias, respeitoso e cordial convívio. E, mais tarde, já no Governo do Estado, sempre encontrei no então correligionário — pois que ambos filiados aos quadros da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — a compreensão para os problemas políticos e decidida colaboração para a solução das dificuldades administrativas do Piauí.

Calmo, sereno, introspectivo, chegando mesmo muita vez à timidez, o Dr. Caio Damasceno era, de outra parte, franco, leal e decidido. É certo que, algumas vezes, quando a relevância da matéria aconselhava prudência, demonstrava decidir. Mas quando decidia, quando assumia compromissos, na vida pública ou particular, ninguém o arredava do cumprimento da palavra empenhada.

Falecido aos sessenta e sete anos de idade, ao Dr. Caio Damasceno sobreviveram os irmãos Adélia Coêlho Damasceno, casada com Raimundo

Ferreira Damasceno, e Lia Coêlho Damasceno, casada com Hucênio Coêlho Damasceno, assim também os sobrinhos Antônio Ferreira Damasceno, Raimundo Coêlho Damasceno Neto, Adeládio Ferreira Damasceno, Amália Ferreira Damasceno, Adelaide Ferreira Damasceno e Maria de Nazaré, casada com o prof. Raimundo Benício Filho.

Perde o Estado do Piauí, com a morte do Dr. Caio Coêlho Damasceno, não resta dúvida, um competente servidor e um político dos que mais honraram a atividade política. Os políticos perdemos um amigo dileto, um companheiro sincero, um correligionário lúcido e atuante. Paulistana, a progressista cidade de Paulista, perdeu um dos seus filhos mais diletos e um dos seus apaixonados servidores.

Aqui da tribuna do Senado Federal envio à família enlutada, na tarde de hoje, votos de grande pesar pelo infausto acontecimento, a par das homenagens que presto, por dever de amizade e de admiração, àquele que viveu para servir — Caio Coêlho Damasceno. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

**O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Falou-se, recentemente, na vinda, para o Brasil, de dez milhões de japoneses, destinados a trabalhar na lavoura do cerrado e, desmentida a notícia pelo Governo, continua no ar a informação segundo a qual há um país interessado em nos enviar um número elevado de imigrantes, sem que as fontes governamentais digam quem é essa nação.

Há uma verdadeira síndrome de desnacionalização no Brasil, agravada, nos últimos dois anos, com uma clara mudança de opinião dos geopolíticos que orientam o Executivo.

Ainda agora, anuncia-se a instalação de uma empresa estatal vinícola em Santa Catarina, o que provocou, em junho último, um memorial de protesto enviado pelo Sindicato da Indústria do Vinho de Videira, que representa noventa e cinco por cento das indústrias do vinho em nosso Estado.

O documento denuncia um grupo empresarial de Chapecó de promover entendimentos com a empresa estatal do vizinho País, denominada *GIOL*, para instalação de um entreposto naquela cidade.

A *GIOL* tem como função adquirir o excesso de produção vinícola argentina, para evitar o aviltamento dos preços, recebendo das cantinas o produto sem condições de comercialização, quase sempre a fundo perdido.

Seus representantes se entenderam com empresários de Chapecó, propondo a instalação de uma indústria produtora de vinho, com outras atividades secundárias, naquele município catarinense. Dentre as outras atividades, estaria a produção de sucos cítricos, de abacaxi e outros, que não se cultivam na região de Chapecó.

Isso tudo foi revelado pelo empresário Nelson Galina, em fins de maio último, ao jornal *O Estado*, que salientou não pretender o grupo industrializar a uva, assinalando que o capital seria de quarenta e nove por cento da *GIOL*, o restante do grupo de Chapecó, devendo a empresa pedir financiamento e incentivos, além da participação do Estado, através do PROCAPE, para sua instalação, adiantados os estudos a respeito, segundo declarações do Sr. Carlos Passoni Júnior, assessor da Secretaria da Indústria e do Comércio.

Esclarece o Sindivinho que o escondido intuito do grupo é importar os excedentes de vinhos argentinos, trazidos ao Brasil praticamente “sem custo”, constituindo-se no pior refugio da produção platina, que não se descarta, assim, dos seus melhores vinhos.

A legislação brasileira proíbe a vinificação do mosto de procedência estrangeira, prescrevendo, ainda, que:

“Os vinhos, os derivados de uva e do vinho de procedência estrangeira só poderão entrar no País, acompanhados de certificados oficiais de origem e análise realizada pelo Ministério da Agricultura.”

Mas exigindo, por outro lado, que esses produtos sejam comercializados em recipiente original, de capacidade máxima de um litro.

Esses dispositivos do Decreto nº 73.246 seriam contrariados pela nova empresa que, de resto, agiria a política nacional vinícola, que procura restringir as importações e fomentar as exportações. Se em Chapecó não há cítricos, nem abacaxi nem uva, a instalação de tal indústria se torna suspeitíssima, temendo os vitivinicultores que se repita a crise de superprodução ocorrida nos anos de 1971 e 1972.

Daí as reivindicações do Sindicato da Indústria do Vinho de Videira, no sentido de que se negue financiamento brasileiro ao empreendimento argentino, que o Estado não participe dele através da PROCAPE, que se puna a burla da lei brasileira, sobretudo evitando-se a alteração do Decreto nº 73.246, em prejuízo da vitivinicultura nacional.

A indústria de vinhos na região de Videira soma vinte e oito estabelecimentos industriais em oito municípios do Vale do Rio do Peixe, mantendo mil empregos diretos e tendo produzido, este ano, mais de dezoito milhões de litros, com uma capacidade instalada superior a trinta e oito milhões de litros. Além de ter absorvido toda a produção regional, importou quatro e meio milhões de quilos de uva do Rio Grande do Sul, trezentos mil quilos de São Paulo e cem mil quilos do Paraná.

Segundo produtor de vinho do País, Santa Catarina se faz notar pela qualidade dos seus produtos, além do investimento calculado em mais de quinhentos e cinquenta milhões de cruzeiros.

Mais de mil e quatrocentas famílias do Vale do Rio do Peixe cultivam três mil e trezentos e vinte e um hectares de parreiras, com uma produção média anual de trinta e cinco mil toneladas de uvas, representando, a preços de 1980, quatrocentos e vinte milhões de cruzeiros, cerca de quatrocentos mil cruzeiros anuais por família, significando uma renda *per capita* de cerca de oitenta mil cruzeiros por ano, bastante significativa na agricultura brasileira.

As instalações, ao custo de hoje, montam a mais de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, abrindo-se novas parreiras com financiamento do BESC e do Banco do Brasil, sob a orientação da ACARESC e assistência da Secretaria da Agricultura, da EMBRAPA e de Projeto de Fruticultura.

Recentemente, aquele órgão de classe acertou convênio com a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina e a ACARESC, no valor de duzentos e oitenta mil cruzeiros para o segundo semestre, para a manutenção de um agrônomo em tempo exclusivo, ampliando o Sindivinho o seu território produtivo para Urussanga, Pouso Redondo e Concórdia, no Sul do Estado e nos vales do Itajaí e do Uruguai.

Concluindo seu memorial ao Governador de Santa Catarina, diz o Sindivinho:

“Temos que protestar, quando desejam tornar o nosso mercado um absorvente dos restos da produção argentina, excedentes da pior qualidade, tanto mais quanto seriam comercializados por um órgão oficial estrangeiro, criando para adquirir a fundo perdido aquele excesso de produção. Não nos conformamos, também, com a concessão de financiamentos e incentivos oficiais, tão escassos, em favor de empresas estrangeiras e em detrimento das nacionais, que geraram tais recursos”.

Encampando esse protesto e esse apelo, queremos que cheguem ao conhecimento das autoridades agrícolas federais, a fim de evitar o agravamento do nosso balanço de pagamentos, com a entrada de vinho, a preço de *dumping*, no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

**O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, hoje, projeto de nossa iniciativa, que institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.

O projeto estabelece a estabilidade provisória:

I — da gestante, pelo prazo de sessenta dias, após o término da licença de gestação;

II — do trabalhador acidentado, pelo prazo de sessenta dias, após o término do afastamento daí decorrente;

III — do menor, no ano do alistamento militar, até à data de incorporação de sua classe.

Trata-se de medida marcadamente justa que, há muito tempo, vem sendo pleiteada pelas classes trabalhadoras do País, particularmente pelos metalúrgicos do ABC paulista, que a incluíram em seu elenco de reivindicações durante as recentes negociações sobre salários e condições de trabalho.

Nos três casos mencionados na proposição, a estabilidade provisória é necessária. A experiência tem demonstrado que empregadores inescrupulosos, não podendo despedir a mulher gestante enquanto essa está de licença, ou o empregado que vai prestar o serviço militar obrigatório, ou, ainda, o empregado acidentado quanto submetido a tratamento médico, o fazem ou antecipadamente (nos casos dos alistados no serviço militar ou logo após vencida a licença (gestantes e acidentados). A proposição corrige essa prática.

Solicitamos à Comissão de Legislação Social que examine o projeto com a brevidade possível para que o Congresso possa apreciar, ainda no presente ano, essa medida de rigorosa justiça, reclamada pelos trabalhadores do País. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valdon Varjão.

**O SR. VALDON VARJÃO** (PP — MT. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tivemos a oportunidade de apresentar, ontem, um projeto que “cria horário especial, em cadeia nacional de televisão, para a retransmissão obrigatória do noticiário relativo às atividades do Congresso Nacional”.

Venho hoje para fazer justificativa de Plenário, concitando os nobres colegas à apreciação futura do projeto, pois creio que na oportunidade já não mais farei parte do Senado, pela condição de substituto, como Senador Suplente.

Srs. Senadores, vi, neste curto espaço de permanência entre vós, o quanto carece de melhor divulgação os trabalhos do Congresso, Poder que vive às expensas de outros, e que só tem como arma as Tribunas e a palavra. E esta, sem maior divulgação, muitas das vezes não encontra eco e perde a ressonância por falta de propalação, principalmente nas zonas urbanas, onde 95% dos habitantes trocou a audiência dos rádios pela audição das TVs.

A divulgação sistemática do Poder Legislativo Brasileiro devia constituir-se em dever indeclinável das empresas que, por concessão do Poder Público, exploram os serviços de comunicação do País.

Esse dever, para se tornar efetivo, devia até mesmo prescindir do império coercitivo das leis, já que o empresário do setor — usufruindo concessões que, habitualmente, compõem e ampliam, dia a dia, sua prosperidade pessoal — estaria teoricamente imbuído da sua grande responsabilidade em prestigiar um Poder indissociável da prática democrática e, por conseguinte, do seu pessoal interesse em vê-lo aprimorado.

O argumento de que a televisão já noticia as atividades do Congresso Nacional não nos parece correto. Ela noticia o que quer, quando quer e de modo que quer, pincelando do noticiário parlamentar trechos ou informes parciais que, tidos como jornalisticamente interessantes, geralmente não correspondem à perfeita compreensão da notícia, e não satisfazem, portanto, à realidade congressual.

Projetos de lei, pareceres das Comissões Técnicas, discursos e debates, não raro da maior importância registrados na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, passam inteiramente despercebidos da opinião pública, pois não são divulgados, em nenhum órgão de comunicação de massas, ou por contrariarem interesses pessoais de concessionários, ou por não serem definidos como assuntos “de interesse jornalístico”.

Ora, o Poder Legislativo não pode continuar à mercê desses condicionamentos de critérios ou idiosincrasias pessoais. Afinal, no que se refere à televisão, trata-se de um serviço concedido pelo Poder Público, parecendo-nos injustificável que o Poder Legislativo não partilhe, com peso substancial, do noticiário dessas transmissões — não com os informes do interesse das concessionárias, mas com aqueles que, elaborados pelo próprio Congresso, divulguem, sem discriminações, toda a gama das suas imensas tarefas.

O noticiário radiofônico da *Voz do Brasil* já provou que essa providência é plenamente factível e, de longa tradição, sua efetivação nunca abalou as finanças de qualquer empresa de radiodifusão.

Evidentemente que, também em relação à televisão, tal prática também se fará factível, e tanto mais factível pela necessidade inadiável do prestígio de um poder de cujo aprimoramento depende o futuro democrático almejado por toda a Nação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Furlan.

**O SR. AMARAL FURLAN** (PDS — SP. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Devemos sempre reverenciar nossos vultos maiores. A despeito de serem transcorridos pouco mais de dois meses do centenário da morte de Ana Neri, ocorrido no Rio de Janeiro a 20 de maio de 1980, não poderia deixar de assinalar no Senado Federal as comemorações havidas no Estado de São Paulo, promovidas pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração, reverenciando a memória daquela que foi a pioneira da enfermagem no Brasil.

A Sociedade Brasileira de Educação e Integração, fundada em São Paulo a 2 de janeiro de 1969, por um grupo de professores, oficiais e empresários, vem desenvolvendo nestes onze anos uma intensa atividade cívica e cultural, toda ela orientada no sentido de difundir a Educação Moral e Cívica e os princípios de Integração Nacional, baseando-se na doutrina e nos ensinamentos da Escola Superior de Guerra e tem a presidi-la o conhecido educador e historiador Professor Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, professor de História na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo.

A entidade tem como Patrona a grande heroína brasileira Ana Neri, tendo sido, também, instituída a “Medalha Ana Neri”, de belíssima concepção

artística, immortalizando no bronze a figura da sua insigne Patrona, destinando-se a laurear personalidades que se distinguiram por relevantes serviços à comunidade.

Para comemorar condignamente a passagem do centenário da morte de tão importante figura da nossa História, a Sociedade Brasileira de Educação e Integração, sob o alto patrocínio da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e do eminente e ilustre titular daquela Pasta, o jovem e operoso Deputado Federal Antonio Henrique Cunha Bueno, elaborou vasto programa de homenagem que se estendeu do dia 20 ao dia 23 de maio último.

Além dos atos cívicos, brilhantemente preparados, é de se assinalar o artigo publicado no dia 18 de maio, na *Folha de S. Paulo* — “Lembrando Ana Neri” — de autoria do professor Carlos da Silva Lacaz, diretor da Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo, assim como o artigo da lavra do professor Mário Ferreira Migliano, presidente da Sociedade Brasileira de História da Farmácia e Ciências Afins, intitulado “Há cem anos morria Ana Neri”, da edição do dia 20 de maio do *Diário Popular*.

No dia 20 de maio, a Administração Regional do Ipiranga (da Prefeitura Municipal de São Paulo) promoveu, às 11:30 horas, o plantio festivo de árvores na Rua Dona Ana Neri, no bairro do Cambuci, estando presentes várias autoridades, ocasião em que discursaram o Administrador Regional, Dr. Adão Benedito, e o professor Bueno de Azevedo Filho, presidente da Sociedade promotora das solenidades.

Naquele mesmo dia, houve uma reunião do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), usando da palavra a sua presidente, professora Maria do Carmo de Godoy Ramos.

Às 18:30 horas, celebração da santa missa pelo Exm<sup>o</sup> e Revm<sup>o</sup> Monseñor Dom Ernesto de Paula, Bispo Auxiliar de São Paulo, no altar-mór da Catedral Metropolitana de São Paulo, com grande comparecimento de público e autoridades.

Encerrando as comemorações do dia do centenário, houve, às 20 horas, uma sessão da Academia Paulista de Educação, tendo o seu presidente, professor Michel Pedro Sawaya, apresentado valioso estudo sobre Ana Neri.

No dia 21, às 18 horas, na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do professor José Pedro Leite Cordeiro, o orador oficial do sodalício, engenheiro Mário Savelli, assinalou a efeméride.

Às 20:30 horas, na Associação Paulista de Medicina, sob a presidência do professor Aloysio Geraldo Ferreira de Camargo, proferiu conferência sobre Ana Neri e Florence Nightingale e o valor da enfermagem o professor Antonio Bernardes de Oliveira.

As homenagens a Ana Neri encerraram-se no dia 23 de maio quando a Sociedade Brasileira de Educação e Integração, em sessão solene, presidida pelo Professor Bueno de Azevedo Filho, teve como orador o Professor Alípio Corrêa Netto, ex-Deputado estadual e ex-Secretário da Educação, que falou sobre “Ana Neri, Enfermeira de Guerra”, tendo sido encerrada a solenidade com elogiosas palavras pronunciadas pelo General-de-Divisão João Franco Pontes.

Eis, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a reverência prestada por São Paulo à memória inesquecível de Ana Neri. Viúva, à época da Guerra do Paraguai, ao serem convocados seus dois irmãos, ambos oficiais do Exército, e os três filhos, sendo dois, médicos militares e o terceiro, um cadete — já tendo um sobrinho que seguira para a frente de batalha como voluntário da Pátria, vindo a morrer em combate — Ana Neri escreveu ao Presidente da Província oferecendo-se como enfermeira, não somente para estar junto dos seus, que já se encontravam no teatro das operações, mas principalmente para participar da luta, imbuída dos mais nobres sentimentos patrióticos, como afirmara em sua carta ao Presidente da Bahia: “... satisfarei ao mesmo tempo os impulsos de mãe e os deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas para honra e brio nacionais e integridade do Império”.

As homenagens a Ana Neri, transcorridas em São Paulo, são um exemplo vivo e vibrante do reconhecimento do povo e das autoridades do meu Estado aos atos humanitários de bravura e de brasilidade que assinalaram a vida da nossa heroína, precursora e patrona da enfermagem em nosso País. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— I —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 309, de 1980, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado

Federal, da conferência realizada pelo Ministro Eduardo Portella, no dia 1º de agosto de 1980, na Escola Superior de Guerra.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 1980, do Senhor Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "As Eleições em Brasília", publicado no jornal *Folha de Brasília*, edição de 17 a 23 de agosto de 1980, de autoria do Advogado Osmar Alves de Melo.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1978, (nº 922/78, na Casa de origem), estabelecendo que as penalidades aplicáveis a esportistas profissionais serão exclusivamente pecuniárias, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 612, de 1980, da Comissão  
— de Educação e Cultura.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1980 (nº 2.573/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que reajusta o valor da pensão especial concedida a Dulce Evers de Abreu, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 599, de 1980, da Comissão  
— de Finanças.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Parecer nº 616, de 1980, da Comissão de Constituição e Justiça, que conclui, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Hugo Ramos, pelo não-provimento do recurso interposto pelo Senador Itamar Franco, de decisão da Presidência sob questão de ordem levantada a propósito do indeferimento do Requerimento nº 228, de 1980, de autoria daquele Senhor Senador, que solicitava a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Comissão de Relações Exteriores do Senado.

— 6 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 1979, da Senadora Eunice Michiles, que institui o Dia Nacional de Defesa da Fauna, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 575, de 1980, das Comissões:  
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;  
— de Agricultura, favorável; e  
— de Educação e Cultura, favorável.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 1980, do Senador Jorge Kalume, que altera o artigo 607 do Código Civil, acrescentando-lhe os §§ 1º e 2º, tendo

PARECER, sob nº 615, de 1980, da Comissão  
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

— 8 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que revoga dispositivos da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis nºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 560, de 1980, da Comissão  
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Lázaro Barboza.

— 9 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1979, do Senador Raimundo Parente, que acrescenta parágrafos ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

PARECER, sob nº 613, de 1980, da Comissão  
— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

*DÍSCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 22-8-80 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É fim de tarde, fim de semana, e não sabemos se fim de festa, desta trágica festa que o regime brasileiro vem nos impondo, às custas da liberdade e da melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Lembramos-nos que, no início do seu Governo, o atual Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, anunciava que tínhamos que nos considerar em "economia de guerra".

A expressão foi arquivada pelo sucessor do Ministro Mário Henrique Simonsen e as coisas só fizeram piorar de lá para cá. O novo Ministro do Planejamento chegava com fisionomia risonha, e ao pessimismo do seu antecessor contrapunha um otimismo ou de um sábio ou de um irresponsável. E depois de ter, como Ministro da Agricultura, afirmado que iria encher as panelas dos pobres, já agora convoca, no ato de sua posse, os empresários brasileiros, para prepararem as suas máquinas e seus tratores para a nova era de desenvolvimento que o Brasil iria viver.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tempo passa; o Presidente João Figueiredo caminha para concluir o segundo ano de seu Governo e a inflação já ultrapassou os 100%, talvez o maior índice da História Republicana.

Nossa balança comercial externa, a que se referia, ainda há pouco, o Senador Agenor Maria, acusa *deficit* de bilhões de dólares. Até março, de uma importação de 20 bilhões, tínhamos uma exportação de 16. Sobee; desce; e se registra assim, nestes últimos tempos, um *deficit*, que não encontra solução. Em verdade talvez não esteja aí, possivelmente, o maior problema do nosso balanço de pagamento, desde que os gravames maiores residem, sem dúvida, na balança de serviços, no *deficit* constante das nossas transações, em que não apenas os ônus decorrentes da importação do petróleo, mas as obrigações conseqüentes da nossa dívida externa, a maior do mundo, fazem com que, por mais que possamos aumentar as nossas exportações, isto seja como um poço sem fundo. E não será com a atual orientação de política econômico-financeira, que encontraremos a saída para a superação desse *status quo*. Com o *deficit*, que contabilmente pode não ser considerado débito, porque há outras maneiras de fechar o nosso balanço de pagamento, temos que estar a nos socorrer, cada vez mais, de um endividamento externo progressivo, talvez já beirando à casa dos 60 bilhões de dólares, pagando as mais altas taxas de juros, gastando o que não é nosso e precisando, cada vez, nos endividarmos mais até mesmo para pagar aquilo que já devemos. Ao lado de tudo isso, está a crise energética, fruto não apenas dos preços internacionais do petróleo, mas também da imprevidência de quem, quando já se poderia descortinar as dificuldades que adviriam, teimava em dizer que nós éramos uma ilha de prosperidade em meio ao caos mundial. O fato é que só o ouro preto vai fazendo esvaír de nossas veias a maior parte do valor de nossas exportações.

A crise que se configurou na década de 70 não foi equacionada para ser solucionada pelo Governo Federal que apenas conseguiu panos mornos para ela, gerindo-a e administrando-a no tempo através, muitas vezes, de expedientes falaciosos. Isso levou determinado economista a dizer que se instalou neste País, de 73 para cá, um hospital de clínica de urgência, acudindo essa ou aquela empresa, cuja *débacle* representaria a detonação de uma crise maior, lançando mão mais de procedimentos assistenciais, parciais e localizados para enfrentar, muitas vezes, as dificuldades de nosso empresariado. Embora até recorrendo a certas estatísticas, — já se disse que as estatísticas servem, às vezes, para cobrir o principal — poderia parecer que nossa economia teve um bom desempenho na década de 70. No entanto, os instrumentos de política econômica de que o Governo lançou mão foram encontrando cada vez menos espaço para colher resultados favoráveis, ocorrendo aquilo que se poderia chamar de encurtamento do espaço operacional na política econômico-financeira do Governo.

Há percalços sucessivos e não aparece, Sr. Presidente, nenhuma proposta oficial que signifique efetivamente a superação da crise. A orientação governamental se projeta num horizonte relativamente curto e as soluções que se encontram são sempre as de se apontar um bode expiatório, que, no nosso caso, todo mundo sabe, é a variável exógena, o petróleo, como a causa e a razão de ser de nossas dificuldades. É dizer que é a OPEP, essa OPEP, que com todos os seus possíveis erros e desacertos, foi uma iniciativa de defesa de países explorados nas suas matérias-primas; países que perdiam, cada vez mais, o seu poder de compra ao vender o seu petróleo e adquirir matérias-primas dos países desenvolvidos, tornando cada vez mais frágil a economia dos países petrolíferos. Eles apenas se defenderam. Lógico que há um mundo de coisas passíveis de restrição, inclusive nas conseqüências danosas dessa política

da OPEP sobre nós, Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos, pobres e fracos. Mas a OPEP, em si, foi uma autodefesa dos que tinham, no petróleo, a sua grande riqueza. Lamentável, sim, que o conjunto dos países fracos e explorados não se reúna em torno de outros elementos e riquezas comuns e, até, em torno de suas outras fraquezas para fazerem frente aos países fortes e ricos. Quem sabe se o Brasil, com a dívida que tem, não poderia tomar a iniciativa de convocar os grandes países devedores do Terceiro Mundo para constituírem um verdadeiro *pool* de devedores e irem, então, negociar as suas dívidas com os credores. Esses credores que, não raro, se unem em *pool* para, convocando isolada e individualmente o devedor, estabelecerem exigências e condições muitas vezes leoninas na negociação das dívidas externas.

Mas, Sr. Presidente, retomamos a linha do nosso raciocínio, de mostrar que, na verdade, se o preço do petróleo tem inegavelmente a sua influência negativa sobre a nossa economia, na verdade, é um exagero atribuir aos preços do petróleo a culpa fundamental, a culpa substancial, talvez a culpa primordial dos problemas que enfrentamos. É com essa preocupação que Senadores do PMDB têm procurado estabelecer um relacionamento mais íntimo com os homens que, por profissão e por vocação, se debruçam sobre os problemas da economia. E isso se deu já no encontro de Canela, no Rio Grande do Sul, realizado no início deste mês, a que tivemos a satisfação de comparecer para discutir o Relatório Brandt, que trata exatamente da nova ordem econômica internacional, de um novo tipo de relações que se deve estabelecer entre o Hemisfério Sul e o Hemisfério Norte, justamente entre os países ricos e os países pobres. Nós, naquela oportunidade, iniciamos um diálogo mais profundo com economistas que ali estavam presentes e com colegas Senadores, como Franco Montoro e Pedro Simon, tentando sugerir que essas conversações se aprofundassem mais amiúde. Daí quisermos registrar neste instante que ainda ontem, na Comissão de Economia do Senado Federal — cuja sala foi cedida por solicitação do Senador Roberto Saturnino, vice-Presidente daquela Comissão, a quem compareceram alguns desses economistas, entre os quais a Professora Maria da Conceição Tavares, os economistas Carlos Lessa, Décio Munhoz, João Manoel, José Serra, André Franco Montoro Filho, Marcos Fonseca — lá estivemos algumas horas, num encontro que se iniciou pela manhã e que foi até o anoitecer, numa verdadeira convocação de homens que estão preocupados com o nosso amanhã, com este amanhã que não será bom se continuarmos nas condições de hoje, se continuarmos como o avestruz que enterra a sua cabeça na areia, esperando que o vendaval e a tempestade passem.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Com toda satisfação, ilustre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Acho extremamente oportuno o registro que V. Ex<sup>a</sup> faz da reunião de ontem que, efetivamente, foi muito significativa, muito interessante, muito proveitosa para todos nós que nos preocupamos com esses angustiantes problemas econômicos e sociais do País. O que temos sugerido, e V. Ex<sup>a</sup> é um dos Senadores que têm assumido também esta postura, é de que esses encontros se tornem mais freqüentes, mais diversificados, e até sistematizados, aproveitando, por exemplo, as comissões técnicas, a Comissão de Economia, a Comissão de Finanças, tanto do Senado como da Câmara. Temos sugerido e voltamos a insistir nessa sugestão, que essas comissões, esses órgãos técnicos convoquem líderes empresariais, líderes sindicais, convoquem economistas das diferentes correntes de pensamento, convoquem banqueiros, fazendeiros, enfim, todos aqueles que têm interesses legítimos a defender, que têm pontos de vista formados a respeito dos problemas econômicos, e que devam ser considerados na busca desse mínimo de consenso nacional, que acho que só o Congresso Nacional pode obter, para orientar a mudança da nossa política econômica que está levando o País a uma situação realmente, já hoje, bastante próxima de algo desastroso para este País. De modo que ouço com muita atenção o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, e recebo com satisfação o registro que V. Ex<sup>a</sup> faz desta reunião de hoje. Efetivamente, foi muito significativa, e a nossa expectativa é a de que reuniões desse tipo se multipliquem, se diversifiquem e sejam sistematizadas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Agradecemos o aparte do nobre Senador Roberto Saturnino, que é um daqueles nossos companheiros que, permanentemente, têm-se preocupado com os rumos da nossa política econômico-financeira. Preocupação que a esta altura já se generalizou no País, porque, acreditamos, até mesmo a classe empresarial, que terá recebido com otimismo a ascensão do Ministro Delfim Netto, já não olha tranqüilamente o seu futuro.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, parece que o mágico já esgotou os seus truques. Ele que como Ministro da Agricultura — repetimos — prometeu encher as panelas vazias do pobre, agora não está conseguindo acionar as máquinas dos empresários nem conseguindo criar condições para o desenvolvimento industrial, pelo contrário, uma série de medidas por ele tomadas, estão levando ao colapso o nosso desenvolvimento. Embora S. Ex<sup>a</sup> negue e renege a recessão, estamos a caminhar para ela, se é que já não estamos a palmilhá-la.

S. Ex<sup>a</sup> chegou há um ano. Como dissemos ao pessimismo de Simonsen, ele contrapunha aquele otimismo inexplicável aos olhos do grande público. Mas ele, pai do famoso "milagre brasileiro", que deu com os burros n'água, talvez tivesse uma segunda edição daquele "milagre" e aí tomou uma série de medidas para enfrentar os problemas existentes: por exemplo, o pacote econômico de dezembro, ao apagar das luzes deste Congresso, e que tanta celeuma trouxe, porque estabelecia a maxidesvalorização do cruzeiro; queria estimular a exportação; resolveu retirar os subsídios; e continuou nessa série enorme de medidas, anunciando a prioridade à agricultura, o controle de preços, mais recentemente a prefixação da correção monetária, da correção cambial e, já nos últimos dias do primeiro semestre, o corte nas despesas públicas, o anúncio do IOF, a limitação do crédito na base dos 45% para o ano de 1980, o que de fato representa, se levarmos em consideração a inflação, uma diminuição para 30%, o que significa um sufoco inadmissível para o setor empresarial deste País. Sr. Presidente, isto levará à falência pequenas e médias empresas que vivem em dificuldades financeiras. Isso não pode ser efetivado sob pena de chegarmos ao caos e à recessão. Podem até existir restrições de crédito, mas não pode ser indiscriminada pegando Deus sabe que regiões, porque a nossa região, a do Nordeste, não agüenta esta restrição indiscriminada de 45% dos créditos bancários. Isso vai levar a que, Sr. Presidente? Ao colapso, sobretudo das empresas nacionais, vai levar à desnacionalização maior ainda, vai levar à falência inúmeras unidades produtivas que representam o esforço do homem brasileiro.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Marcos Freire?

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Com todo prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Nobre Senador Marcos Freire, há poucos dias, na minha cidade, Cidade de Juiz de Fora, pólo importante do Estado de Minas Gerais, as indústrias da Manchester mineira ameaçaram exatamente uma paralisação global no aspecto abordado, com muita propriedade, por V. Ex<sup>a</sup>, a restrição de crédito. Veja V. Ex<sup>a</sup> que era e é o Governo, que há pouco tempo pedia a essas empresas maior produtividade, na tentativa de abaixar o custo do produto industrial. Mas quando essas empresas — e evidentemente todo o sistema econômico e financeiro está nas mãos do Governo — se dirigiam ao Banco do Brasil, encontravam e encontram essa restrição de crédito de que fala V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu queria, nobre Senador Marcos Freire, lembrar da introdução que V. Ex<sup>a</sup>, no seu belíssimo pronunciamento, faz nesta tarde, é que ninguém mais acredita, nobre Senador, que é apenas o problema do petróleo; não é só o petróleo.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — É claro.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Eles não falam no *deficit* da implementação; não falam no *deficit* do setor público; e há poucos dias, nesta Casa, o Sr. Senador Luiz Cavalcante dava um dado muito importante, comparando o aspecto inflacionário brasileiro com o custo do óleo que nós temos no porto. E se V. Ex<sup>a</sup> verificar os dados de 1970 a 1979 há de verificar que o índice geral de preços, neste País, cresceu na ordem de 1.408%. V. Ex<sup>a</sup> há de verificar, então — e basta apenas uma conta aritmética — que o óleo importado, mesmo com a desvalorização da taxa cambial, não atinge a isto. Então o preço da gasolina é elevado e é elevado de maneira arbitrária. E para terminar, Senador Marcos Freire, porque é um detalhe importante se recordar, como V. Ex<sup>a</sup> diz, as promessas do Governo, e eu não me canso de repetir no Senado Federal: em 1975, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, os Ministros da área econômica prometiam ao Governo, naquela época, o controle inflacionário neste País. Por quê? Porque em 1974 a inflação havia alcançado o índice de 34%, e em 1975 ela ia atingir a 29,5%. Então, o Governo sentiu que ela estava sob controle. E o que estamos assistindo é exatamente o inverso, é a inflação ultrapassando os três algarismos. É o modelo econômico que está falido, é a incompetência também daqueles que dirigem o setor econômico do País. Desculpe V. Ex<sup>a</sup> esta interrupção, mas o meu aplauso ao seu pronunciamento.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Grato pela colaboração que nos traz o ilustre representante por Minas Gerais, sobretudo porque o

Ministro Delfim Netto, que vez por outra encontra terminologias novas, agora fala de inflação morta, de inflação corretiva, e não sabemos mais que tipo de inflação, e, no final de contas, tudo isto representa maiores ônus, sobretudo sobre as classes mais desprotegidas. Aí está o corte aos subsídios, que talvez pudesse fazer efeito em termos eminentemente economicistas, para os objetivos do Governo, mas que vem onerar a bolsa do povo e emagrecer a mesa do pobre.

Estamos com o problema dos subsídios do trigo, por exemplo, que o Governo estaria disposto a acabar até o fim do ano. Somos nós a favor da manutenção dos subsídios ao trigo?

Sr. Presidente, não aventuráramos a fazer tal afirmação. Mas não somos a favor de se tire o subsídio ao trigo, sem antes se tomar uma série de medidas preliminares, que vão garantir, àqueles milhões de brasileiros que ganham salário mínimo, substituir o pão de trigo por um sucedâneo, em que o milho, a mandioca tenham sido suficientemente estimulados à produção, necessariamente acrescida, para que o corte dos subsídios venha de tal maneira que o pão não suba, como já está subindo, numa ordem geométrica, numa proporção absurda, que vai fazer com que o pobre nem mais pão possa adquirir. Aquele pão magro que deve comer antes de ir, às 4 ou 5 horas da manhã, pegar o transporte coletivo, para comparecer às fábricas, num trabalho que, de oito horas, precisará de 9, 10, 11, 12 horas, tal a precariedade dos transportes coletivos das grandes cidades. E, depois de todo este esforço, ficar numa situação em que de nem o pão poder, muitas vezes, comprar mais.

Não, Sr. Presidente, parece-nos que a orientação oficial não corresponde aos interesses nacionais. Parece-nos que quando o Governo, nesta embrulhada em que se meteu, fica querendo ver como fator externo da crise, o petróleo é como fator interno, o salário do trabalhador, ele está mentindo. Não há outra palavra, porque, ainda há poucos dias, um dos estudiosos do assunto, que por sinal esteve presente ontem ao referido encontro, o Economista José Serra, provava, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, que os reajustes salariais, segundo dados do IBGE, não tiveram qualquer impacto inflacionário, porque a média desses reajustes foi inferior aos índices inflacionários.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Ouvimos com toda a satisfação o ilustre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Infelizmente, meu nobre colega — e digo infelizmente porque sou da banda ocidental e V. Ex<sup>a</sup> é da banda oriental — tenho que concordar com V. Ex<sup>a</sup>, de que o quadro está-se tornando cada vez mais sombrio. A meu ver esse fantasma, esse espectro, a inflação, não provém dos custos, nem da demanda, nem de fatores exógenos, nem importados. A meu ver a nossa inflação é preponderantemente psicológica, porque ninguém acredita nas medidas que são anunciadas e tomadas. Para dizer a palavra exata, as autoridades fazendárias como que perderam a credibilidade, ou caminham aceleradamente para tal. Esta afirmação não deve causar estranheza por partir de mim, do partido do Governo, porque na semana passada, o eminente Senador Murilo Badaró, com sua responsabilidade de Vice-Líder do Governo, outra coisa não disse, numa conferência no Estado de Minas Gerais, quando reconheceu que a credibilidade do Governo está bastante afetada em virtude da incontida e crescente inflação. E para não mais dizer, fico aqui no meu aparte. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Agradecemos sobretudo a intervenção do Senador Luiz Cavalcante que aí está na Bancada do Governo escoteira e solitariamente a nos ouvir e, para honra nossa, colaborar com o nosso discurso. Assinamos integralmente a sua assertiva: a inflação que estamos assistindo é, em grande parte, psicológica sim, porque, sintetizando o que S. Ex<sup>a</sup> disse, ninguém acredita no Governo — e não acredita no Governo porque é um grupo fechado.

Ainda há poucos instantes o Senador Roberto Saturnino, apartando o nobre Senador Agenor Maria, dizia que quem manda neste País é aquele grupo que se reúne todos os dias às 9 horas da manhã no Palácio do Planalto, grupo que se conta pelos dedos da mão e que lá estabelece as decisões, embora algumas delas venham ao Congresso para serem formalizadas e apenas formalizadas.

Inflação psicológica, sim, porque este Governo não governa com a sociedade brasileira, não tem trânsito livre perante os vários setores sociais, porque tem engodado a Nação, porque tem lançado mão de mecanismos e artimanhas que, no final, além de autoritárias, não têm dado os resultados positivos que seriam de esperar.

Inflação psicológica, sim, porque todo mundo sabe que os passes de má-gica do Sr. Delfim Netto já não dão em nada, já se esgotaram. Ele, que espe-

rava que os mecanismos que acionou pudessem realmente reabilitá-lo, aqui já estamos no segundo semestre de 1980, com o maior índice de inflação já registrado e ele que dizia, há alguma tempo — e não faz muito tempo — Sr. Presidente, que este ano teríamos uma inflação de apenas 45%, e ela caminha para três vezes mais do que S. Ex<sup>a</sup> previu.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Com prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — Quero também concordar inteiramente com a colocação do Senador Luiz Cavalcante, achando que uma das principais razões — diria mesmo, a principal razão — hoje, motivo que impulsiona o processo inflacionário brasileiro, é a falta de confiança, é a falta de credibilidade do Governo. Gostaria de lembrar — não a V. Ex<sup>a</sup>, pois não precisaria fazê-lo — mas aos Senadores do PDS que nos ouvem, que essa questão da credibilidade está intimamente ligada à questão da legitimidade do Governo.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Tem toda a razão V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Roberto Saturnino (PMDB — RJ) — E quando pregamos a ampliação do processo de abertura até as suas últimas conseqüências, até o seu coroamento, que é a constituinte, que é o único instrumento capaz de legitimar efetivamente o Governo, não estamos insistindo num mero formalismo jurídico ou num capricho oposicionista. Essa questão é essencial também, e é uma das condições principais, das condições exigidas para a solução dos grandes, dos principais problemas que angustiam o povo e a Nação nos dias de hoje.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Concordamos com V. Ex<sup>a</sup> A culpa é sobretudo interna, de um movimento que se assenhoreou do poder e que excluiu das decisões econômicas, faixas, setores da sociedade brasileira. Não se pode governar um País excluindo os setores sociais; Governo deve ser tão-somente a expressão da sociedade. É exatamente nessa legitimidade a que se refere o Senador Roberto Saturnino que está a chave da questão: nós nos sentimos representados por aqueles que nos governam. E ninguém de sua consciência, neste País, se sente representado pelo Governo que aí está. A verdade pura e simples é esta. E de um Governo que, não tendo legitimidade em sua origem, teima em não ter legitimidade no seu exercício, embora o caminho aí esteja, o da democratização efetiva e que passa necessariamente pela Constituinte, porque aí nós como que zerávamos o termômetro, convocaríamos a todos. Sem sequer excluir os analfabetos — homens que têm todos os deveres, obrigações e ônus neste País — que se não sabem ler ou escrever, sabem ver e ouvir e, sobretudo, sabem sentir e sofrer os problemas do Brasil. E convocando a todos indiscriminadamente, estabelecermos uma grande campanha de mobilização nacional, em que as várias correntes de pensamento político defendessem as suas teses, dissessem o que pretendiam fazer na construção da nova ordem jurídico-política brasileira. Portanto, com esta legitimidade, a Nação inteira escolhesse aqueles que iriam estabelecer as novas bases da nossa sociedade, e ficando as novas estruturas políticas, econômicas e sociais que haveriam de mudar a fisionomia do Brasil.

Aí sim, esta nova ordem seria a expressão da vontade nacional. Aí sim, todos, empresários, intelectuais, trabalhadores das cidades e dos campos, profissionais liberais, funcionários públicos, letrados e analfabetos, todos nos sentiríamos co-responsáveis, co-participes dos problemas e das soluções dos problemas brasileiros. Aí sim, poder-se-ia exigir mais sacrifícios. Aí sim, poderíamos cortar na nossa própria pele, na nossa própria carne, porque teríamos estabelecido as diretrizes de um novo modelo, que não seria como o que é hoje, elitista, concentrador de renda e de propriedades, antipopular e antinacional. E para um modelo desses, o povo não quer contribuir nem tem por que contribuir.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Permite, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Pois não, ilustre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Eminente Senador Marcos Freire, para reforçar a minha declarada suposição de que a inflação é preponderantemente psicológica, tiro aqui, do meu "livro negro", um recorte de *O Globo*, de 17 de janeiro de 1980, cujo título é o seguinte:

"Galveas acha que 45% é o limite da inflação."

E, a seguir, vem o texto:

"O novo Ministro da Fazenda, Ernane Galveas, afirmou ontem que haverá uma redução considerável nas atuais taxas de inflação, devendo o ano fechar com uma taxa não superior a 45%."

Ora, já em julho a inflação acumulada fechou com 52,2%. Muito obrigado.

**O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE)** — Agradecemos a comprovação especificada, que é trazida pelo Senador Luiz Cavalcante, da afirmativa que fizemos, há poucos instantes, exatamente desta tribuna. As autoridades responsáveis pela nossa política econômico-financeira, dizem coisas, que vão ser desacreditadas, desmoralizadas amanhã.

Pode-se acreditar num governo deste, Sr. Presidente? Como é que se quer que o empresariado nacional, sobretudo o pequeno e o médio, esteja satisfeito quando o Governo deseja que nós nos endividemos cada vez mais, lá fora? Dificulta o crédito interno, aumenta o preço do dinheiro, estimula, conseqüentemente, o mercado negro, o mercado paralelo, a taxas de juros altíssimas, porque senão fecha a pequena empresa, contanto que os grandes grupos, que têm acesso ao mercado financeiro internacional, possam se endividar cada vez mais e, assim fazendo, tragam recursos que possam resolver a nossa Balança de Pagamentos.

Não, Sr. Presidente, nós não estamos aqui para servir a propostas que não são consentâneas com as necessidades da Nação. Por isso é que fica sem nenhum sentido qualquer apelo do Governo de, teatralmente, dizer que estende as mãos.

O problema não é entender-se pessoas por pessoas, se não existe uma proposta válida, uma proposta substancial, que represente a proposta da Nação. E a Nação não pode fazer propostas, porque não tem acesso aos instrumentos que poderiam servir de conduto à efetivação delas.

Estamos vendo todos os dias, aqui, no Congresso Nacional, o espetáculo melancólico de iniciativas parlamentares serem bloqueadas, esmagadas e sufocadas, porque o Planalto dá sinal vermelho. E isso ocorre no plano político, econômico e social. Tantos e tantos anos lutamos aqui por um reajuste salarial mais amiúde; somos, mesmos, autor de um projeto de reajuste trimestral de salário e, sistematicamente, essas iniciativas eram derrotadas. De repente o Governo resolve fazer o reajuste semestral pela grita e pela pressão popular. Aí, a Bancada Governista vem e consagra o que o Governo quer. No plano político era a mesma coisa. Todo mundo sabe que a aspiração nacional era as eleições diretas. Pois veio o Regime que se estabeleceu em 1964 e acabou com elas; várias vezes enviou Mensagem ao Congresso, transformando em indiretas as eleições diretas e aí, então, a ARENA, docilmente, acabava com estas últimas.

Agora, nesse processo de reconquista popular, o Governo propõe eleição direta. Então, o Partido do Governo já quer, a essa altura, eleição direta.

Isso desacredita, Sr. Presidente, a Casa do Povo. É preciso, portanto, que tudo seja rejuvenescido e para tal o caminho é a Constituinte. Da Constituinte é que poderia sair uma representação plenamente legítima, com a integração de todos os brasileiros, inclusive aqueles que purgaram anos de exílio e de ostracismo.

Achamos que é inédita na história das democracias do mundo haver uma anistia à que não se siga uma eleição, porque, que anistia é essa, em que trazemos de fora os nossos compatriotas, que estavam alijados do processo político e, na primeira eleição que existiria, esta é suspensa e se prorrogam os mandatos por mais dois anos? Isso representa cassar por mais dois anos aqueles que por 16 anos não puderam concorrer às urnas.

Não, Sr. Presidente, na verdade, o Ministro Delfim Netto fracassou; ele julgou que, com determinadas medidas, conseguiria estabilizar a economia brasileira, superar os problemas de inflação, de endividamento externo e de balança de pagamentos. Mas, na verdade, os fatos se encarregaram de comprovar que o Governo só encontrará o caminho da solução dos problemas nacionais, se fizer com que esse caminho coincida com os do povo, porque a crise que aí está não se resolve com novo golpe de Estado, nem com nova ditadura, aliás foi a ditadura e os golpes de Estado, que se praticaram durante esses 16 anos, que nos levaram a esse impasse. A solução é a democracia, é a devolução ao povo do poder constituinte.

E, para isso, é que nós, da Oposição, temos nos batido tanto, porque não será apenas a nossa luta, a luta de um partido político, ou a luta dos Partidos Políticos de Oposição, isoladamente, que hão de deflagrar esse grande processo, mas é a adesão da sociedade brasileira, que já está se fazendo sentir através da OAB, da ABI, da Igreja, dos Sindicatos, dos estudantes e de tantos setores mais. Sim, porque esta crise que estamos vivendo, se não for debelada, atingirá a todos nós, ao operário, ao camponês, ao funcionário público, mas vai levar até parte desta Nação, porque atingirá também as classes empresariais, pois há um sufoco generalizado e para sairmos dele precisamos do esforço da sociedade inteira; mas esse esforço só se fará sentir quando houver credibilidade da ordem que nos rege.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que nós temos uma sessão extraordinária do Congresso Nacional às 18 horas e 30 minutos.

**O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE)** — Acatamos a sua advertência, Sr. Presidente, dizendo que, na verdade, o Governo errou no diagnóstico da crise brasileira, quando julgou-a transitória, episódica, quando vinculou-a apenas à crise energética, aos preços do petróleo; tem errado no campo operacional e sobretudo no campo político; naquele, através de instrumentos que não apenas não resolvem, como muitas vezes agravam a crise e, neste último, porque mantém a sua disposição de não devolver ao povo o poder constituinte, configurando assim um regime que não proporcionará os grandes debates, feitos na base da Nação. É preciso, portanto, que estabeleçamos um novo pacto social, um social que seja as novas bases políticas, mas também econômicas e sociais, porque está faltando ao Brasil um perfil de expansão para a sua economia, que seja estabelecido a longo prazo e de tal forma que ofereça um norte seguro, tranquilo, para todos os setores da sociedade, para os empresários e para os trabalhadores. Isso, num regime de liberdade, de segurança individual e de tranquilidade coletiva. E, para isto, o PMDB acredita que se vencerá cada problema brasileiro, não pela força, mas pela participação societária, e, portanto, pela efetiva abertura democrática deste País. (Muito bem!)

## ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

### ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA.

Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, às dezoito horas, reuniu-se, extraordinariamente, no Gabinete do Senador Magalhães Pinto, no Senado Federal, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, a fim de examinar propostas de admissão à Ordem. Presentes os Senhores Senador Magalhães Pinto, Grão-Mestre da Ordem, Deputado Célio Borja, Chanceler da Ordem, Conselheiros Senadores Dinarte Mariz, Lourival Baptista, Franco Montoro, Benjamim Farah, Accioly Filho, Wilson Gonçalves e Deputados Odulfo Domingues, Henrique Alves, José Bonifácio, Herbert Levy, Laerte Vieira, Alencar Furtado e Pinheiro Machado. Havendo o *quorum* regimental o Senhor Grão-Mestre declara abertos os trabalhos e convida o Conselheiro-Secretário Deputado Pinheiro Machado a proceder à leitura da Ata da reunião anterior, que é lida e aprovada por unanimidade. A seguir é tratado o primeiro item da pauta, que consta de deliberação sobre a concessão de comenda da Ordem do Congresso Nacional, no grau de Grande Colar, ao Senhor Nicolai Caecescu, Presidente da Romênia, a cujo processo foi concedida Vista, na reunião anterior, ao Senador Franco Montoro. Com a palavra o Chanceler Célio Borja, que explica os motivos pelos quais encaminhou a sua proposta, concluindo por dizer que, a esta altura, nada tinha a opor quanto ao seu arquivamento, vez que cessara a oportunidade daquela concessão, com o que fica unanimemente de acordo o Conselho. A seguir o Senhor Grão-Mestre pede ao Senhor Secretário que leia o expediente que consta do seguinte: primeiro, uma carta do Deputado Emmanoel Waissman, tecendo comentários e sugerindo concessão da comenda da Ordem, no grau de Cavaleiro, ao funcionários da Câmara dos Deputados, Doutor Luciano Brandão Alves de Souza, Diretor-Geral, e Doutor Paulo Afonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Presidência; segundo, carta do Deputado José Camargo, com sugestão para a concessão da comenda da Ordem, no grau de Cavaleiro, ao Senhor Doutor Nelson Pizzotti Mendes, Promotor de Justiça da Capital do Estado de São Paulo; terceiro, proposta do Conselheiro Senador Franco Montoro, para admissão na Ordem do Congresso Nacional, no grau de Cavaleiro, aos funcionários do Senado Federal, Senhores Doutor Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Doutor Pedro Carvalho D'Albuquerque Neto, Assessor do Senado, Dr. Aiman Nogueira da Gama, Assessor do Senado, Doutor Afonso José Coelho Cesar, Consultor Técnico do IPEAC, Dr. Luciano Figueiredo Mesquita, Chefe de Gabinete do Senhor Presidente do Senado e Dra. Leila Castelo Branco Rangel, Diretora da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado; quarto, proposta do Conselheiro Deputado Léo Simões, para que seja concedida a comenda da Ordem aos membros da Mesa do biênio 70/72, uma vez que os respectivos Presidentes das duas Casas foram agraciados à época da instalação da Ordem, no biênio 72/74. O Senhor Conselheiro Deputado Herbert Levy expende comentários sobre a personalidade do arquiteto Oscar Niemeyer, sugerindo o seu nome para a concessão de comenda da Ordem, ficando de formalizar, oportunamente, por escrito, sua proposta. Colocadas as propostas em discussão, falaram os Conselheiros Laerte Vieira, Herbert Levy, Wilson Gonçalves, Célio Borja,

Dinarte Mariz e Franco Montoro, decidindo o Senhor Grão-Mestre encaminhar para serem relatadas as propostas sugeridas pelos Senhores Deputados Emmanoel Waisman, José Camargo e Léo Simões, ao Conselheiro Deputado Herbert Levy e, as sugeridas pelo Senador Franco Montoro, ao Conselheiro Senador Wilson Gonçalves. Em seguida o Conselheiro Lourival Baptista indaga das providências no sentido de serem entregues as comendas da Ordem aos atuais membros do Conselho, tendo sido informado pelo Senhor Secretário de que o pedido de compra das condecorações havia sido encaminhado mas a compra ainda não havia sido concretizada por falta de verba específica nos Orçamentos da Câmara e do Senado e que, com a suplementação de verba esperada para o mês de novembro, serão efetivamente encomendadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Grão-Mestre encerra a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, marcando reunião ordinária para o próximo dia doze de novembro, às dez horas e trinta minutos, em seu Gabinete, no Senado Federal. E, para constar, eu, Pinheiro Machado, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Magalhães Pinto, Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional. — José de Magalhães Pinto.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1976.**

Aos dezesseis dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, no Gabinete do Presidente do Senado Federal, Senador Magalhães Pinto, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, presentes os Senhores Senadores Magalhães Pinto, Wilson Gonçalves, Benjamim Farah, Marcos Freire e Lourival Baptista, e Senhores Deputados Célio Borja, Alencar Furtado, Odulfo Domingues, Henrique Eduardo Alves, Pinheiro Machado, Léo Simões e Djalma Bessa. Abertos os trabalhos o Senhor Grão-Mestre, Senador Magalhães Pinto, solicitou ao Senhor Secretário que lesse a Ata da reunião anterior, o que foi feito, sendo a ata aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Grão-Mestre explicou que a finalidade da reunião era fazer a entrega das comendas aos Senhores Membros do Conselho ainda não agraciados, de acordo com os artigos 30 e 31 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Ordem. Terminada a solenidade de entrega das respectivas comendas aos Senhores Conselheiros, o Senhor Grão-Mestre agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão às onze horas, e para constar, eu, Pinheiro Machado, Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Grão-Mestre Senador José de Magalhães Pinto.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 1977.**

Aos cinco dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, às doze horas e trinta minutos, no Gabinete do Presidente do Senado, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, presentes os Senhores Membros: Senadores Petrônio Portella, José Lindoso, Mendes Canale, Mauro Benevides, Henrique de la Roçque, Magalhães Pinto, Eurico Resende e Franco Montoro e Deputados: Marco Maciel, João Linhares, Adhemar Santillo, Djalma Bessa, Jader Barbalho, João Clímaco, José Camargo e José Bonifácio. Havendo número regimental, iniciaram-se os trabalhos, dirigidos pelo Senhor Grão-Mestre, Senador Petrônio Portella, na condição de Presidente do Senado, e pelo Chanceler Deputado Marco Maciel, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. De acordo com o artigo dezoito do Regimento Interno do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, foi indicado o Deputado João Clímaco, Terceiro-Secretário da Câmara dos Deputados, para Secretário do Conselho. O Grão-Mestre Petrônio Portella explicou a finalidade da reunião, justificando também não haver sido realizada reunião ordinária no mês de novembro, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho em seu artigo décimo, em virtude do excesso de trabalho nas duas Casas do Congresso. Em seguida à leitura do expediente pelo Senhor Secretário, o Grão-Mestre propôs, juntamente com o Senhor Chanceler, fossem agraciados com a Grã-Cruz o Presidente da Assembléia Francesa, Dr. Edgar Faure, e no grau de Comendador os Senhores Dr. Evandro Mendes Vianna, ex-Diretor do Senado Federal, e Dr. Luciano Brandão Alves de Souza, por estar se afastando da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, em razão de haver sido indicado para Ministro do Tribunal de Contas da União. Relatadas as propostas pelos Senhores Conselheiros Senador Henrique de La Roçque e Deputado João Linhares, foram a seguir, separadamente, submetidas a escrutínio secreto, sendo aprovadas por unanimidade. Foi marcada

pelo Grão-Mestre uma reunião para o dia sete de dezembro corrente, no Gabinete do Chanceler Deputado Marco Maciel, para as onze horas e 15 minutos, quando serão entregues as comendas aos agraciados. A seguir, o Grão-Mestre Petrônio Portella condecorou com o Grande Colar da Ordem o Sr. Chanceler Marco Maciel, sob aplauso dos presentes, fazendo, logo após, a entrega das insígnias de Grande Oficial aos demais Senhores Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Grão-Mestre encerrou a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, e eu, João Clímaco, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Grão-Mestre Petrônio Portella. Petrônio Portella.

**ATA DA REUNIÃO SOLENE DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1977.**

No dia sete de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, às doze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão de Recepções da Câmara dos Deputados, em sessão solene, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, com a presença dos Senhores Membros: Senadores Petrônio Portella e Eurico Resende, e Deputados Marco Maciel, Adhemar Santillo, Jader Barbalho, João Clímaco, José Camargo e José Bonifácio. Iniciados os trabalhos o Senhor Grão-Mestre, Senador Petrônio Portella, solitou ao Senhor Secretário que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior, o que foi feito, sendo a ata aprovada por unanimidade. Com a palavra o Senhor Grão-Mestre, que disse da finalidade da reunião, que é a de fazer a entrega das condecorações da Ordem do Congresso Nacional aos Senhores Dr. Evandro Mendes Vianna e Dr. Luciano Brandão Alves de Souza, no grau de Comendador, e ao Dr. Edgar Faure, Presidente da Assembléia Francesa, no grau de Grã-Cruz. Falou sobre a personalidade dos agraciados, tecendo-lhes os mais justos elogios. Estando presente somente o Dr. Luciano Brandão Alves de Souza para receber a condecoração, foi-lhe esta entregue pelo Grão-Mestre, tendo o homenageado agradecido a honraria e a presença dos Senhores Conselheiros e demais autoridades, dentre elas o Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça, o Dr. Glauco Lessa de Abreu e Silva, Presidente do Tribunal de Contas da União. O Senhor Grão-Mestre determinou que seja marcada, oportunamente, uma nova reunião para entrega da condecoração ao Dr. Evandro Mendes Vianna e para que sejam entregues, através do Senhor Embaixador da França, pelo Chanceler Marco Maciel, a Comenda e o Diploma da Grã-Cruz ao Dr. Edgar Faure. Nada mais havendo a tratar, às treze horas o Senhor Grão-Mestre deu por encerrada a reunião e, para constar, eu, João Clímaco, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Grão-Mestre Senador Petrônio Portella. Petrônio Portella.

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1978.**

Às onze horas e trinta minutos do dia catorze de setembro de mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se, extraordinariamente, no Gabinete do Presidente do Senado Federal, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, para apreciação de proposta para concessão de Comenda da Ordem. Presentes os Senhores Conselheiros Senadores: Petrônio Portella — Presidente do Senado e Grão-Mestre da Ordem, Mauro Benevides, Henrique de La Roçque, Renato Franco, Daniel Krieger, Magalhães Pinto, Paulo Brossard e Deputados: Marco Maciel — Presidente da Câmara dos Deputados e Chanceler da Ordem, Adhemar Santillo, Jader Barbalho, João Clímaco e Marcelo Linhares. Havendo *quorum* foi iniciada a reunião, tendo o Grão-Mestre Senador Petrônio Portella apresentado, verbalmente, a proposta de concessão do Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional ao Senhor Valery Giscard d'Estaing, Presidente da França, que brevemente visitará nosso País. Submetida à votação, foi aprovada a proposta, por unanimidade, tendo o Grão-Mestre marcado a data de entrega para o dia da visita do Senhor Giscard d'Estaing ao Congresso Nacional. O Secretário comunicou a todos os presentes que, em dezesseis de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, às onze horas e trinta minutos, naquele mesmo local, o Grão-Mestre e o Chanceler da Ordem fizeram a entrega ao Senhor Embaixador da França, o Excelentíssimo Senhor Jean Béliard, para que Sua Excelência a fizesse chegar às mãos do Doutor Edgar Faure, Presidente da Assembléia da França, da Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional, que lhe foi concedida na sessão de cinco de dezembro daquele mesmo ano. Comunicou, ainda, que em dezessete de agosto de mil novecentos e setenta e oito, o Doutor Evandro Mendes Vianna, ex-

Diretor do Senado, recebeu a comenda no grau de Comendador da Ordem, que lhe foi concedida em reunião do dia cinco de dezembro de mil novecentos e setenta e sete. Nada mais havendo a tratar o Senhor Grão-Mestre considerou encerrada a reunião e eu, João Clímaco, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senador Petrônio Portella, Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADA EM DOIS DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E NOVE.**

No dia dois de agosto de mil novecentos e setenta e nove, às dez horas da manhã, atendendo à convocação do Grão-Mestre, através de telegrama, reuniu-se o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, extraordinariamente, no Gabinete do Presidente do Senado Federal, Grão-Mestre do Conselho, Senador Luiz Viana Filho, para apreciação de proposta de concessão de condecoração da Ordem. Presentes o Senhores Grão-Mestre Senador Luiz Viana Filho, o Chanceler Deputado Flávio Marcílio, Conselheiros Senadores Dinarte Mariz, Gabriel Hermes, Gastão Müller, Jarbas Passarinho, Tarso Dutra, Deputados Homero Santos, Renato Azeredo, Epitácio Cafeteira, Ary Kffuri, Nelson Marchezan, Freitas Nobre e Joaquim Coutinho. Havendo *quorum* regimental o Grão-Mestre deu início aos trabalhos pedindo ao Secretário que procedesse à leitura da Ata da reunião anterior, o que foi feito. Em seguida o Grão-Mestre esclareceu o motivo da reunião solicitando ao Secretário que abrisse o envelope contendo a proposta. Verificou-se haver sido a mesma apresentada pelo Chanceler Flávio Marcílio, para condecorar com a Grã-Cruz da Ordem o Presidente da Espanha que ora nos visita, Don Adolfo Suarez Gonzalez. O Grão-Mestre determinou fosse a reunião suspensa por alguns minutos para que o Relator, por ele designado, Senador Jarbas Passarinho, elaborasse o seu parecer. Reiniciados os trabalhos foi lido pelo Relator o parecer favorável à concessão. Também falaram, favoravelmente à mencionada concessão, os Conselheiros Freitas Nobre, Nelson Marchezan e Renato Azeredo. Posto em votação o parecer, foi aprovado, por unanimidade, tendo o Grão-Mestre marcado para o dia sete de agosto, às dez horas e trinta minutos, naquele mesmo local, uma reunião solene para a entrega da condecoração. O Senador Tarso Dutra pediu que fosse marcada uma outra reunião, para a entrega das condecorações devidas aos membros natos do Conselho, tendo o Grão-Mestre sugerido para o período entre cinco e quinze de novembro, época da reunião ordinária do Conselho. Nada mais havendo a tratar o Grão-Mestre deu por encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Ary Kffuri, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Grão-Mestre Senador Luiz Viana Filho.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 1979.**

No dia trinta de outubro de mil novecentos e setenta e nove, às dez horas, reuniu-se o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, extraordinariamente, no Gabinete do Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem, Senador Luiz Viana Filho, para apreciação de propostas de indicação de personalidades para receberem a comenda da Ordem. Aberta a sessão pelo Grão-Mestre, foi verificada a existência de *quorum* regimental, estando presentes os Senhores Senadores Luiz Viana Filho, Dinarte Mariz, Gabriel Hermes, Henrique de La Rocque, Tarso Dutra, Jarbas Passarinho e Paulo Brossard e os Senhores Deputados Flávio Marcílio, Homero Santos, Epitácio Cafeteira, Ary Kffuri, Walmore de Luca, Nelson Marchezan e Freitas Nobre. O Secretário, atendendo à solicitação do Grão-Mestre, abriu os envelopes contendo as propostas. A primeira indicava o nome do Deputado Manoel Novaes para receber a comenda no grau de Grande Oficial e a segunda, indicava o nome do Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, para receber a comenda no grau de Cavaleiro. Os Conselheiros Tarso Dutra e Nelson Marchezan foram escolhidos respectivamente relatores da primeira e segunda propostas, que serão relatadas na próxima reunião. O Grão-Mestre propôs verbalmente a entrega da comenda da Ordem, no grau de grã-Cruz, aos Senhores Senadores Godofredo Gonzales, Presidente do Senado e do Congresso da Venezuela, e do Deputado Carlos Camache Mata, Presidente da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente do Congresso daquele país, que deverão ser condecorados na próxima visita que o Presidente da República do Brasil fará àquela nação amiga, e de cuja comi-

tiva serão integrantes também o Grão-Mestre Senador Luiz Viana Filho e o Chanceler Deputado Flávio Marcílio. Relatou a matéria o Chanceler Flávio Marcílio, tendo sido seu parecer aprovado, contra os votos dos Senhores Conselheiros Senador Paulo Brossard e Deputado Freitas Nobre. Nada mais havendo a tratar o Grão-Mestre deu por encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos e, para constar, eu, Ary Kffuri, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senador Luiz Viana, Grão-Mestre da Ordem e Presidente do Senado Federal.

**ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE Nº 2, DE 1980**

O Presidente do Senado Federal, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973.

Declara que fica mantida a aposentadoria a Ruth de Souza Castro, Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-011, Referência 57, constante do Ato nº 43, de 1979, do Senhor Presidente do Senado Federal publicado no DCN II de 31 de outubro de 1979, retirando-lhe a vantagem prevista no art. 405, item I, da Resolução SF nº 58, de 1972, face a recomendação do Egrégio Tribunal de Contas da União em seu processo de aposentadoria.

Senado Federal, 26 de agosto de 1980. — Senador Luiz Viana, Presidente.

**ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 1980**

O Presidente do Senado Federal, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 52, itens 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973.

Declara que fica mantida a aposentadoria a Ronaldo Pacheco de Oliveira, Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-011, Referência 57, constante do Ato nº 34, de 1979, do Senhor Presidente do Senado Federal publicado no DCN II de 26 de setembro de 1979, retirando-lhe a vantagem prevista no art. 405, item I, da Resolução SF nº 58, de 1972, face a recomendação do Egrégio Tribunal de Contas da União em seu processo de aposentadoria.

Senado Federal, 26 de agosto de 1980. — Senador Luiz Viana, Presidente.

**GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR  
Reunião da Comissão Diretora, realizada em 21-8-80**

Às onze horas do dia vinte e um de agosto do ano de mil novecentos e oitenta, reúne-se, em sua sede, a Comissão Diretora do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Deputado Raymundo Diniz, Presidente, Senador Tarso Dutra, Primeiro Vice-Presidente, Senador Mauro Benevides, Segundo Vice-Presidente, Deputado Mac Dowell Leite de Castro, Secretário, e Deputado Rogério Rego, Tesoureiro. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e comunica, em seguida, que a Delegação do Congresso Nacional à 67ª Conferência Interparlamentar, nos termos do artigo vinte e seis do Estatuto do Grupo, ficara assim constituída: Deputado Raymundo Diniz, Presidente do Grupo e Chefe da Delegação; Senadores Jutahy Magalhães, Lourival Baptista, Marcos Freire, Mauro Benevides, Vice-Presidente do Grupo, e Tarso Dutra, Vice-Presidente do Grupo; Deputado Célio Bôrja, Membro do Comitê Executivo e Membro do Conselho Interparlamentar, Celso Peçanha, Epitácio Cafeteira, Evandro Ayres de Moura, Figueiredo Correia, Francisco Benjamim, Hugo Napoleão, J.G. de Araujo Jorge, João Menezes, Jorge Vargas, Mauro Sampaio, Nilson Gibson, Paes de Andrade, Membro do Conselho Interparlamentar, Rogério Rego, Tesoureiro do Grupo, Sebastião Rodrigues Jr. e Wilson Braga. Esclarece, ainda, sua Excelência que integrarão a Delegação, na qualidade de Assesores, os funcionários Heloisa de Souza-Dantas e Fernando Moitinho Neiva e, na qualidade de Assesores de Imprensa, os jornalistas Alfredo Obliziner e Andrei Meireles de Almeida. A seguir, a Comissão aprova os nomes dos Senhores Deputados Alcebíades de Oliveira, Antônio Mazurek e Cláudio Philomeno, que formularam pedidos de filiação ao Grupo. Nada mais havendo a tratar, suspende-se a Sessão para que se lavre a Ata. Reabertos os trabalhos, às doze horas, é a mesma lida e aprovada. Eu, Mac Dowell Leite de Castro, Secretário, lavrei a presente Ata que irá à publicação.

<b>MESA</b>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO PMDB	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS
<b>Presidente</b> Luiz Viana	<b>Líder</b> Paulo Brossard	<b>Líder</b> Jarbas Passarinho
<b>1º-Vice-Presidente</b> Nilo Coelho	<b>Vice-Líderes</b> Humberto Lucena José Richa Marcos Freire Mauro Benevides Nelson Carneiro Orestes Quêrcia Pedro Simon Roberto Saturnino	<b>Vice-Líderes</b> Aderbal Jurema Aloysio Chaves Bernardino Viana José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró Saldanha Derzi
<b>2º-Vice-Presidente</b> Dinarte Mariz	<b>Líder</b> Gilvan Rocha	
<b>1º-Secretário</b> Alexandre Costa	<b>Vice-Líderes</b> Evelásio Vieira Alberto Silva	
<b>2º-Secretário</b> Gabriel Hermes		
<b>3º-Secretário</b> Lourival Baptista		
<b>4º-Secretário</b> Gastão Müller		
<b>Suplentes de Secretários</b> Jorge Kalume Benedito Canelas Passos Pôrto		

**COMISSÕES**

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 211-3487  
211-3488  
211-3489

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cândido Hippert  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 211-3490  
211-3491

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evelásio Vieira  
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)  
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mendes Canale  
Vice-Presidente: Agenor Maria

**Titulares**

- Mendes Canale
- José Lins
- Eunice Michiles
- Vicente Vuolo

**Suplentes**

- Raimundo Parente
- Alberto Silva
- Almir Pinto

- Evandro Correia
- Agenor Maria
- Mauro Benevides

- Marcos Freire
- Humberto Lucena

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)  
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Henrique de La Rocque  
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves  
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

**Titulares**

- Henrique de La Rocque
- Helvidio Nunes
- José Sarney
- Aloysio Chaves
- Aderbal Jurema
- Murilo Badaró
- Moacyr Dalla
- Amaral Furlan
- Raimundo Parente

**Suplentes**

- Lenoir Vargas
- João Calmon
- Almir Pinto
- Milton Cabral
- Bernardino Viana
- Arnon de Mello

- Hugo Ramos
- Leite Chaves
- Lázaro Barboza
- Nelson Carneiro
- Paula Brossard
- Franco Montoro

- Cunha Lima
- Tancredo Neves
- Dirceu Cardoso

Assistente: Daniel Reis de Souza — 211-3494  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire  
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

**Titulares**

- Jessé Freire
- José Sarney
- Passos Pôrto
- Saldanha Derzi
- Affonso Camargo
- Murilo Badaró
- José Caixeta

**Suplentes**

- José Guimard
- Tarso Dutra
- Benedito Canelas
- Moacyr Dalla

- Itamar Franco
- Lázaro Barboza
- Adalberto Sena
- Mauro Benevides

- Henrique Santillo
- Roberto Saturnino
- Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — 211-3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)  
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Teotônio Vilela  
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

**Titulares**

- Arnon de Mello
- Bernardino Viana
- José Lins
- Jessé Freire
- Milton Cabral
- Benedito Canelas
- Luiz Cavalcante

**Suplentes**

- Helvidio Nunes
- Alberto Silva
- Benedito Ferreira
- Vicente Vuolo

- Roberto Saturnino
- Teotônio Vilela
- Marcos Freire
- Pedro Simon

- José Richa
- Orestes Quêrcia
- Tancredo Neves

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — 211-3495  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala do Anexo "B"

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	

1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**  
(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cunha Lima  
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. João Lúcio	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Alberto Lavinias	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	

1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barbosa
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**  
(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Helvídio Nunes  
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	

1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala do Anexo "B"

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**  
(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dirceu Cardoso  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney

1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — 211-3501  
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**  
(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra  
1ª-Vice-Presidente: Saldanha Derzi  
2ª-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

1. Paulo Brossard	1. Marcos Freire
2. Nelson Carneiro	2. Mauro Benevides
3. Itamar Franco	3. Leite Chaves
4. José Richa	
5. Amaral Peixoto	
6. Tancredo Neves	

Assistente: Cândido Hippert — 211-3490 e 211-3491  
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilvan Rocha  
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	

1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — 211-3499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jorge Kalume  
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	

1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Orestes Quércia	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496  
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evandro Carneira  
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

1. Evandro Carreira  
2. Humberto Lucena  
3. Lázaro Barbosa

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 2113499  
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedito Ferreira  
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

**Titulares**

1. Benedito Ferreira  
2. Vicente Vuolo  
3. Pedro Pedrossian  
4. Affonso Camargo

1. Evandro Carreira  
2. Lázaro Barbosa  
3. Orestes Quércia

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

**Suplentes**

1. Passos Pôrto  
2. Lamanto Júnior  
3. Alberto Silva

1. Leite Chaves  
2. Agenor Maria

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: Alfeu de Oliveira  
Local: Anexo II — Térreo — 211-3507  
Assistentes:  
Helena Isnard Accauhy — 211-3510  
Mauro Lopes de Sá — 211-3509  
Clayton Zanlorençi — 211-3508

**C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: Cleide Maria B. F. Cruz  
Local: Anexo II — Térreo — 211-3511  
Assistentes:  
Elizabeth Gil B. Vianna — 211-3510  
Nadir da Rocha Gomes — 211-3508  
Haroldo P. Fernandes — 211-3512

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES  
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL  
PARA O ANO DE 1980**

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEILA	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	ANEXO "B"	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	DANIEL	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	LÉDA
	C.A.	ANEXO "B"	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramal — 3888	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 3880	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramal — 3882	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B"	CARLOS				